



**INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL**



**SOBRE SUJEITOS, LUGARES E PATRIMÔNIO. UM OLHAR
REFLEXIVO A PARTIR DO CASO DA VILA PIA, NO ESTADO DO
ACRE.**

Rio de Janeiro

2017



**INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL**

ARLAN HUDSON SOUZA E SILVA

**SOBRE SUJEITOS, LUGARES E PATRIMÔNIO. UM OLHAR
REFLEXIVO A PARTIR DO CASO DA VILA PIA, NO ESTADO DO
ACRE.**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Orientação: Prof. Cláudia Feierabend Baeta Leal

Co-orientação: Msc. Cristiane Maria Pires Martins

**Rio de Janeiro,
Agosto de 2017**

©SILVA, A. H. S., 2017.

Ficha Catalográfica

SILVA, Arlan Hudson Souza e.

Sobre sujeitos, lugares e patrimônio. Um olhar reflexivo a partir do caso da Vila Pia, no estado do Acre., 2017.

Dissertação de Mestrado (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) –
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio Branco.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Arlan Hudson Souza e Silva

Sobre sujeitos, lugares e patrimônio. Um olhar reflexivo a partir do caso da Vila Pia, no estado do Acre.

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 11 de Agosto de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Professora Dra. Cláudia Feierabend Baeta Leal (Orientadora)

Msc. Cristiane Maria Pires Martins (Co-Orientadora) – Superintendência do IPHAN no Acre

Professora Dra. Lygia Baptista Segala (Universidade Federal Fluminense - UFF)

Professor Dr. Marcelo Antonio Sotratti (Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ)

À minha filha Mariana Gomes Silva, que
serviu de inspiração para seguir em
frente.

Cantador já viveu de frustrações
Lutou muito e sofreu ganhando pouco
Mas saiu do casebre de reboco
Para o palco das grandes multidões

Não queremos lutar por divisões
Mas teremos a rima por trincheira
Sem querer atingir a música estrangeira
Da América, Inglaterra ou Argentina,
Venha ver a viola nordestina
Defendendo a cultura brasileira

Venha ver a viola deusa pura
Como é cheia de paz, virtude e graça
Sustentando as raízes da cultura
E por ter tanto amor, tanta ternura
Se fez minha eterna companheira
Majestade eterna padroeira
De quem tem o repente por doutrina
Venha ver a viola nordestina
Defendendo a cultura brasileira

Verso de José da Silva, imigrante
paranaense, filho baianos e morador da
Vila Pia.

AGRADECIMENTOS

Descendente de seringueiros e filho de um imigrante amazonense com uma cabocla xapuriense, orgulho-me de ter os pés rachados e sujos da tabatinga de um dos mais recônditos rincões da Amazônia brasileira. Nasci e cresci às margens do Rio Acre, nos baixos do bairro 6 de Agosto - o mais antigo da capital acreana. Possuo origem modesta, porém, graças aos esforços dos meus familiares, coleciono ricos referenciais que corroboram minha identidade amazônida e preenchem meu espírito com os mais belos valores da existência humana.

Com relação às nuances que compõem minha identidade, faço questão de aqui compartilhar uma das histórias que me eram contadas durante a infância, dando certo destaque para aquelas narradas durante a travessia do Rio Acre a bordo de uma catraia – canoa de pequeno porte, em geral impulsionada pela força do remo e utilizada para o transporte e traslado de indivíduos de um lado a outro do manancial - para poder chegar a escola na qual eu estudava.

Conforme contavam meus avós, as águas turvas do rio guardam toda a sorte de encantados os quais, ao menor vacilo, podem puxar para as profundezas aquelas pessoas dotadas de pouca esperteza e inteligência. Boto, Iara ou Cobra Grande, não importava o algoz, o medo de ser encarado como tal e carregado para o talvegue sempre me negou o sossego e o prazer de descansar nas laterais de qualquer embarcação. Assim, no intento de fugir dessas visagens, logo me pus a estudar incansavelmente e com o passar dos anos os resultados dessa dedicação foram se apresentando. Os mais recentes deles, a titulação acadêmica e sua conseguinte extensão para além das terras acreanas, têm um sabor de conquista a qual não posso deixar de compartilhar com algumas pessoas de imensurável importância para a minha formação científica e para o meu amadurecimento pessoal.

Neste sentido, guardo gratidão por eles, pai e mãe, que me ensinaram a ter perseverança, ciência, caráter e empatia com próximo.

Aos meus três irmãos, por sempre se fazerem presente e por estenderem suas mãos amigas diante dos momentos de dificuldade.

À minha Iyalorixá Cláudia de Iyemanjá por todos os conselhos, paciência e apoio.

À minha orientadora Cláudia Beata Leal que topou o desafio de acompanhar esta pesquisa e ao longo da investigação fez contribuições que enriqueceram o texto.

À equipe da Superintendência do IPHAN/AC pela acolhida, ensinamentos e contribuições ao longo dos dois anos que pude acompanhar o cotidiano da divisão técnica.

Aos amigos Deyvesson Gusmão, Juliana da Mata Cunha, Márcio Carvalho e Cynthia Tarrisse pelo apoio.

À minha supervisora e coorientadora, Cristiane Maria Pires Martins, pela confiança, paciência, apoio e por fornecer todo o aporte necessário para o desenvolvimento desta pesquisa.

À toda minha turma do mestrado, com especial atenção a Yuri Batalha, Fernando Mesquita, Giovana Ribeiro, Maria Vitória Dutra, Gabriela Sobral, Ricardo Souza, Ana Isabela Bertolo, Camila Tangerino e Mariana Campos. Muito obrigado pela amizade, cumplicidade, amor, empatia, apoio e companheirismo.

À toda equipe da COPEDOC pela dedicação ao mestrado e pelos módulos de aula enriquecedores e importantes para meu crescimento.

Por fim, aos moradores da Vila Pia que se disponibilizaram a dividir comigo suas histórias de vida, angústias e anseios. Abriram as portas de suas casas e me receberam com muita hospitalidade. Hoje, entendendo que as dissertações produzidas no âmbito do programa de Mestrado Profissional do IPHAN têm também, para além do valor acadêmico-técnico-científico, uma simbólica responsabilidade social, sobretudo por explorar o cerne, em muito dos casos, da conturbada relação Estado-Sociedade Civil durante os processos de patrimonialização de bens culturais, percebo que este trabalho não seria possível sem a participação de cada um desses indivíduos. Dito isto, registro aqui meus mais sinceros agradecimentos.

Muito Obrigado!

RESUMO

Grota, “grotião”, leira, vala, munduru, buraco, trincheira da guerra, geoglifo, sítio arqueológico e patrimônio cultural. Embora esses termos não compartilhem de qualquer origem etimológica comum, todos têm a função de atribuir significado a um mesmo ente que, em linhas gerais, está inserido em um contexto espacial restrito composto por um universo diversificado de sujeitos inclinados a significá-lo a partir das suas experiências cotidianas e sensoriais. Diante da pluralidade de signos e significados que esses bens assumem, o presente trabalho concentra-se em fazer uma reflexão sobre as formas de gestão desses sítios arqueológicos a partir do azeitamento de relações na interface Estado-Sociedade Civil. Para tanto, primeiramente se buscou discutir os procedimentos até então adotados nos processos de tombamento federal, sobretudo de sítios arqueológicos, buscando identificar as nuances que contribuem para o distanciamento afetivo entre uma parcela da população e os bens arregimentados pelas instituições de preservação do patrimônio cultural. Por conseguinte, primou-se por uma abordagem mais participativa, focada no discurso dos moradores da comunidade Vila Pia, pequeno conglomerado urbano localizado na porção nordeste do Estado do Acre, a fim de apresentar propostas exequíveis para a gestão dessa tipologia de sítios arqueológicos. Ao fim dessa investigação foi possível perceber que a criação de um plano de gestão compartilhada é o melhor caminho para se auferir um modelo a contento, criando, pois, um elo de atuação entre agentes da esfera pública e privada por meio da assinatura de um pacto entre todos os atores envolvidos na questão.

Palavras-chave: Geoglifos; Gestão Compartilhada; Patrimônio Cultural; Geografia Cultural; Arqueologia Pública.

ABSTRACT

Hollow, *grotiã*, groove, ditch, *munduru*, hole, war trench, geoglyph, archaeological site and cultural heritage. Although these terms do not share any common etymological origin, they all have the function of assigning meaning to a same entity that, in general terms, is inserted in a restricted spatial context composed of a diverse universe of subjects inclined to signify it from their everyday and sensory experiences. In view of the plurality of signs and meanings that these goods assume, the present work concentrates on reflecting on the management of these archaeological sites from the olive tree of relations in the interface State - Civil Society. In order to do so, it was firstly sought to discuss the procedures previously adopted in the processes of federal tipping, especially archaeological sites, seeking to identify the nuances that contribute to the affective distancing between a portion of the population and the assets regrouped by the institutions of preservation of cultural heritage. Therefore, a more participatory approach was focused on the discourse of residents of the Vila Pia community, a small urban conglomerate located in the northeastern part of the State of Acre, in order to present feasible proposals for the management of this typology of archaeological sites. At the end of this investigation, it was possible to perceive that the creation of a shared management plan is the best way to obtain a satisfactory model, creating, therefore, a link of action between agents of the public and private sphere through the signing of a pact. Among all the actors involved in the issue.

Keywords: Earthworks. Shared Management. Cultural Heritage. Cultural Geography. Public Archaeology.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ACOMPECHE – Associação Couto de Magalhães de Preservação da Ilha do Campeche

CEDUC/IPHAN – Coordenação de Educação Patrimonial do IPHAN

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COPEDOC - Coordenação-Geral de Pesquisa e Documentação

DAF - Departamento de Apoio e Fomento

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPHAN/AC – Superintendência do IPHAN no Acre

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MPF – Ministério Público Federal

PAD – Projeto de Assentamento Dirigido

PEP/MP – Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural

PIN - Plano de Integração Nacional

PIVIC – Programa Voluntário de Iniciação Científica

PRONAPABA - Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica

SETUL - Secretaria de Turismo e Lazer do Acre

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPU - Secretaria do Patrimônio da União

UFAC – Universidade Federal do Acre

UFPA – Universidade Federal do Pará

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. “PATRIMÔNIO DE QUEM?”: O LUGAR DO PATRIMÔNIO NA VILA PIA.....	16
1.1. DAS PERCEPÇÕES DE CAMPO	16
1.1.1. O Problema do Distanciamento Afetivo	21
1.1.2. O Patrimônio Arqueológico e a Exclusão do Passado Indígena	25
1.2. “MEU PATRIMÔNIO É A MINHA TERRA”: TRABALHANDO O CONCEITO DE ESPAÇO E LUGAR NO CAMPO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	28
2. PATRIMÔNIO DO LUGAR: NARRATIVAS DE MEMÓRIA, IDENTIDADE E PATRIMÔNIO NA VILA PIA.....	35
2.1. SOBRE O TEMPO DOS SERINGAIS	39
2.1.1. As Migrações e a Guerra da Borracha	39
2.1.2. “Com o tempo eles foram desaparecendo”: Relatos sobre as “correrias”	46
2.1.3. Colocação São Vicente.....	50
2.2. SOBRE A “REVOLUÇÃO DAS COLÔNIAS”	59
2.3. SOBRE LEIRAS, GEOGLIFOS E TRINCHEIRAS DA REVOLUÇÃO ACREANA	68
3. PATRIMÔNIO CULTURAL E O ESTADO DA ARTE DA GESTÃO COMPARTILHADA	78
3.1. ARQUEOLOGIA PÚBLICA: POR UMA NOVA ABORDAGEM.....	78
3.2. NA IMINÊNCIA DE UMA PATRIMONIALIZAÇÃO	83
3.3. “É PRECISO DIVIDIR AS RESPONSABILIDADES”	88
3.4. E PENSAR NA “DEVOLUTIVA PARA A COMUNIDADE”	97
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106
ANEXOS	116

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Sítio Geoglifo Água Fria. Perspectiva aérea.	6
Figura 2 - Mapa de Geoglifos apontados para o tombamento.....	8
Figura 3 - Vila Pia: mapa de situação e localização.	13
Figura 4 - Mapa de acesso à Vila Pia, a partir de Rio Branco-AC.....	17
Figura 5 - Vista parcial do perímetro urbano da Vila Pia.....	18
Figura 6 - Vista aérea da Vila Pia com sítios arqueológicos em evidência.....	19
Figura 7 - Sítio Vila Pia: perspectiva aérea.....	20
Figura 8 - De Seringal Humaitá a Vila Pia: linha do tempo.....	38
Figura 9 - Eliseu Emílio Ribeiro	44
Figura 10 - Localização dos principais seringais do Vale do Acre e pontos de conflito bélico entre seringueiros brasileiros e o exército boliviano durante a “Revolução Acreana”	45
Figura 11 - Depoimento de um velho Kaxinawá prestado ao Jornal Varadouro.	48
Figura 12 - Mapa mental da Colocação São Vicente, Seringal Humaitá.	53
Figura 13 - Material arqueológico histórico encontrado próximo ao rio Iquiri. "Disso aqui eu não me desfaço por nada!" [Luíz Carlos Modesto, 09/04/2016]	55
Figura 14 - Estratigrafias da paisagem. Sobreposição do mapa menta do morador João Batista V. da Rocha à base cartográfica atual.....	56
Figura 15 - Ramal do km 52 e atual associação de moradores. Edificações erguidas ao lado do antigo depósito São Vicente.	57
Figura 16 - Escola e Associação de Moradores erguidos no local onde abrigava o depósito São Vicente.....	58
Figura 17 - Área do PAD Pedro Peixoto.	62
Figura 18 – Trecho do projeto de reforma agrária planejado para o Seringal Humaitá.....	64
Figura 19 – Rodovia BR-317, trecho entre Rio Branco-AC e Boca do Acre-AM durante a década de 1980.	65
Figura 20 - Francisco Alexandre de Souza, o Pelé.....	66
Figura 21 - Família de assentados na margem da BR-317. Década de 1980.	66
Figura 22 - Maria Luíza e a trincheira de guerra localizada aos fundos de sua residência. Sítio Arqueológico Vila Pia	70
Figura 23 - Geoglifo ou trincheira da revolução acreana? Sítio Tequinho em perspectiva terrestre.	72

Figura 24 - Geoglifo ou trincheira da revolução acreana? Sítio Tequinho em perspectiva aérea.....	72
Figura 25 - Sítio Vila Pia em perspectiva terrestre.....	74
Figura 26 - Leira do Sítio Vila Pia localizada aos fundos da casa da senhora Maria Luzia Castro Ribeiro.....	86
Figura 27 - Local apontado pelos moradores para abrigar o museu comunitário: Escola Estadual São Francisco de Assis II.....	100

INTRODUÇÃO

Estratigrafando a experiência

O ente pode se mostrar, a partir de si mesmo, de diversos modos, cada vez segundo o modo de acesso a ele.

(HEIDEGGER, 1987)

Esta pesquisa é fruto de uma demanda da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Acre (Iphan/AC) de aliar a formação de novos pesquisadores no âmbito da gestão e preservação do patrimônio cultural aos trabalhos realizados pela Instituição em todo o estado do Acre.

As atividades desenvolvidas até a data de entrega desta dissertação seguiram rigorosamente a proposta pedagógica elaborada pela Coordenação-Geral de Pesquisa e Documentação do Departamento de Apoio e Fomento do Iphan (COPEDOC/DAF), que consistiu em associar as práticas cotidianas da Superintendência ao aprendizado teórico-metodológico adquirido em meio às leituras dirigidas e aulas presenciais do Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural (PEP/MP).

Para esta vaga e edição do programa de mestrado, propôs-se o acompanhamento das demandas referentes ao patrimônio arqueológico acreano, dando maior ênfase, pois, ao processo em curso que vem tratando do tombamento dos sítios arqueológicos do tipo geoglifo. A proposição de trabalhar com essa temática é reflexo do esforço da Superintendência do Iphan/AC para fomentar o desenvolvimento de novas pesquisas – neste caso, com foco na gestão –, com vistas a subsidiar o processo de acautelamento federal desses bens culturais a partir dos preceitos do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

Como caráter introdutório do trabalho que se desenvolve nas páginas a seguir, acredito ser interessante falar da minha aproximação com o campo da arqueologia e com o objeto de estudo proposto pelo Iphan. Neste sentido, *estratigrafar a experiência*, posto nas primeiras linhas desta página, significa, para além de situar os discursos envolvidos na preservação do bem cultural em questão, contextualizar minha retórica acadêmica e apresentar meu local de fala enquanto pesquisador.

Esse exercício, comum nas ciências naturais - incluindo a geografia física – para estudar as características físicas de um *ente* a partir da análise refinada das suas camadas e/ou estratos, conforme explica Antônio Teixeira Guerra (1966), neste trabalho assume uma postura mais antropológica e se aproxima da concepção apresentada por Clifford Geertz (2015), que consiste em perceber o homem como um ser composto por camadas e imantado em referências não somente individuais, mas também coletivas.

[...] o homem é composto de “níveis”, cada um deles superposto aos inferiores e reforçando os que estão acima dele. A medida em que se analisa o homem, retira-se camada após camada, sendo cada uma dessas camadas completa e irredutível em si mesma, e revelando uma outra espécie de camada muito diferente embaixo dela. Retiram-se as variadas formas de cultura e se encontram as regularidades estruturais e funcionais da organização social (GEERTZ, 2015:28).

Longe de ser um exercício simples, *estratificar a experiência* e o meu local de fala segue, primeiramente, como uma autoanálise crítica e reflexiva a respeito da minha formação acadêmica e atuação técnica-científica não somente na produção de conhecimento, mas também no trato com o *outro* – aqui entendido como o não-acadêmico, o *sujeito*, o morador local, o nativo etc. - e na leitura das formas de fruição e uso que este pode estabelecer com os bens culturais que o cercam. Consiste, pois, em falar sobre os referenciais que carreguei comigo ao longo dos anos, que influenciaram nas primeiras leituras do lugar chamado Vila Pia e que foram desconstruídos e se diluíram em virtude do amadurecimento adquirido ao longo do desenvolvimento desta pesquisa.

Essa empresa, embora árdua, torna-se interessante não somente por identificar os meus momentos de fala e inserir-me como um sujeito/interlocutor. Implica, também, em apresentar como os aspectos do campo contribuíram para a minha formação e como as minhas percepções e referenciais pessoais influenciaram sobre a análise do objeto de estudo. Recorrendo novamente a Geertz (2015: 10), relaciono meu exercício de investigação e aproximação junto a meus interlocutores e meu objeto à pesquisa etnográfica.

Situar-nos [...] eis no que consiste a pesquisa etnográfica como experiência pessoal. Tentar formular a base na qual se imagina, sempre excessivamente, estar-se situado, eis no que consiste o texto antropológico como empreendimento científico. Não estamos procurando [...] tornar-nos nativos ou copiá-los. O que procuramos, no sentido mais amplo do termo, que compreende muito mais do que simplesmente falar, é conversar com eles, o que é muito mais difícil (GEERTZ, 2015:10).

Sem mais delongas e voltando para o relato da minha experiência de aproximação com o campo da arqueologia e os sítios arqueológicos do tipo geoglifo, sigo explicando que o interesse em trabalhar com esse objeto de estudo advém de datas pretéritas e se iniciou em dias idos de 2007, quando, nos primeiros meses de graduação em geografia bacharelado pela Universidade Federal do Acre (UFAC), visitei o sítio Severino Calazans¹ para conhecer as escavações que estavam sendo realizadas ali por um grupo de pesquisadores finlandeses e brasileiros.

Depois daquele contato preliminar, apaixonei-me pela arqueologia e resolvi ingressar como voluntário de iniciação científica (PIVIC) no projeto Geoglifos do Acre², coordenado pela professora e arqueóloga Denise P. Schaan. Ao longo dos quatro anos que permaneci ligado a esse projeto, participei de inúmeras prospecções e escavações arqueológicas em toda a Mesorregião do Vale do Acre³, assim como auxiliiei na identificação remota e no registro de novos sítios arqueológicos. Como resultado desse engajamento contribuí para algumas produções acadêmicas voltadas para divulgação do potencial arqueológico da região e sobre a importância dos geoglifos no contexto geral da arqueologia amazônica (SILVA e DANTAS, 2010; SCHAAN et al. 2010; SCHAAN et al. 2009).

Nos três anos posteriores ao término do projeto Geoglifos da Amazônia Ocidental, segui participando de atividades ligadas a programas de Arqueologia Preventiva realizados no âmbito do licenciamento ambiental de empreendimentos enquadrados nos moldes da Portaria IPHAN nº 230/2002⁴. Durante esse período pude expandir minha experiência nas frentes de

¹ Localizado no quilômetro 25 da rodovia BR 317 (sentido Rio Branco-Boca do Acre), o Sítio Severino Calazans é formado por uma estrutura quadrangular escavada sob o solo, a qual foi identificada por Schaan et al. (2008b:24) como um sítio do tipo geoglifo.

² Com financiamento do CNPq e capitaneado pela Universidade Federal do Pará em parceria com a Universidade Federal do Acre e Universidade de Helsinki, o projeto Geoglifos do Acre ocorreu entre os anos de 2008 e 2011. Em 2010, quando da sua renovação de portaria junto ao IPHAN, o projeto passou a ser chamado Geoglifos da Amazônia Ocidental e passou a contar, também, com auxílio do Governo do Estado do Acre. Figuravam entre seus objetivos "realizar um amplo levantamento regional de sítios arqueológicos do tipo geoglifo, utilizando-se para isso de uma metodologia de arqueologia da paisagem, envolvendo prospecção remota, aérea e terrestre, assim como a criação de um sistema de informações geográficas" e, posteriormente, "investigar seis sítios do tipo geoglifo, com a intenção de determinar as atividades que se desenvolveram em cada um deles no passado, a época de ocupação, e os impactos da ocupação desses locais sobre a paisagem", respectivamente (SCHAAN et al 2010a:8; SCHAAN et al 2012:11).

³ O estado do Acre é dividido em duas mesorregiões: Vale do Acre e Vale do Juruá. A primeira é composta por quatorze municípios - incluindo a capital Rio Branco – ao passo que a segunda, que incorpora os municípios do oeste acreano, abrange tão somente oito (ver anexo IX).

⁴ Revogada pela Instrução Normativa IPHAN nº 001 de 25 de março de 2015, a Portaria IPHAN nº 230/2002 orientava os processos de licenciamento ambiental que tramitavam dentro do IPHAN, estabelecia procedimentos arqueológicos de acordo com as fases do licenciamento (Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação) e trazia como obrigatoriedade a realização de Programas de Arqueologia Preventiva na área de empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico.

atuação no campo da arqueologia e comecei a participar de algumas atividades de Educação Patrimonial.

Por ser bacharel em Geografia, eu não possuía qualquer experiência docente e sequer tinha *know how* para transmitir conhecimento e dialogar com o outro. Ainda assim, visando preencher essa lacuna em minha formação acadêmica, resolvi participar de algumas atividades de Educação Patrimonial, as quais, em suma, consistiram na realização de palestras e oficinas para a divulgação do patrimônio arqueológico e dos estudos realizados nas regiões de interesse do projeto supradito.

Entre os anos de 2012 e 2013 fui convidado para compor a equipe que, juntamente com os pesquisadores da Universidade Federal do Pará (UFPA), realizou os estudos que vêm dando subsídio e instruindo o processo de tombamento dos geoglifos. Na ocasião percorri alguns municípios do Vale do Acre no intuito de identificar os tipos de impactos causados a esse tipo de sítio arqueológico, além de avaliar o grau de degradação dos pontos visitados e coletar informações a respeito dos proprietários das terras onde esses bens se localizavam.

Em agosto de 2014, ingressei ao Programa de Mestrado Profissional do IPHAN e passei a me debruçar sobre todos os processos presentes na divisão técnica de Arqueologia do Iphan/AC, muitos dos quais boa parte eu havia participado enquanto estudante. Desta vez, contudo, buscava olhar para o objeto arqueológico a partir de novas perspectivas. Essa tarefa, a princípio, não foi uma empresa fácil pois em um primeiro momento notei que trazia comigo todo os procedimentos da Arqueologia de Contrato, que em sua grande maioria, trata o patrimônio arqueológico como inanimado e objetos de história⁵.

Muito embora eu tivesse iniciado essa nova jornada com a minha atenção voltada inteiramente para as artes da gestão compartilhada dos bens arqueológicos e acreditasse peremptoriamente que esse era o melhor caminho a ser seguido, foi preciso um longo exercício reflexivo e de autocrítica para poder desconstruir a minha visão restritiva e doutrinadora a respeito das formas de usufruto e fruição que o outro – o sujeito, morador local - pode ter com as coisas arqueológicas. Foi somente a partir da vivência da dinâmica interna da divisão técnica da Superintendência do Iphan/AC, do acesso a novas bibliografias e da imersão nas práticas de campo que essas antigas certezas foram se diluindo.

⁵ Para Pierre Nora (1993), os objetos de história funcionam como arquivos e/ou vestígios de uma memória descontinuada, perdida no tempo. Essa perspectiva, acredito, em muito se concatena a entendimentos semeados por algumas doutrinas da pesquisa arqueológica, cujos postulados de investigação tendem a desconsiderar as semioses não acadêmicas dos bens, peças e coisas arqueológicas, as quais, segundo Bezerra (2013), são responsáveis pela inserção das coisas do passado na contemporaneidade.

Ao aceitar que os sujeitos podem ter sua forma de fruição com os bens arqueológicos e que essas relações de ressignificação também podem ser consideradas uma forma de preservação, tal qual destacado no trabalho da arqueóloga Márcia Bezerra (2013), senti-me seguro para, mais uma vez, explorar novos vieses acadêmicos e passear pela enseada da Arqueologia Pública.

Neste sentido, conforme consta descrito nas primeiras linhas desta dissertação, tenho me debruçado sobre o caso dos geoglifos desde o ano de 2007. Daquele ano até hoje eu escavei, registrei, descrevi, formulei minhas próprias hipóteses a respeito das técnicas construtivas usadas na concepção daquelas estruturas de terra, fiz especulações sobre os seus respectivos idealizadores e deixei a imaginação fluir buscando o seu significado prático e/ou usual. Não consegui achar respostas. Hoje, ao me debruçar novamente sobre esse objeto de estudo, novas questões vêm à tona. Quem são as pessoas que moram sobre os geoglifos? Que tipo de relação esses *sujeitos* nutrem com as coisas arqueológicas sobre as quais organizam, constroem e desenvolvem suas vidas?

Já se passaram quase dez anos desde o meu primeiro contato com os geoglifos e somente agora, uma década após aquela visita ao sítio Severino Calazans, eu deixei de olhar para a coisa, o geoglifo, e resolvi observar o seu entorno.

Entendendo a demanda do Iphan

Em linhas gerais, os Geoglifos são estruturas de terra escavadas no solo e formadas por sulcos que representam figuras geométricas de diferentes formas. Esses recintos foram encontrados na região sudoeste da Amazônia ocidental, mais predominantemente na porção leste do estado do Acre, estando localizados em áreas de interflúvios, nascentes de igarapés e várzeas, associados, em sua maioria, às bacias dos Rios Acre⁶, Iquiri e Abunã (SCHAAN et al., 2008a).

⁶ Segundo o historiador Eduardo Carneiro a origem etimológica de Acre, tratando-se do estado e do rio que corta sua respectiva capital, advém da palavra Aquiri, corruptela do das palavras de língua tupi *Uwákürü* ou *Uakiry*, faladas pelos índios Apurinãs (Ipurinãs), e que significam “rio dos jacarés”. Conta-se que João Gabriel de Carvalho, tratado na literatura oficial como o primeiro colonizador do Rio Aquiri, ao escrever para o financiador de sua expedição, o comerciante paraense Visconde de Santo Elias, pedindo o envio mercadorias à “boca do rio Aquiri”. Porém, sua grafia pouco legível levou o comerciante a crer que se tratava de algo como Rio “Acři” “Aqri” ou “Acre”. Assim, a partir de então, todas as mercadorias destinadas para aquela região foram com o nome “rio Acre”. (CARNEIRO, E. 2016).

Em um detalhamento morfológico dos geoglifos, os pesquisadores Alceu Ranzi e Rodrigo Aguiar descrevem essa tipologia de sítio arqueológico da seguinte forma:

Existem várias maneiras de se compor um geoglifo. As duas formas mais comuns são o uso de pedras para a formação de figuras ou confecção de cortes sobre a superfície terrestre. Para a composição dos Geoglifos da Amazônia, a técnica utilizada foi a denominada “extrativa”, em que cortes são escavados, e a terra extraída é, cuidadosamente, depositada ao lado do sulco, formando figuras em alto e baixo relevo (RANZI e AGUIAR, 2004:11).



Figura 1 - Sítio Geoglifo Água Fria. Perspectiva aérea. (Acervo: IPHAN/AC. Foto: Diego Gurgel)

Os primeiros registros desses sítios remontam à década de 1970, quando o pesquisador Ondemar Dias, no âmbito do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica (PRONAPABA), localizou 8 estruturas de terra no estado do Acre (DIAS e CARVALHO, 1988). Embora Dias tenha escavado alguns desses sítios naquele período, foi somente a partir dos anos 2000 que os geoglifos tiveram projeção midiática e foram alvo de intervenções arqueológicas sistemáticas por uma equipe multidisciplinar de estudiosos (SCHAAN; RANZI e PÄRSSINEN, 2008).

Tais pesquisas, ainda que esparsas se considerarmos que o número de geoglifos identificados cresce paulatinamente, dão conta de informações importantes sobre o manejo da paisagem amazônica por grupos indígenas que habitaram a região entre, aproximadamente, 200 AC - AD 1300, e sugerem um novo paradigma sobre o modelo de ocupação da Amazônia por densas sociedades pré-cabralinas.

O aumento vertiginoso de sítios localizados em áreas desmatadas do estado do Acre, especialmente em sua porção leste, aponta uma relação proporcionalmente direta entre os achados de sítios e o avanço da pecuária e do desmatamento ambiental.

Essa correlação paradoxal inerente à descoberta de novos geoglifos chamou a atenção para uma emergencial atuação do poder público no sentido de garantir a preservação desses sítios visivelmente ameaçados pela ação humana contemporânea.

Frente à impactação e destruição de sítios pelas ações desenvolvimentistas empregadas nessas regiões, em 2007 o Ministério Público Federal do Acre encaminhou ao IPHAN a Recomendação nº 03/2007/PRAC/AHCL, na qual constava como sugestão ao Instituto que “Proceda imediatamente ao tombamento dos sítios arqueológicos ou “geoglifos” localizados nos Municípios de Rio Branco, Senador Guiomard, Plácido de Castro, Bujari, Capixaba, Xapuri e Porto Acre”.

O documento atentava para a monumentalidade desses sítios, bem como sua excepcionalidade e notória relevância para a compreensão dos processos de ocupação da Amazônia. Recomendava, também, sua proteção, partindo da premissa de que os geoglifos se encontram, em sua grande maioria, em áreas desmatadas, próximos a projetos de assentamento de reforma agrária e com intensa atividade agropecuária.

Em resposta à recomendação da Procuradoria Federal do Acre para tombamento de todos os sítios do tipo “geoglifo”, a então 16ª Superintendência Regional do IPHAN, com jurisdição nos estados do Acre e Rondônia, gerou a abertura do processo de nº 01410.000094/2007-32.

No ano de 2009, foi criada a Superintendência do IPHAN no Acre e todos os processos relativos ao estado foram transferidos à nova unidade.

Em 2011, foi assinado o termo de cooperação entre o IPHAN/AC e Universidade Federal do Pará (UFPA), com o fito de realizar pesquisas arqueológicas para a instrução do processo de tombamento desses sítios localizados nos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia através da descrição e análise desses bens.

No tocante ao seu quantitativo, na época de assinatura do termo eram conhecidos cerca de 199 sítios, correspondendo a 280 geoglifos⁷. Em 2014, ao final das atividades da UFPA, o número de sítios aumentou para 306, totalizando 410 geoglifos e nove estruturas formadas por montículos (SCHAAN, 2014).

Os critérios utilizados para a eleição dos sítios a serem tombados consideravam como fatores determinantes a significância, integridade e visibilidade dos recintos. Nesse sentido, foram indicados 85 sítios no estado do Acre, com 170 recintos (geoglifos/montículos); 8 sítios no estado do Amazonas, totalizando 9 recintos; e finalmente, 8 sítios no estado de Rondônia, correspondendo a 12 recintos (SCHAAN, op. cit).

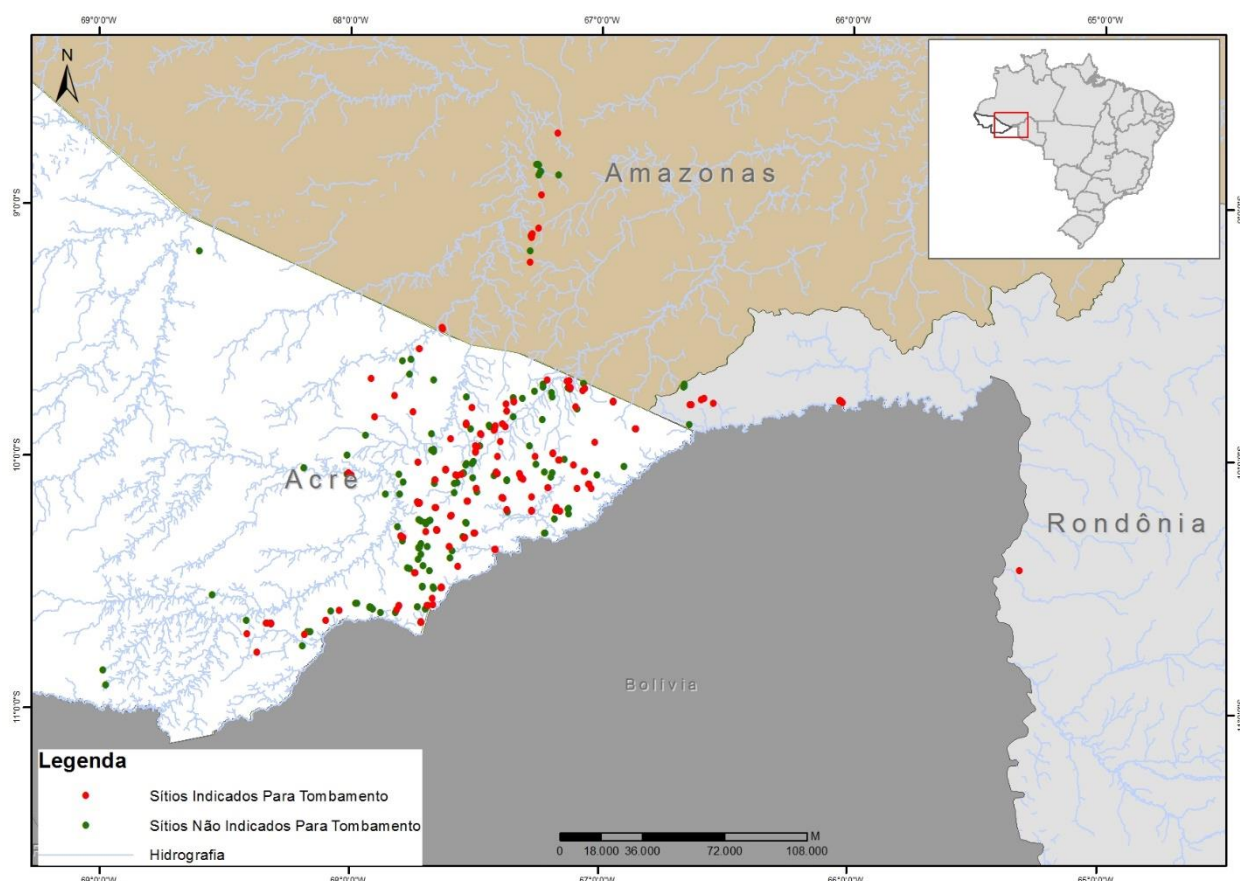


Figura 2 - Mapa de Geoglifos apontados para o tombamento. (Fonte de dados: SCHAAN, 2014. Mapa elaborado por: Arlan Hudson, 2016)

Figuram como algumas das recomendações de preservação dos 101 sítios escolhidos a “Inscrição no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico” e “que seja

⁷ Durante os estudos para a instrução do tombamento a equipe da UFPA considerou como um único sítio arqueológico os conjuntos de estruturas de terra ou recintos próximos. Ou seja, um sítio do mesmo tipo *geoglifo* pode ser composto por mais de um desenho geométrico (SCHAAN, 2014:16-17).

proibido o uso da área do sítio arqueológico tombado para a prática da agricultura de qualquer tipo” (SCHAAN, 2014:181).

Em análise preliminar, é possível auferir que as proposições da equipe da UFPA são compatíveis com a Ação Civil Pública engendrada pelo Ministério Público Federal em face do IPHAN, ao passo que foram pautadas na identificação, delimitação e elaboração de diretrizes de preservação. Entretanto, Mariana Neumann (2011), Genésia Camelo e Geraldo Maia Neto (2012) e Deyvesson Gusmão (2014) tecem críticas ao uso do tombamento (Decreto-Lei nº 25/37) como ferramenta de proteção dos geoglifos, visto que todos os sítios arqueológicos já estão resguardados pela Lei nº 3.924/61, conhecida como Lei da Arqueologia.

Os principais efeitos do tombamento sobre o bem tombado e sobre o seu entorno estão previstos nos arts. 17 e 18 do Decreto-Lei nº 25/1937, que define e regula o tombamento:

Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto (BRASIL, 1937).

Os impactos do manto protetivo do Decreto-Lei nº 25/1937, neste caso, ainda precisam ser mensurados com melhor acurácia. Ainda assim, no primeiro momento, se considerarmos que a porção leste do estado do Acre, local com maior concentração de sítios com indicativo de preservação, é a região mais produtiva, de maior densidade populacional e com formas de uso e ocupação do solo diversas, o tombamento dos geoglifos, tomando-se como base os artigos supramencionados, poderia causar o embargo a algumas atividades econômicas, impondo dificuldades às localidades e fornecendo obstáculos ao seu desenvolvimento.

Outro problema identificado durante a leitura dos estudos arqueológicos para a instrução do processo de tombamento é que embora esses estudos contratados tenham gerado um valioso banco de dados sobre os geoglifos até então conhecidos no sudoeste da Amazônia Ocidental, o documento exclui o componente social inerente às áreas diretamente afetadas

pela tutela dos sítios arqueológicos em questão e, acima de tudo, não elucida um modelo de gestão que atenda a todos os anseios e critérios do IPHAN necessários à gestão de um conjunto tão grande de sítios arqueológicos.

Assim, no intuito de complementar esses estudos, o IPHAN/AC tem refletido sobre outras alternativas para a gestão dos geoglifos ao dar maior ênfase ao componente socioambiental a partir da inclusão de critérios sociais, científicos, históricos, patrimoniais, turísticos e socioeconômicos - entre outros possíveis - que possam ser mensurados para a seleção de sítios propícios ao tombamento. Essa preocupação resultou em duas valiosas contribuições acadêmicas para a gestão desse patrimônio (NEUMANN, 2011; GUSMÃO, 2014).

Para contribuir com essa questão, a presente pesquisa objetiva explorar algumas das lacunas dos estudos arqueológicos para a instrução do processo de tombamento e busca refletir sobre a gestão desse patrimônio cultural através de uma perspectiva compartilhada com as comunidades do entorno dos sítios.

Notadamente os desafios postos nesta empreitada são tão grandes quanto a quantidade de sítios indicados para o tombamento. As experiências de aplicação do Decreto-Lei nº 25/1937 aos bens arqueológicos ainda são esparsas no Brasil, e o caso dos geoglifos figura com excepcional peculiaridade em face do grande quantitativo de estruturas, sua magnitude e dispersão territorial.

Os Geoglifos do Acre e a Lista Indicativa do Patrimônio Mundial da UNESCO ⁸

Em março de 2015 os Geoglifos do Acre foram incluídos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) na Lista Indicativa Brasileira do Patrimônio Mundial. Para a escolha deste bem como reclamante ao título oferecido por aquela organização, utilizou-se como justificativa o seu valor excepcional embasado na sua restrita localização geográfica, bem como a monumentalidade dessas estruturas e o testemunho de técnicas construtivas e arquitetônicas para manipular a paisagem

⁸ As informações sobre a justificativa de inscrição e critérios de avaliação apresentadas neste subtópico foram extraídas do “Formulário de Apresentação dos Geoglifos do Acre para a Lista Indicativa do Patrimônio Mundial” submetido à UNESCO pela Superintendência do IPHAN no Acre e disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Prepara%C3%A7%C3%A3o%20de%20candidaturas%20para%20o%20Patrim%C3%B4nio%20Mundial.pdf>> pp. 19-20.

empregadas por populações indígenas que não possuem qualquer filiação cultural com o presente.

Com base nessas ponderações, os Geoglifos do Acre se encaixaram em três dos dez critérios de avaliação do valor universal excepcional estabelecidos pelo documento que trata das orientações técnicas para aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial, sendo eles:

(iii) constituir um testemunho único ou pelo menos excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização viva ou desaparecida.

(iv) representar um exemplo excepcional de um tipo de construção ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana;

(v) ser um exemplo excepcional de um assentamento humano tradicional, uso da terra ou do mar que seja representativo de uma cultura (ou culturas), ou de uma interação humana com o meio ambiente, especialmente quando ele se tornou vulnerável sob o impacto de mudanças irreversíveis (UNESCO, 2012:16-17).

No tocante às principais implicações da inserção dos Geoglifos na Lista Indicativa do Patrimônio Mundial da UNESCO está, por um lado, a necessidade de proteção nacional aos bens, assim como a elaboração do seu respectivo plano de gestão; e, por outro, sua presença nessa Lista promove o reconhecimento internacional do valor atribuído ao bem - baseado nos critérios acordados pelos Estados-Partes signatários da convenção -, a ampliação do panteão de atores envolvidos na gestão e o estímulo ao desenvolvimento de práticas sustentáveis de preservação através do envolvimento das comunidades locais em todo o processo.

Entre o Iquiri e o Aquiry: elegendo um recorte espacial

Por se tratar de uma pesquisa que busca olhar para além do patrimônio arqueológico na tentativa de entender o contexto de inserção desses bens e sugerir formas de preservação, priorizou-se eleger áreas habitadas com usos e formas variadas de ocupação onde houvesse, também, um número satisfatório de sujeitos residindo sobre as estruturas de terra denominadas geoglifo.

Considerando, portanto, esses requisitos pessoais para a eleição do *locus* de pesquisa, a seleção, a princípio, poderia ter sido uma tarefa simples visto que os Geoglifos –

restringindo a fala aos sítios localizados no estado do Acre - identificados até a data desta redação estão inseridos unicamente no Vale do Acre, mesorregião de maior densidade populacional do estado. Essa empresa, porém, mostrou-se como um desafio tão grande quanto a dimensão territorial que abriga essa tipologia de sítio arqueológico. Como eleger um recorte espacial tão restrito diante de uma pluralidade de atores e um universo tão rico de possibilidades de atuação?

Para não incorrer em erro de abraçar uma área demasiada extensa, deixei-me ser orientado pelas minhas memórias de cada canto já visitado durante aquelas experiências pretéritas na arqueologia acreana. Assim, guiado pelas lembranças dos primeiros sítios visitados e escavações realizadas nas terras do Aquiri, optei por trabalhar na Vila Pia, uma comunidade de pequeno porte localizada às margens da rodovia BR-317, no litígio entre os municípios de Porto Acre e Senador Guimard, ambos pertencentes ao estado do Acre.

Para além de uma escolha motivada unicamente por nuances da minha memória afetiva, a Vila Pia despontou como opção profícua ao se considerar a facilidade de acesso ao local, a presença de geoglifos sugeridos para o tombamento, a expressiva quantidade de moradores residindo sobre os sítios arqueológicos e pela realização de estudos arqueológicos anteriores à presente pesquisa.

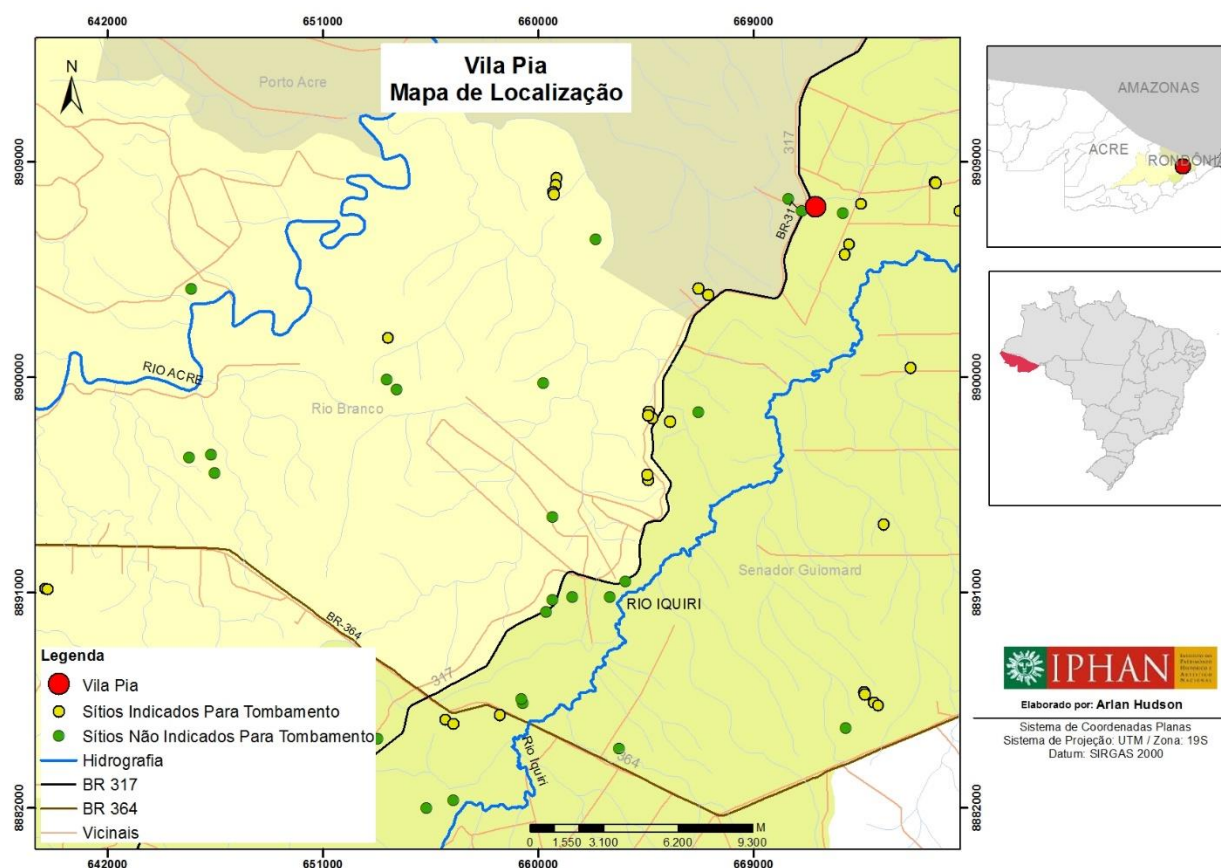


Figura 3 - Vila Pia: mapa de situação e localização. (Mapa elaborado por: Arlan Hudson, 2016)

Outro fator relevante a respeito do local escolhido é que, contrariamente ao potencial arqueológico já confirmado por pesquisas desenvolvidas na última década, pouco se conhece sobre sítios históricos nessa região. A Vila Pia se encontra instalada em uma área com um grande potencial histórico dada a sua proximidade às antigas colocações⁹ de parte dos principais seringais do primeiro e segundo surto da borracha (TOCANTINS, 2009). Além do mais, há uma gama enorme de informações historiográficas sobre essa área que podem, inclusive, ser acessadas através da oralidade dos mais velhos, os quais apontam para diversos momentos de ocupação e ressignificação dos sítios arqueológicos do entorno.

Na busca de alcançar os objetivos traçados para esta pesquisa, embasei-me nos pressupostos teóricos e metodológicos da Geografia Cultural (CLAVAL, 2006; GOMES, 2006) e me aproximei dos preceitos da Arqueologia Pública (FUNARI e ROBRAHN-GONZALEZ, 2008; SCHAAAN, 2007; BEZERRA, 2013; FERREIRA, 2014) no intuito de

⁹ Descritas por Daniela Marchese como uma unidade produtiva de látex. A colocação “ainda hoje resiste aos processos de transformações vividos pelos seringais”, entretanto, após o declínio daquela economia extrativista, a colocação “perdeu a sua função central de organizador do processo produtivo, transformando-se numa simples unidade espacial, um topônimo que permite claramente identificar uma área e os seus limites” (MARCHESE, 2005:30).

articular os discursos de todos os atores e sujeitos envolvidos no processo de patrimonialização dos geoglifos.

A pesquisa de campo ocorreu entre os meses de julho de 2015 e maio de 2016. Durante esse período foram entrevistados 80 moradores; no geral, um morador por residência (Anexo III). As conversas foram orientadas por um “Questionário Socioeconômico e Sobre Memória Afetiva” (anexo I), a partir do qual foi possível identificar o perfil dos meus interlocutores, o tipo de relação que estes estabelecem com o lugar, quais valores simbólicos atribuem ao espaço e quais são as micro referências que compõem o patrimônio cultural da Vila Pia. Ao fim deste questionário, os entrevistados responderam duas breves questões a respeito dos “locais antigos e sítios arqueológicos da Vila Pia”. Com base na aplicação do questionário e seus resultados, foram selecionados e revisitados 25 moradores que responderam questões embasadas num “Roteiro Estruturado Sobre Arqueologia e Gestão do Patrimônio Arqueológico” (anexo II), o qual teve por objetivo ouvir as perspectivas nativas a respeito da preservação dos bens arqueológicos e dar ênfase aos aspectos que podem colaborar positivamente para a elaboração de estratégias de preservação desse o patrimônio, afinal, como disse um dos entrevistados:

Nem tudo que deu certo no Pará dá certo no Acre [...]. Às vezes a gente nem imagina o quanto existe pessoas inteligentes nessas colônia e seringais velhos. [...]. Tem muito cabra aí que tem ideia boa na cabeça. (José Monteiro Arantes, “Mestre Zé”, entrevista em 12/03/2016).

Para estruturar o texto desta dissertação, baseei-me principalmente e decididamente sobre as fontes orais, ou seja, sobre tudo aquilo que pude colher dos depoimentos dos meus interlocutores, ainda que fora do âmbito das entrevistas. Para situar os dados dessa experiência *in loco* e transformá-los em informações ainda mais significativas e completas dentro e fora daquela realidade que experimentei e vivenciei, foi também necessário recorrer às fontes da história oficial, aquela contada pelos livros.

O resultado foi um texto dividido em três capítulos, dos quais o primeiro fala sobre minhas percepções de campo e expõe como a permanência, a experiência e o encontro com os sujeitos da Vila Pia moldaram a estrutura deste trabalho e retiraram as cortinas da minha incompreensão, a qual insistentemente transformava o espaço de entorno dos sítios arqueológicos num todo homogêneo e indistinto. O segundo capítulo revela parte das narrativas dos meus interlocutores, explanando a respeito das construções simbólicas que dão sentido ao lugar chamado Vila Pia e as formas de fruição e uso que as coisas arqueológicas lá

presentes assumem ao serem reintegradas na contemporaneidade. Por fim, no terceiro capítulo é feita uma reflexão sobre as possibilidades de gestão desses bens com base nas perspectivas locais e apresenta também os anseios e as preocupações nativas frente à possibilidade de acautelamento dos geoglifos a partir do Decreto-lei nº 25/1937.

Espera-se que a partir deste estudo de caso seja possível indicar respostas que deem subsídio para as ações futuras do IPHAN no que se refere a elaboração de planos de gestão para sítios arqueológicos tombados. A inserção do viés social, histórico e educacional local ao processo de tombamento dos geoglifos, acredita-se, será de imenso valor simbólico para construir e solidificar um elo entre Instituição e público-alvo, o qual possibilitará a capilarização de responsabilidades no campo da gestão desses bens.

Não se propõe aqui, vale ressaltar, encontrar uma solução definitiva às questões pertinentes à gestão dessa categoria de sítios arqueológicos e tampouco esgotar o debate, pois, conforme pontua Clifford Geertz (2015:20), “[...] a análise cultural é intrinsecamente incompleta e, o que é pior, quanto mais profunda, menos completa”. Sendo assim, o que se busca, por sua vez, é explorar alguns aspectos até então não contemplados pelos estudos arqueológicos realizados na região e, com base no envolvimento de novos atores e sujeitos, sugerir varadouros¹⁰ alternativos que possibilitem a salvaguarda desses bens em processo de tombamento.

Para dar início a essa jornada, acredito que se deve partir de uma questão preliminar a fim de aticar todos os sentidos da percepção. Sendo assim, dei meu pontapé inicial rumo ao local de pesquisa com a seguinte pergunta em mente: Quem são esses sujeitos que moram sobre os geoglifo? Ou melhor, quem são os sujeitos da Vila Pia?

¹⁰ Durante os séculos XIX e XX o termo era amplamente utilizado no contexto amazônico para descrever os caminhos e estradas abertos em meio a floresta para ligar o barracão às colocações de seringa; as colocações entre si; um seringal a outro e os seringais às sedes municipais. Através dos varadouros passavam os comboios que deixavam mercadorias para os seringueiros e faziam o traslado da produção de borracha para o barracão.

1. “PATRIMÔNIO DE QUEM?”: O LUGAR DO PATRIMÔNIO NA VILA PIA

1.1. DAS PERCEPÇÕES DE CAMPO

Os homens não agem em função do real, mas em razão da imagem que fazem dele. Aproximar-se da geografia cultural é, antes de mais nada, captar a ideia que temos do ambiente próximo [...]. É se interrogar em seguida sobre a maneira como as representações são construídas, sobre o seu papel no modelamento do real e sobre sua permanência, sua fragilidade e as reações que provocam.

(CLAVAL, 2006:94)

Minha imersão de campo teve seu início na primeira quinzena de julho de 2015. Segui em direção ao *locus* de pesquisa municiado tão somente de minha caderneta de campo, uma câmera fotográfica e diversas questões sobre como abordar os sujeitos daquele lugar. Para chegar à Vila Pia, parti do centro de Rio Branco em direção a cidade rondoniense de Porto Velho pela Rodovia Federal BR 364. Ao chegar no seu entroncamento com a BR 317, segui em direção a cidade de Boca do Acre-AM até o ponto de interesse desta pesquisa, localizado no quilômetro 52 dessa rodovia.

Ainda sobre o acesso ao local, o primeiro fator que me chamou a atenção foi que, muito embora a Vila Pia esteja localizada há poucos quilômetros de dois mananciais de grande porte - seguindo o padrão dos rios acreanos - e navegáveis durante todo o ano, as hidrovias são pouco utilizadas em virtude da boa trafegabilidade das estradas e vicinais da região. Neste sentido, atualmente o traslado até a comunidade é majoritariamente realizado por carros fretados e/ou ônibus interestaduais que partem diariamente de Rio Branco em direção à cidade amazonense de Boca do Acre, localizada na confluência dos Rios Acre e Purus.



Figura 4 - Mapa de acesso à Vila Pia, a partir de Rio Branco-AC. (Elaborado por: Arlan Hudson, 2016)

Ao chegar na área a ser pesquisada, permiti-me experimentar os sabores do local, ouvir os causos dos moradores e observar sua dinâmica. Esse exercício, quero aqui abrir um breve parênteses, para além de uma característica dos trabalhos realizados com base na geografia cultural, conforme descrito em epígrafe, partilha do entendimento semeado por Malinowski (1984) e também presente nos estudos de Cláudia Nascimento (2011), os quais defendem que a compreensão de um contexto cultural só é possível a partir de sua vivência e experimentação.

[...] é necessária a leitura livre do lugar, sob a forma de um exercício, ou melhor, de uma provocação, seja que lugar for. Um passeio pela cidade, com olhos e alma livre, tentando encontrar o que tem de cada um de nós, e o que dotamos à cidade com a nossa existência. Apenas ver (deixar o olhar fluir), ler (dar sentido às imagens que surgem) e reconhecer (identificar nas imagens significados e aproximações). Certamente serão descobertos elementos nunca vistos, que passarão a assumir protagonismo de outros passeios por estes espaços, como achados; a alguns serão revelados aspectos visuais impensados e outros nos trarão referências memoriais. O fato é que, para quem se propõe ao exercício de vivenciar, mesmo que minimamente os espaços, eles passam de lugares indistintos para lembranças: saem do ambiente exterior e interiorizam ou como elementos de rememoração ou tornando-se por si a própria referência, tornando-se familiares a partir dali (NASCIMENTO, 2011:7).

Ao exercitar os sentidos da minha percepção¹¹, deixando-os serem ativados pelos elementos circundantes, segui fazendo algumas leituras livres do lugar onde, pelos próximos meses, iria conviver, ouvir e dialogar com novos sujeitos. Dentre as esparsas informações que eu possuía sobre a historiografia local, estava a de que a Vila Pia se encontra instalada na área do antigo Seringal Humaitá, colocação São Vicente, apontado por Leandro Tocantins (2009) como um dos principais pontos de extração gumífera da Amazônia acreana nos tempos idos do surto da borracha e que foi desativado poucos anos após o declínio daquela economia extrativista.

Hoje, por influência das políticas de Estado e do modelo de desenvolvimento vislumbrado para a região, a colocação de seringa se transformou em vila, enquanto as estradas e varadouros se tornaram ruas e vicinais. Assim, ao chegar na Vila Pia, grande parte do que visualizei foram extensas áreas de pastagens intercaladas por pequenos fragmentos de floresta densa que resistem ao tempo, ao desenvolvimento e que contribuem para a sua ambiência pacata e bucólica.



Figura 5 - Vista parcial do perímetro urbano da Vila Pia. (Foto: Arlan Hudson. Data: 11/07/2015)

¹¹ O conceito de percepção aqui trabalhado segue na linha de entendimento da geografia humanista, que a descreve como uma atividade de interação do indivíduo com o meio, ocorrendo através de mecanismos biológicos - visão, audição, tato, olfato e paladar – e cognitivos - a entender, aspectos motivacionais, culturais, entre outros (TUAN, 1980).

Ali, na área daquele antigo seringal, acham-se assentadas famílias que, com o auxílio da diocese de Rio Branco, obtiveram o direito de posse das terras e naquele lugar passaram a residir e empenhar suas vidas no desenvolvimento de atividades agrossilvopastoris e na comercialização de produtos e serviços com os conglomerados circunvizinhos.

No que se refere à arqueologia, a comunidade está assentada sobre um complexo arqueológico composto por seis sítios registrados, os quais têm sido alvo de pesquisas científicas há quase uma década (SCHAAN e SAUNALUOMA, 2013; WATLING et al 2015).

Essas pesquisas deixaram contribuições junto aos moradores que, graças às atividades de socialização e musealização realizadas durante as escavações Sítio Tequinho¹², passaram a questionar e confabular a respeito das premissas preservacionistas que começaram a recair sob o local após o início do processo que vem instruindo o tombamento dos sítios arqueológicos do tipo geoglifos.

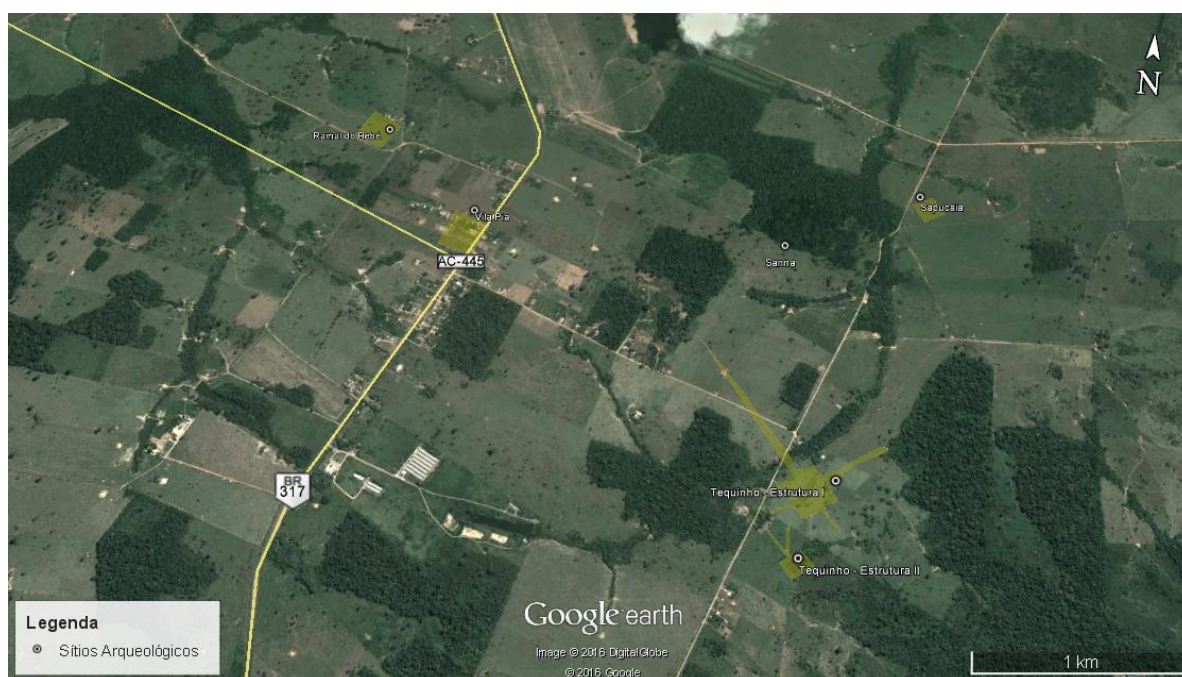


Figura 6 - Vista aérea da Vila Pia com sítios arqueológicos em evidência. (Fonte: Google Earth. Elaborado por: Arlan Hudson).

¹² Com financiamento da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), Academia da Finlândia e National Geographic Society, o projeto de musealização do Tequinho tinha por objetivo “estudar (escavar) e preparar para visitação (musealizar) o sítio Tequinho, com ajuda dos habitantes da Vila Pia, alunos e professores das escolas locais, usando estratégias da arqueologia comunitária, contribuindo assim para a preservação e difusão do importante patrimônio arqueológico no estado do Acre”. Tinha-se como meta, até o final do projeto, a realização de um estudo sistemático e participativo do sítio, a produção de um livro sobre a história local, a musealização do sítio e a produção de um material audiovisual a ser distribuído nas escolas públicas do estado. Com a suspensão do financiamento, o projeto de musealização foi totalmente paralisado no ano de 2013 sem que seus objetivos iniciais fossem alcançados (SCHAAN, 2011:14-15).

Contando com esse conhecimento prévio que os sujeitos da Vila Pia tinham a respeito de arqueologia e sobre a figura do tombamento, eu esperava uma boa receptividade por parte deles para a tentar construir uma ponte dialógica entre moradores locais e o IPHAN. Porém, nos contatos preliminares, isso se mostrou uma realidade pouco possível.

Após transcrever minhas percepções preliminares a respeito daquele lugar no meu diário de campo, segui para um pequeno mercado local onde, após me servir de um bom café preto, expus toda a minha proposta de pesquisa para alguns poucos moradores que ali estavam e expliquei os motivos que me levavam à Vila Pia. Ao falar do processo de tombamento em curso dos sítios arqueológicos do tipo Geoglifos e da inserção desses bens na Lista Indicativa para o Patrimônio Mundial da UNESCO, um dos ouvintes prontamente se levantou e antes de ir embora perguntou: “Patrimônio de quem? Para mim a existência desses sítios não representa nada. Minha terra é o meu patrimônio” (João Correa, morador da Vila Pia, entrevista em 11/07/2015)¹³.



Figura 7 - Sítio Vila Pia: perspectiva aérea. (Foto: Édison Caetano. Data: 13.jul.2008. Fonte: Acervo IPHAN/AC)

¹³ O autor dessa fala também informou ter encontrado uma gama de vestígios arqueológicos em sua propriedade, porém não quis se identificar para não ter seu nome publicado nesta pesquisa e tampouco ser procurado por arqueólogos no futuro. Em conversa com outros sujeitos, o nome do morador em questão foi revelado, porém, em respeito ao seu desejo pelo anonimato, optou-se por chama-lo de “João Correa” para referenciar sua fala ao longo deste trabalho. Esse procedimento, cabe aqui ressaltar, foi adotado apenas no caso em questão.

Embora ríspida e tenaz, a fala daquele morador evidenciava um conjunto de questões que gravitam entorno dos processos de tombamentos de muitos bens, sobretudo arqueológicos, e apresentam antigo sintoma amplamente debatido por Lúcio Ferreira (2013): o distanciamento afetivo de alguns atores sociais em detrimento de parte dos bens acautelado como patrimônio cultural pelo Estado e a ausência dos discursos nativos/locais a respeito desses bens patrimonializados.

Se um bem é declarado como possuidor de valor para toda uma nação, como pode não significar nada para aqueles que têm contato direto com o mesmo? Como bens declarados de valor mundial podem ser ignorados pela população local? Ou, como questiona Ulpiano Bezerra de Menezes (2012:29) “Como pode algo valer para o mundo todo, se não vale para aqueles que dele poderiam ter a fruição mais contínua, mais completa, mais profunda?

1.1.1. O Problema do Distanciamento Afetivo

Com base na questão revelada pela fala de João Correa, pus-me a refletir sobre o conceito e as políticas de patrimônio e a respeito dos aspectos que levam certos segmentos sociais a não se identificarem com alguns dos bens culturais tutelados pelo Estado ainda hoje.

Para ter melhor entendimento dessa relação de recíproco distanciamento, percebi que é necessário recuar um pouco na linha do tempo e observar como as ações patrimoniais iniciaram no mundo ocidental e, conseqüentemente, no Brasil. Assim, ao ler as bibliografias necessárias, fui levado para meados do século XVIII quando, segundo Françoise Choay (2001) esse processo teve sua gênese. De acordo com a autora, as primeiras ações patrimoniais tiveram intrínseca relação com o surgimento dos Estados-nacionais, que se utilizavam do discurso patrimonial para eleger cânones do passado e unificar a população em torno de uma coletividade. Ainda que a autora argumente que a ideia de patrimônio articulava-se já nesse momento à uma ideia de identidade coletiva, percebe-se que a prioridade era essencialmente a preservação dos monumentos, das edificações e obras de arte ligados a grupos específicos da esfera social, dando ênfase à sua materialidade e conferindo-lhes valor histórico e artístico.

Sandra Pelegrini (2009) é mais específica ao explicar esse processo e conta que as premissas patrimoniais surgiram como uma estratégia política para o acautelamento de bens ligados à nobreza e como forma de repelir a destruição de imóveis e obras de arte da

monarquia durante a Revolução Francesa. Os motins ocorridos ao longo daquele evento revolucionário comprometeram e colocaram em xeque a integridade de vários monumentos que representavam o passado monárquico. Assim, para frear o ímpeto das classes menos abastadas, utilizou-se do discurso patrimonial para evocar valores coletivos àqueles bens e para, desta maneira, garantir sua preservação.

Rafael de Alcantara Brandi (2009) complementa essa explicação e conta que após deposta a figura do rei urgiu a necessidade de unir a população em torno de uma concepção abstrata de Estado. Para isto, incorporou-se um viés geopolítico ao termo patrimônio para usá-lo como instrumento aglutinador social através da invenção de um conjunto de cidadãos que deveriam compartilhar uma língua e uma cultura, uma origem e um território.

Segundo Stuart Hall (2001:50-51), esse processo de formação das identidades nacionais foi – e, em alguns casos, ainda permanece sendo – marcado por “um longo e violento processo de conquista – isto é, pela supressão forçada da diferença cultural” para dar luz às “comunidades imaginadas” marcadas pela homogeneidade. Esse referendo de representações das memórias coletivas cristalizou elementos fundamentais das construções identitárias de distintas sociedades. No caso brasileiro, articularam-se, inclusive, diversas temporalidades a essa identidade.

[...] a construção da ideia de patrimônio no Brasil esteve ligada a atuação de intelectuais ligados ao movimento modernista. Estes tratavam de construir a imagem e a memória do país articulando dois momentos específicos: 1) o presente, de construção nacional, do homem-novo da Era Vargas, pautado nos ideais de modernidade; 2) o período colonial, fonte do repertório local da brasilidade desejada e onde estaria o conjunto de elementos e solução que dariam o caráter da expressão nacional (NASCIMENTO, SCIFONI e TOJI, 2010:180).

Esse movimento culminou na criação do Decreto-Lei nº 25/1937 o qual conferiu as atribuições legais do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) – atual IPHAN - e “Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional” (BRASIL, 1937). Em seu art. 1º, a Lei do Tombamento, como é conhecido o Decreto-Lei, traz a seguinte definição:

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (op. cit.).

No que diz respeito especificamente aos bens arqueológicos, a arqueóloga Regina Coeli destaca que, embora quando da formação do patrimônio cultural nacional se tenha buscado cunhar um conceito amplo e estabelecer premissas abrangentes, a Lei do Tombamento findou por ter um caráter restritivo, sobretudo no que concerne aos bens arqueológicos. Isso porque se consideravam então passíveis de acautelamento somente os bens de valor excepcional (SILVA, R. 2007).

Nesse contexto de valoração pautada na excepcionalidade, as primeiras práticas preservacionistas brasileiras utilizaram como critérios eletivos as características estéticas e estilísticas dos bens, dando ênfase àqueles que guardavam o testemunho da ocupação europeia, cristã e colonial em terras brasileiras. Por esses fatores, privilegiaram-se para o tombamento as obras ligadas ao barroco, bem como fortalezas, fortes, aquedutos, igrejas, engenhos, fazendas, pontes, casas nobres, solares, sobrados, entre outros (FONSECA, 2003).

Sobre essa política de Pedra e Cal, Pelegrini (2006) considera que a primeira lei nacional de proteção ao patrimônio teria agido no sentido de justificar, por um lado, a conservação de bens ligados aos segmentos dominantes da esfera social, e de outro, teria gerado pouca atenção em relação à preservação de bens ligados às classes menos abastadas, identificados até mesmo como entraves para a modernização.

Decorrência direta ou indireta dessa perspectiva, não é incomum que as contribuições dos setores não privilegiados pelas políticas de patrimônio sejam atualmente desconsideradas ou menosprezadas de forma mais ou menos generalizada:

“Os índios não geram porcaria nenhuma pro desenvolvimento do Brasil e essas *desgrama* [os arqueólogos] ainda querem preservar isso aqui [os geoglifos]” (Adriano M. M., morador há 27 anos, entrevista em 19/04/2016, grifo nosso).

É no cerne dessa questão sobre atribuição de valor e eleição de cânones que Silvia Helena Zanirato aponta a resposta para o distanciamento popular das questões pertinentes à preservação e conservação de bens culturais:

As explicações para o escasso envolvimento da população brasileira com a conservação dos bens que configuram a memória e a história do país podem ser encontradas em dois campos. O primeiro diz respeito ao modo como foi instituída e divulgada uma compreensão sobre o patrimônio em nosso país. O segundo em uma ideologia de valorização da modernidade disseminada no social, que aquilata tudo aquilo que parece apregoar o progresso e rejeita

outros signos entendidos como expressão do arcaico; entre esses as marcas do passado e da natureza (ZANIRATO, 2009:140)

Com toda a razão, essa segregação de traços da memória coletiva para a coadunação da identidade nacional refletiu negativamente na aceção contemporânea da noção de patrimônio e deu vazão para o distanciamento de alguns atores, além de servir de lastro para a falta de representatividade reclamada por alguns segmentos sociais frente a certos bens acautelados.

Como lembra Paulo Cesar Tomaz (2011), o que torna um bem dotado de valor patrimonial é a atribuição de sentidos ou significados que o mesmo possui. É com base nessa atribuição de valores que se justifica a sua respectiva preservação e salvaguarda. Entretanto, é importante compreender que esses bens possuem múltiplos significados, que variam a depender do seu contexto histórico, econômico, social, temporal e cultural.

Para Zanirato (2009:140) a principal característica da sociedade brasileira é a sua composição heterogênea, “essa pluralidade, oriunda de eventos que deram lugar a diferentes culturas particulares, provém de relações assimétricas, de dominação-subordinação, que ligam povos com culturas distintas dentro de uma mesma formação sociocultural”.

Esse é um dos motivos que explica porque há no Brasil compreensões tão diferenciadas acerca dos usos sociais do patrimônio. É factível que as classes populares, muitas vezes, relegadas à marginalidade e ao esquecimento, sintam-se pouco comprometidas com a conservação dos bens, sobretudo se não os enxergam como seus, conforme explicam Pedro Funari e Lúcio Ferreira:

(...) é comum que os grupos dominantes usem seu poder para promover seu próprio patrimônio, minimizando ou mesmo negando a importância dos grupos subordinados, ao forjar uma identidade nacional à sua própria imagem, mas o grau de separação entre os setores superiores e inferiores da sociedade não é, em geral, tão marcado quanto no Brasil. Neste contexto, não é de surpreender que o povo não preste muita atenção à proteção cultural, sentida como se fora estrangeira, não relacionada à sua realidade (FUNARI e FERREIRA, 2015:139).

Se o patrimônio edificado tutelado pelo Estado até a segunda metade do século XX, em linhas gerais, não corresponde ao testemunho histórico de todos os povos que compõem a nação brasileira (FONSECA, 2003), e a ausência de valor afetivo provocou tamanho distanciamento desses segmentos sociais (FUNARI e FERREIRA, op. cit.), o que se pode

dizer dos bens arqueológicos? Como entender a relação de parte da população em detrimento das peças postas como patrimônio arqueológico?

1.1.2. O Patrimônio Arqueológico e a Exclusão do Passado Indígena

[...] na minha opinião, o índio não tinha capacidade de fazer aquilo. Foi achado cerâmica de barro, panela de barro e garrafa. Era tudo muito moderno e bem feito. [...] Pois é, foi tudo achado ali dentro daquele buraco e por isso eu não acho que aquilo foi feito por índio (Marcelo Vasconcelos do Nascimento, entrevista em 11/06/2016).

Trazendo o debate para o âmbito do patrimônio arqueológico, classificado por Funari e Carvalho (2005:40) como o testemunho da história dos dominados, acredito que seja necessário abrir um novo parêntese para buscar a resposta para os mesmos percalços. Como explicar a persistência do distanciamento e falta de afetividade entre uma parcela da população em relação ao patrimônio arqueológico sobre o qual constroem suas casas e desenvolvem suas vidas? Por que a fala em epígrafe é tão recorrente na arqueologia brasileira?

A arqueóloga Cristiana Barreto (2000) fala que trabalhar a arqueologia no Brasil significa acompanhar o confronto do brasileiro com um passado pouco conhecido, que se apresenta por meio de inúmeras formas de identificação ou rejeição das raízes indígenas pela sociedade nacional.

Mas qual a origem desse confronto? Passear nesta seara requer olhar para o passado mais uma vez com vistas a entender como a historiografia oficial construiu o imaginário nacional em torno dos antigos moradores das terras que hoje compreendem o Brasil.

O pessoal cria uma história, aí isso vira documento e como a gente vai contestar? Depois que tá no papel a história tem um peso muito grande (José Monteiro Arantes, "Mestre Zé", entrevista em 12/03/2016).

De acordo com Silva e Nunes Filho (2012), a exclusão do passado indígena para a formação da identidade nacional brasileira tem sua origem na noção de “civilização” orientada pela monumentalidade propagada desde o período colonial. Os autores observam que, tratando-se da história do Novo Mundo, o termo é comumente utilizado para descrever e

caracterizar tão somente as culturas Maia, Inca e Asteca, em virtude de seus numerosos monumentos arquitetônicos. Às demais sociedades nativas das américas, que dispunham de uma cultura material mais modesta, foi negado o *status* de civilização, relegando-as à marginalidade.

No que diz respeito à Amazônia, Francisco Oliveira (2014) e Cristiana Barreto (2008) contam que a historiografia produzida pelos primeiros viajantes europeus que singraram pelos rios da região entre os séculos XVI e XIX se atinha a uma narrativa fantasiosa a respeito da paisagem e da população nativa, sempre os referenciando como povos errantes inseridos em um ambiente exótico e selvagem.

(...) a história dos primeiros encontros depende em grande parte de alguns poucos documentos escritos, quase todos crônicas de expedições que percorreram o rio Amazonas nos séculos XVI e XVII. Algumas destas crônicas tinham por objetivo relatar suas importantes descobertas às coroas ibéricas, na esperança de obterem recompensas por seus feitos. São muitas vezes relatos marcados por exageros quanto às proezas heroicas dos protagonistas europeus, e igualmente fantasiosos quanto aos novos territórios descobertos, povoados por seres míticos e lugares imaginários (BARRETO, 2008:110).

Segundo conta Cristiana Barreto (2000:36) outro fator determinante para a depreciação do passado indígena brasileiro foram os primeiros ensaios antropológicos e etnográficos realizados na bacia amazônica durante os séculos XVIII e XIX, a princípio por Alexandre von Humboldt (1799-1803) e posteriormente por Von Martius, que especularam que os índios brasileiros correspondiam ao último estágio de uma civilização decadente. Tais publicações repercutiram negativamente em todo o território nacional e tornaram-se populares entre os intelectuais brasileiros.

Como consequência dessa caracterização estereotipada, Silva & Nunes Filho (2012) seguem explicando que intelectuais brasileiros, na carência de evocar símbolos e monumentos de seu passado indígena para a criação da identidade nacional, tal qual faziam seus vizinhos sul-americanos, optaram por romper com a ancestralidade indígena e consolidar-se como um país baseado na estética e cultura europeia:

A sociedade brasileira formou-se destroçando e subjugando as populações indígenas. E como consequência do violento processo de colonização, “a nação brasileira se consolidou como um país de matriz cultural europeia, sendo a nova sociedade caracterizada pela falta de identidade afetiva, cultural e étnica em relação aos povos nativos que a antecederam” (BARRETO, 2010 apud SILVA e NUNES FILHO, 2012:18).

Outro movimento interessante desse processo de exclusão e apagamento da memória dos povos nativos do Brasil é retratado por Adams, Murrieta e Neves (apud ROCHA et al., 2014), que falam dos impactos dos movimentos migratórios para a expansão da sociedade nacional na percepção de seus atuais ocupantes a respeito dos aspectos da paisagem e dos seus antigos moradores, buscando sobrescrever os entendimentos de população tradicional dos mais distantes rincões do Brasil. No caso da Amazônia, por exemplo, criou-se a figura do Caboclo como uma forma de evocar uma nova ancestralidade da paisagem em detrimento dos povos nativos, conforme descrevem os autores supramencionados:

Para a antropologia, as sociedades caboclas representam os antagonistas diretos das sociedades indígenas, pontas de lança do colonialismo e, posteriormente, da sociedade nacional”; ou seja, caboclos não são “outros genuínos”, são “outros falsificados”. “Nacionalmente, o caboclo representa um projeto incompleto de criação de uma cultura brasileira que rompeu com seus antecedentes europeus, africanos e indígenas (ADAMS, MURRIETA e NEVES apud ROCHA et al., 2014:374).

É nesse contexto que Funari e Ferreira (2015) identificam o cerne dos problemas de distanciamento afetivo da população brasileira em relação ao patrimônio arqueológico e, conseqüentemente, o soerguimento dos obstáculos para a gestão e preservação desses bens, que geralmente são apresentados como um empecilho ao desenvolvimento da nação:

O patrimônio arqueológico *stricto sensu* poderia deixar de ser afetado por esta falta de interesse na preservação da cultura material da elite, na medida em que a arqueologia produz evidência de indígenas e dos humildes em geral (...). Entretanto, há muitos fatores que inibem um engajamento ativo da gente comum na proteção patrimonial. Em primeiro lugar, há falta de informação e de educação formal sobre o tema. Indígenas são raramente mencionados nas lições de História e, na maioria das vezes, as poucas referências são negativas, ao serem representados como preguiçosos, uma massa de servos atrasados incapazes de alcançar a civilização. Os índios eram considerados ferozes inimigos, dominados por séculos e isso *pleno iure*. Em famoso debate, no início do século XX, Von Ihering, então diretor do Museu Paulista, propôs o extermínio dos índios Kaingangs que, segundo ele, estavam a atrapalhar o progresso do país [...] (FUNARI e FERREIRA, 2015:139).

Se a cultura material de um povo é a prova irrefutável de sua existência em algum momento da história humana e “objeto [...] importante para o entendimento das identidades de pessoas e sociedades”, assim como descreve Tilley (2008 apud FERREIRA e BEZERRA, 2011:10), logo - fazendo uma relação do trecho supracitado de Funari e Ferreira (op. cit) e a

fala de João Correa, onde este afirma “Para mim a existência desses sítios não representa nada” - o ato de preservar as peças arqueológicas pode, em determinada circunstância, ser entendido como o ato de salvaguarda dos vestígios daqueles que a historiografia oficial buscou esquecer.

1.2. “MEU PATRIMÔNIO É A MINHA TERRA”: TRABALHANDO O CONCEITO DE ESPAÇO E LUGAR NO CAMPO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Segundo François Hartog (2006 apud OLIVEIRA & MARIANO, 2014:104) “se tudo é o patrimônio, então, de acordo com o já antigo jogo de palavras, nada é patrimônio”. Essa frase, no contexto lançado pelo autor, faz uma crítica aos processos de patrimonialização conduzidos pelas sociedades contemporâneas, sobretudo após o ano de 1989, os quais têm se desdobrado em novos entendimentos dos termos memória e patrimônio. Entretanto, se aplicada no contexto da Vila Pia, a citação de Hartog pode nos conduzir a novos quadros reflexivos entorno daquilo que é posto como o patrimônio local.

Fazendo um jogo de palavras, conforme fala o autor supracitado, pode-se elaborar a seguinte questão: se nada é patrimônio, o que é patrimônio? Retomamos, assim, mais uma vez a fala do senhor João Correa. Ele, ao negar o objeto em processo de patrimonialização realizado pelo Estado, dá indicações para a resposta desse questionamento: “meu patrimônio é a minha terra”. Insistindo em fazer um exercício reflexivo em torno dessa afirmação, a questão inicial deste tópico - o que é patrimônio? - se transforma. Ora, se "meu patrimônio é a minha terra", então o que torna a terra um patrimônio? Quais valores gravitam em torno da coisa chamada "terra" que dão a ela título de patrimônio? O que é patrimônio para os sujeitos da Vila Pia?

Para tentar entender essa questão, acredito que é preciso ter ciência de como as construções simbólicas de um determinado indivíduo e/ou grupo social influenciam na percepção do espaço. Para isso, o primeiro passo é internalizar o conceito de espaço e compreender como a atribuição de valor pode lhe conferir o sentido de lugar. Somente a partir dessa sistematização de conceitos é possível seguir a diante e estratificar os discursos e valores que gravitam em torno do termo lugar, levando, pois, a compreender que este pode assumir vários entendimentos e que cada um deles pode ser aplicado de formas distintas nas análises realizadas no campo do patrimônio cultural.

Diante da necessidade de fazer essa articulação teórica entre sujeitos, espaços e lugares, lembrei das aulas de história do pensamento geográfico durante minha graduação em geografia pela Universidade Federal do Acre, quando, dentre todos os debates realizados, muito se discutiu a respeito da interação homem-meio ambiente e sobre a transformação recíproca que esta relação suscitava. Esse debate, tão antigo quanto a ciência geográfica, acompanhou o desenvolvimento do campo de conhecimento em questão e se estendeu ao longo dos séculos como uma tentativa de fixação conceitual da geografia (GOMES, 2006). Longe de querer me estender nas narrativas sobre aquele período nomotético, quero me ater, mesmo que de forma abreviada, tão somente ao pós década de 1960 e ao surgimento da geografia cultural e humanística.

De acordo com a escola francesa, a geografia cultural moderna está associada à experiência que os homens têm com o meio em que estão inseridos e estuda a maneira como eles o modelam para responder aos seus anseios, gostos e aspirações (CLAVAL, 2011).

Werther Holzer explica que essa disciplina surgiu ante a necessidade de preencher as lacunas deixadas pelas limitações metodológicas da geografia teórico-quantitativa, buscando, para tanto, apoiar-se na fenomenologia, sobretudo de Heidegger, para a descrição do mundo cotidiano. Seus fundamentos, conforme explica, partiram do princípio de explorar as nuances da interface do “homem-no-mundo” e buscavam, desta maneira, romper com os métodos de pesquisa pautados no positivismo, que insistiam em lidar apenas com aspectos objetivos ligados a um espaço geometrizado.

Ela [a geografia cultural] pressupõe um campo de estudos próprio que se refere à existência humana na Terra, a partir de um objeto fenomenologicamente determinado: o “espaço geográfico”, que tem como elemento essencial a “geograficidade”, definida como uma “geografia vivida em ato” a partir da exploração do mundo e das ligações de cada homem com sua terra natal (HOLZER, 2003:114. grifo nosso).

De acordo com Paul Claval (2011), as ferramentas analíticas oferecidas por essa disciplina possibilitaram maior interpretação da natureza das sociedades humanas, visto que sua base disciplinar repousa sobre os seguintes pontos: a) o conhecimento do mundo sempre se faz através de representações; b) a cultura é construída a partir de elementos transmitidos ou inventados; c) a cultura existe através dos indivíduos que a recebem e a modificam; d) o processo de construção da cultura é também um processo social; e) a construção do indivíduo

como ser social se traduz pelo nascimento de sentidos de identidade; f) a construção da sociedade pela cultura; entre outros.

Para alcançar esse nível de compreensão, Claval (2006) explica que os expoentes dessa corrente epistemológica, ao colocarem o sujeito e as suas construções simbólicas no bojo das análises geográficas, optaram por partir de, basicamente, três eixos fundamentais:

[...] primeiro, ela [a geografia cultural] parte das sensações e das percepções; segundo, a cultura é estudada através da ótica da comunicação, que é, pois, compreendida como uma criação coletiva; terceiro, a cultura é apreendida na perspectiva da construção de identidades, insiste-se então no papel do indivíduo e nas dimensões simbólicas da vida coletiva (CLAVAl, 2006:92).

Na busca pelo entendimento de como os sujeitos se definem e constroem sua identidade a partir de sua inter-relação com o meio, os pensadores da geografia cultural seguiram na contramão dos postulados do modelo tradicional de geografia e puseram-se a observar o espaço não somente pelo dualismo homem-natureza, mas também pelos signos e significados que nele gravitam e dão lógica à ordem estabelecida.

Essa postura, seguindo na perspectiva apresentada por Paulo Cesar Gomes (2006), consiste na essência do “ser geógrafo”, ou seja, significa pôr-se a observar todas as nuances que compõem o meio. Trata-se de vislumbrar o espaço a partir de uma cosmovisão, buscando compreender todas as minúcias e sinergias que nele atuam e, também, procurando entender as relações ali estabelecidas que lhe conferem, entre outras coisas, o sentido de lugar.

A Geografia é, assim, o ato de estabelecer limites, colocar fronteiras, fundar objetos espaciais, orientá-los, ou, em poucas palavras, o ato de qualificar o espaço; mas é também simultaneamente a possibilidade de pensar estas ações dentro de um quadro lógico, de refletir sobre esta ordem e sobre seus sentidos (GOMES, 2006:36).

Essa corrente do pensamento geográfico modificou significativamente a forma de atuação dos geógrafos. Sua aproximação com outros campos do conhecimento, sobretudo a antropologia, propiciou um cenário favorável para o surgimento de novas leituras do espaço que se distanciam da concepção do espaço fixo e passaram a reconhecê-lo como uma composição contínua de processos de produção de sentidos e ações (CLAVAl, 2006). Ou, nos termos colocados por Gomes (2006:38-39):

A análise geográfica deve examinar o espaço como um texto, onde formas são portadoras de significados e sentidos. Há, por assim dizer, uma “escrita”

nesta distribuição das coisas no espaço. Em outros termos, o arranjo espacial das coisas é uma linguagem. [...] Há como uma linguagem na maneira pela qual as coisas estão postas no espaço, no fluxo de coerência que as une espacialmente, no sentido que as atravessa nas diferentes sequências de elementos.

Seguindo na linha de pesquisa da geografia cultural, acredito ser importante recorrer à fenomenologia de Martin Heidegger (1987) para entender as construções simbólicas da Vila Pia. Segundo esse autor, para seguir com uma análise científica de um ente a fim de entendê-lo, a princípio faz-se mister esvaziá-lo de significado, colocando-o no status de coisa no sentido ainda mais lato¹⁴. Sendo assim, ao esvaziar de significado o lugar chamado Vila Pia, automaticamente parto para um outro ente que geógrafos como Richard Hartshorne (1978) chamam de espaço; um ente fenomenológico, abstrato, que existe, porém não possui valor atribuído.

Na concepção de Hartshorne (op. cit) o termo espaço é empregado no sentido de área que seria somente um quadro intelectual do fenômeno, um conceito abstrato que não existe em realidade e que a área está relacionada aos fenômenos dentro dela e somente naquilo que ela os contém em tais e tais localização. O espaço, na visão de Hartshorne, é o espaço absoluto, um conjunto de pontos que tem existência em si, sendo independente de qualquer coisa.

Para Roberto Lobato Corrêa (1982) o espaço para Hartshorne aparece como um receptáculo que apenas contém as coisas. Essa concepção de espaço, posto na perspectiva de Heidegger, se alinha ao entendimento de ente trabalhado por esse autor, o qual defende que um ente corresponde a uma coisa em si, ou seja, um elemento abstrato, de valor intrínseco (ele mesmo) e, acima de tudo, passível de nova valoração externa a partir de quem o observa.

Característica, extensão, comparação, lugar, tempo, são determinações que, em geral, são ditas da coisa. Estas determinações indicam em que perspectiva as coisas se nos mostram, quando, no enunciado, nos dirigimos a elas e falamos delas, indicam os caminhos-do-olhar nos quais as coisas e a partir dos quais elas se nos mostram (HEIDEGGER, 1987:70).

¹⁴ Martin Heidegger explica que uma coisa pode adquirir três sentidos: restrito, lato e ainda mais lato. O primeiro “significa o disponível, o visível, etc., o que está ao alcance da mão”. O segundo, coisa em sentido lato, “significa qualquer assunto, qualquer coisa que aconteça, de um modo ou de outro, as coisas que se passam <<no mundo>>, acontecimentos, eventos”. Por fim, o “sentido ainda mais lato [...] <<de coisa em si>> e que a distingue da <<coisa para nós>>, quer dizer, de fenômeno. Uma coisa, neste último caso, significa, pois, <<qualquer coisa>>, aquilo que é contrário de nada” (HEIDEGGER, 1987:16-17, grifo do autor).

Na visão de Milton Santos (1978) o espaço é fruto da produção humana e pode ser entendido como um conjunto de formas representativas das relações sociais nele estabelecidas no passado, presente e projetadas para o futuro por meio das suas rugosidades, ou seja, do espaço construído.

[...] o espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma praxis coletiva que reproduz as relações sociais, [...] o espaço evolui pelo movimento da sociedade total (SANTOS, M. 1978:171).

Rafael Ribeiro (2011:264), por sua vez, descarta a discussão empreendida por Milton Santos e segue por caminho oposto defendendo que “o espaço tem uma existência independente da ação humana”. O autor em questão explica que o espaço se transforma ao ser inserido no contexto das construções simbólicas, identitárias e ideológicas da sociedade, ou seja, o espaço ganha *status* de lugar a partir do momento em que é preenchido de valor e passa a ser associado a memória afetiva.

Para Ribeiro (op. cit), o entendimento dos conceitos de espaço e lugar são dois pilares fundamentais para algumas correntes da Geografia, sobretudo aquelas que tratam do viés humanista e cultural. Então, avançando nesse debate conceitual, o autor explica que:

[...] o conceito de lugar está associado à vivência e ao pertencimento, fruto da construção de um elo afetivo estabelecido entre o indivíduo e espaço, aproximando-se da fenomenologia e do existencialismo (RIBEIRO, 2011:265).

Ainda tencionando esse debate conceitual, Doreen Massey (2000) discute que o comportamento acelerado do pós-modernismo vem alterando o sentido de lugar e a experiência de espaço, ao mesmo tempo que tem modificado a percepção dos indivíduos. Segundo a autora, quanto mais nos movemos, menos nos sentimos pertencentes a uma unidade territorial em particular, reduzindo desta maneira o sentido de lugar. Essa aceleração, explica, vem rompendo com a ideia de lugar enquanto unidade habitada por comunidades coerentes e homogêneas para dar luz à uma compreensão composta por fragmentações e antagonismos. Um dos resultados dessa situação, conclui, é a crescente celeuma a respeito daquilo que definimos como lugar e como nos relacionamos com ele.

Também trabalhando sobre as influências do pós-modernismo - ou supermodernidade, como define o autor - no sentido de lugar, Marc Augé (2012) apresenta os

conceitos de lugar antropológico, por ele definido como identitário, relacional e histórico; e não-lugar, que, em linhas gerais, seria uma oposição ao primeiro. Essa perspectiva abordada pelo autor parte do princípio de dialogar com os paradoxos do mundo supermoderno e a sua exacerbada abundância espacial expressa nas múltiplas escalas, nas acelerações da vida contemporânea e a sua consequente compressão de espaço-tempo.

Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar. A hipótese aqui defendida é a de que a supermodernidade é produtora de não-lugares, isto é, depois de espaços que não são em si lugares antropológicos e que [...] não integram os lugares antigos: estes, repertoriados, classificados e promovidos a “lugares de memória”, ocupam aí um lugar circunscrito específico (AUGÉ, 2012:63).

Referenciado por Augé (*ibidem*), Pierre Nora (1993) apresenta uma outra categoria chamada de lugares de memória, os quais, segundo explica, correspondem a uma unidade onde subsiste traços da memória postos como fundamentais para a formação identitária de um povo. Ao afirmar que “os lugares de memória são, antes de tudo, restos”, Nora (*ibidem* p.12) fala que os lugares de memória correspondem a um arquivo de signos que definem coletividades. Resultam, pois, da busca por impedir que traços essenciais dessa construção imaginária coletiva se percam em meios aos deslocamentos provocados pela celeridade do período pós-moderno. Em outras palavras, para Nora (*ibidem* p.13)

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais.

No seio desse debate sobre atribuição de valor ao *locus* de vivência, o geógrafo Yi-Fu Tuan (1980) cunhou o termo topofilia a fim de traduzir os laços que os indivíduos estabelecem com o meio, seja através das sensações provocadas pelas suas características físicas, seja por meio da afetividade e historicidade que possui. Dentro dessa perspectiva, segundo o autor, a mobilidade nos lugares consiste em mover-se por um arquivo de lembranças, ancoradas em imagens de experiências relativas ao espaço, lugar e paisagem.

A topofilia assume muitas formas e varia muito em amplitude emocional e intensidade. É um começo descrever o que elas são: prazer visual efêmero; o deleite sensual de contato físico; o apego por um lugar por ser familiar,

porque é o lar e representa o passado, porque evoca orgulho de posse ou de criação (TUAN, 1980:286).

Articulando essa discussão conceitual ao bojo investigativo desta pesquisa de mestrado, voltamos para a declaração de João Correa. Alinhando sua fala na perspectiva dos conceitos acima trabalhados, encontramos a resposta para uma das questões postas no início deste tópico “se meu patrimônio é a minha terra, então o que torna a terra um patrimônio?”. Entendendo que lugar é uma porção do espaço cuja atribuição de valor está ligada à afetividade e vivência individual e/ou coletiva, logo a terra de João Correa é o seu lugar. Sendo assim, fazendo mais uma vez o jogo das palavras, a exemplo de Hartog, lugar é patrimônio.

A partir dessa reflexão embasada na análise teórica acima, a fala de João Correa nos permitiu chegar ao entendimento de lugar enquanto patrimônio, entretanto ele, enquanto sujeito, representa tão somente sua individualidade. Então, o que dizer sobre a coletividade? O que é patrimônio para os sujeitos da Vila Pia? Se lugar pode assumir vários significados, de que tipo de lugar estamos tratando ao falar da Vila Pia e ao falar dos geoglifos? Mais uma vez recorro aos meus interlocutores para responder a essa questão.

2. PATRIMÔNIO DO LUGAR: NARRATIVAS DE MEMÓRIA, IDENTIDADE E PATRIMÔNIO NA VILA PIA

Das pessoas do lugar se conhece o próprio lugar.

(GÖETTERT, 2005:43)

Se é certo que são as construções simbólicas dos sujeitos que conferem ao espaço o sentido de lugar, sigo na minha investida de tentar desvendar e interpretar os valores que, ao serem atribuídos ao locus de vivência, dão luz ao lugar chamado Vila Pia e fincam o lastro identitário daqueles que lá residem. Para seguir adiante nesta etapa da minha jornada, tomei como inspiração a obra de Jones Göettert (2005) que ao chegar no Estado do Acre para compor o quadro de professores do departamento de Geografia da UFAC decidiu fazer uma incursão e imersão cultural pelo território acreano a fim de entender seu novo lugar de moradia. Essa experiência, segundo descreve, teve início na cidade de Rio Branco, de onde seguiu acompanhando o eixo da rodovia federal BR-364, conhecendo os jeitos e sujeitos dos lugares por onde passava, observando, também, a paisagem e colecionando causos até o município de Cruzeiro do Sul, no extremo oeste acreano.

As leituras dos lugares feita por Göettert, fazendo aqui um paralelo com a discussão teórica realizada no tópico anterior, muito se aproxima da categoria de lugar antropológico trabalhada por Augé (2012). Segundo este autor, mais do que ponto de encontro do nativo com o pesquisador, o lugar antropológico consiste também na segunda natureza do primeiro, pois nele os sujeitos vivem, celebram sua existência, residem, trabalham e guardam as suas fronteiras.

[...] o lugar antropológico é simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa (AUGÉ, 2012:51).

De acordo com o autor supracitado, o lugar antropológico, para além do sucinto entendimento como um mero locus de vivência, também pode ser percebido como uma unidade imantada de valores históricos e identitários. No seu entendimento, essa categoria de lugar é histórica porque fala da história nativa sem considerar a história como ciência e é criadora de identidades, por sua vez, por trazer em si o lugar do nascimento, da intimidade do

lar e das coisas pessoais daqueles que nele vivem. Para além disso, o lugar antropológico, segundo Augé (op. cit.), demarca, de forma precisa e sutil, as fronteiras entre o indivíduo e a coletividade.

Enquadrando a Vila Pia na categoria de lugar antropológico - dando, assim, continuidade à essa articulação teórica - emerge a seguinte questão: quais são as nuances, os elementos simbólicos, que possibilitam essa apreensão a respeito do lugar chamado Vila Pia? A professora da Escola Estadual São Francisco de Assis II – única unidade de ensino existente naquela localidade - Selma de Carvalho, durante uma tarde de conversa guiada pelo Questionário Socioeconômico e Memória Afetiva (anexo I), fez a seguinte declaração que fornece uma resposta sucinta a essa indagação: “cada lugar aqui é importante, cada um deles carrega um pouco de história” (Selma Xavier Melo de Carvalho, entrevista em 16/04/2016).

Seguindo seu exemplo, outros moradores também fizeram declarações semelhantes quando questionados sobre o tipo de relação que mantinham com o lugar Vila Pia:

Eu não conseguiria me desfazer da minha terra, desse local onde eu moro, porque esse pedaço de chão conta minha história (Vanusa de Souza Ribeiro, entrevista em 19/04/2016).

E também:

A Vila Pia representa a minha história de vida. Cada cantinho aqui conta um pedaço da minha história (Nilsa da Silva Nascimento, entrevista em 05/03/2016).

Essas falas, inseridas na perspectiva teórica discutida por Augé (op. cit.), com toda a razão fornecem o combustível necessário para balizar a leitura da Vila Pia enquanto um *lugar antropológico*, onde o valor simbólico e afetivo extrapola a experiência da vida cotidiana através da historicidade dos *sujeitos* e da sua formação identitária. Entretanto, o caráter lacônico dessas declarações não traz informações suficientes para responder a questão enunciada sobre os sentidos de patrimônio em Vila Pia.

Sendo assim, encarando a fala desses *sujeitos* como uma pista importante para desvendar a teia de significados que compõem esse *lugar* em análise, decidi ir adiante e explorar um pouco mais a narrativa dos demais interlocutores a fim de entender melhor a construção histórica da Vila Pia. Para lograr êxito nessa investigação, foi-me sugerido conversar com os moradores mais antigos da localidade, sendo eles: Eliseu Emílio Ribeiro, Filismina Félix da Conceição e Francisco Alexandre de Souza, o Pelé.

Após ouvir parte das memórias de cada um desses sujeitos foi possível identificar alguns períodos específicos de ocupação e colonização daquela localidade. Esses eventos, existentes tão somente na oralidade daqueles que lá vivem, se inseridos no contexto geral da historiografia oficial do sudoeste amazônico, concatenam-se com a história de ocupação das terras que hoje compreendem ao Estado do Acre. Tomando como base essas narrativas, foi possível vislumbrar aspectos das experiências desses sujeitos com relação a eventos ligados à economia da borracha, bem como o conflito bélico entre brasileiros e bolivianos que resultou na anexação do território acreano ao Brasil e, por fim, a implantação do Projeto de Integração Nacional (PIN) em toda a Amazônia Brasileira.

As memórias compartilhadas por esses sujeitos dialogam e referenciam eventos ocorridos ao longo de todo o século XX e que imprimiram mudanças significativas na dinâmica do sudoeste amazônico, sobretudo, no Vale do Acre. Essas narrativas trazem consigo informações valiosas que possibilitam montar o quebra-cabeça da história local e entender como o Seringal Humaitá se transformou em parte do Projeto de Assentamento (PA) Pedro Peixoto e, posteriormente, como aquela porção espacial foi elevada à condição de vilarejo sob a alcunha de Vila Pia.

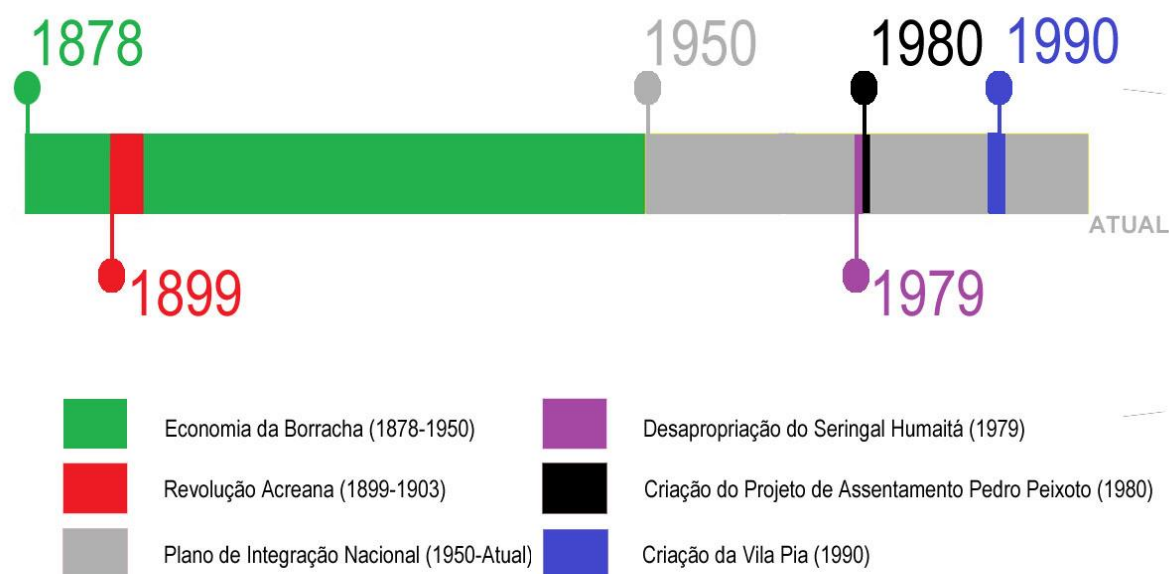


Figura 8 - De Seringal Humaitá a Vila Pia: linha do tempo¹⁵. (Elaborado por: Arlan Hudson)

A partir do entendimento desses processos históricos e de uma reflexão entorno das informações fornecidas pelos sujeitos entrevistados acredito que será possível compreender a construção do lugar Vila Pia e, quem sabe, identificar os lugares de memória lá existentes que, conforme explica Nora (1993), são fundamentais para a formação identitária de um povo, visto que representam o testemunho de uma origem comum dessa coletividade.

Os lugares de memória, segundo Augé (2012:53), servem de elo entre os indivíduos e o seus respectivos locais de vivência, sendo, pois, dispositivos espaciais que exprimem e fortalecem a identidade de um grupo a partir de marcos pretéritos – monumentos - fincados na paisagem que retratam a história coletiva comum e balizam a percepção dos indivíduos inseridos naquele. Neste sentido, os lugares de memória contribuem diretamente para a manutenção dos lugares antropológicos, embora, diferente destes, conforme expõe esse autor, aqueles têm recorte espacial reduzido em relação ao primeiro, assim como não são dinâmicos e tampouco passíveis de constante resignificação.

¹⁵ Linha do tempo elaborada com base na sobreposição dos eventos narrados pelos interlocutores entrevistados nesta pesquisa e identificados em obras que tratam da historiografia acreana (TOCANTINS, 2009a; RANZI, C. 2008; ALMEIDA NETO, 2004).

2.1. SOBRE O TEMPO DOS SERINGAIS

2.1.1. As Migrações e a Guerra da Borracha

Há um contraste geográfico e humano a salientar-se entre a Amazônia e o Nordeste. De início salta aos olhos a chocante disparidade entre essas clássicas paisagens. O que uma tem de mais, a outra tem de menos. Não há termos de proporção entre esses extremos. Passamos brutalmente de um deserto para um dilúvio, da caatinga cinzenta e quase morta para a hiléia verde e sempre viva. Do sertão para o rio, da “sêde para o afogamento”. O paralelo humano é mais expressivo. Cada um tipo conserva as suas fronteiras definidas. [...] O homem do rio é assim a antítese do homem da sêca. Para conceitua-los bastaria o regime antropogeográfico do caminho: - um em função do pé da pata, outro vivendo em razão do remo e da canoa. Só o destino, com os seus paradoxos, poderia colocar um em face do outro.

(BENCHIMOL, 1965 apud ALMEIDA NETO: 2005:49-50).

Não se sabe ao certo quando começou a colonização das terras que hoje compreendem a Vila Pia, porém as literaturas atinentes à história oficial possibilitam delimitar um período aproximado o qual nos permite fazer o exercício de tentar datar as memórias relatadas pelos *sujeitos* entrevistados e inserir suas narrativas no contexto dos eventos históricos contados pelos livros, conforme discute Paul Ricoeur (1996 apud SILVA, H. 2002).

(...) a rememoração [...] proporciona o sentimento da distância temporal; mas ela é a continuidade entre presente, passado recente, passado distante, que me permite remontar sem solução de continuidade do presente vivido até os acontecimentos mais recuados da minha infância (RICOEUR apud SILVA, H. 2002:428).

Para discutir as continuidades possíveis entre presente e passados no contexto deste trabalho, é necessário propor uma ponte dialógica entre a bibliografia histórica da região e a

narrativa dos sujeitos da Vila Pia a fim de tratar das minúcias da história local dentro do contexto geral do Vale do Acre.

Sigo, assim, na leitura dos eventos pretéritos do Vale do Acre. Dentre as esparsas informações que eu possuía a respeito do local pesquisado estava a de que aquelas terras correspondiam, no passado, ao Seringal Humaitá, pertencente, ao menos no segundo surto da borracha – década de 1940 a 1960 –, à família da seringalista Alegria Abdala Isper. De acordo com o historiador Leandro Tocantins (2009b), esse seringal consistia num dos principais pontos de extração gumífera da Amazônia acreana já no início do primeiro surto da economia da borracha, em tempos idos do século XIX. Sua inserção geográfica na região de interflúvio dos rios Acre e Iquiri conferiu, no passado, um valioso potencial econômico atrelado a coleta e comercialização de látex no Vale do Acre:

Partindo da chamada linha Cunha Gomes, os seringais mais importantes eram: São Jerônimo, Floresta, Bom Destino, Glória, **Humaitá**, Curupaiti, União, Boa União, Preferência, Novo Horizonte, Transval, Bagaço, São Carlos, Oriente, Baixa Verde, Nova Olinda, Vinte e Três de Julho, Vista Alegre, Catuaba [...] (TOCANTINS, op. cit.:101, grifo nosso).

No que diz respeito à colonização das terras do Vale do Acre – tentando, assim, encontrar uma data aproximada para o início da ocupação do Seringal Humaitá - a historiadora Cleusa Ranzi (2008) conta que, embora em 1866 as regiões dos rios Aquiri, Purus e Juruá tivessem sido alvos de expedições geográficas para desbravar e mensurar seus respectivos potenciais econômicos, foi somente no ano de 1878, quando as primeiras embarcações capitaneadas por João Gabriel de Carvalho e Mello chegaram ao Purus e Aquiri, que a colonização se deu por efetivo.

Nessa fase, marcada pela extração da borracha, o pioneirismo coube a João Gabriel de Carvalho e Mello, iniciador da marcha colonizadora para o oeste. [...] Com a “caravana migratória”, partiu de Belém a 6 de fevereiro de 1878, a bordo do vapor Anajás, com o propósito de atingir a região dos Altos-Rios. Chegando onde havia planejado – “Boca do Acre – subiu um pouco o Rio Purus e, numa terra firme que João Gabriel denominou Anajás, (...) fez desembarcar o pessoal e a mercadoria. Era dia 3 de março de 1878”. Iniciava-se, de fato, a colonização da região [...] (RANZI, C. 2008:34).

Com o início efetivo da ocupação e colonização das margens do Aquiri se estima que, até o ano de 1900, tenham chegado a essas terras um contingente de aproximadamente setenta mil migrantes para trabalhar na extração de látex da borracha. Oriundos em sua grande maioria do nordeste brasileiro, marcharam em direção ao oeste motivados, primeiramente,

pela grande seca que assolou aquela região no ano de 1877 e pela esperança de enriquecimento nos seringais da Amazônia acreana. Essa diáspora sertaneja, segundo conta Cleusa Ranzi, foi fruto de uma agressiva campanha publicitária realizada por “seringalistas do Pará e do Amazonas, em Fortaleza, Recife, Natal, atraindo os nordestinos diretamente para o trabalho nos seringais” (RANZI, C. 2008:36).

Para Domingos José de Almeida Neto (2005) essa primeira onda migratória para o Acre setentrional foi fundamental para a formação identitária acreana, visto que, diferentemente dos seringais do Amazonas que já se encontravam povoados por caboclos nortistas, os seringais do Aquiri foram ocupados e colonizados – restringindo a fase ao final do século XIX até os dois primeiros decênios do século XX - quase que unicamente por nordestinos.

Em meio a esse contexto, a região do Vale do Aquiri, famosa pela sua pujante produção gumífera que não somente abastecia o mercado internacional de borracha, mas também enriquecia as casas aviadoras de Manaus e Belém, logo chamou a atenção do Estado boliviano - então proprietário daquelas terras -, o qual optou por construir postos aduaneiros ao longo do rio Aquiri a fim de taxar toda a produção de látex da região e participar dos lucros oriundos dessa economia.

[...] para garantir sua posição, a Bolívia estabelece em Xapuri – localidade situada no que a administração boliviana designava como “Território de Colônias”-, uma Delegação Nacional, sob o comando de um intendente, o delegado de polícia João de Dios Barriento e outras autoridades judiciárias, num total de 8 cidadãos bolivianos. O intento era a formação de uma Junta dos Notáveis, em número de 5, que funcionaria como Conselho Municipal encarregado da arrecadação de impostos. Porém, como a maioria da população local era brasileira, isto é, seringalistas e proprietários de seringais na região, a eleição do conselho fracassou. O governo boliviano em contra-ofensiva mandou para a região um ministro plenipotenciário, Dom José Paravicini, que criou a cidade de Puerto Alonso no rio Acre, a jusante de Xapuri. Puerto Alonso torna-se sede do departamento boliviano do Acre sob a administração governamental de Moisés Santivañez. Em seguida, Paravicini decretou a abertura dos rios amazônicos à navegação internacional e começou a arrecadar impostos que antes iam para o estado do Amazonas. A reação dos brasileiros se faz por parte do governo do Amazonas face à perda de arrecadação e em defesa dos interesses regionais (MENEZES e FERNANDES, 2005).

Leandro Tocantins (2009a:206) conta que essa estratégia de tributação adotada pelo governo boliviano foi motivada, em grande parte, pela dificuldade que aquele país tinha em guarnecer a fronteira do Acre Setentrional – estabelecida através do Tratado de Ayacucho -, e

por considerar pouco provável a realização de manobras eficazes para auferir um massivo povoamento da região, cujos vales e planícies já se encontravam ocupados “por industriais brasileiros”, conforme descreveu o Major-General Dom José Manuel Pando¹⁶.

Ainda sobre a taxaço da produço da borracha coletada no território do Acre, Leandro Tocantins (*ibidem*) conta que nos primeiros anos de implantaço da referida medida fiscal, o Estado boliviano teve um aumento exponencial do seu Produto Interno Bruto apurando o interesse em seguir construindo novos postos aduaneiros nos principais rios localizados entre o Aquiri e Purus.

O posto aduaneiro de Puerto Alonso [atual cidade de Porto Acre] funcionava em boa ordem. Durante 1901, a Delegaço obteve uma renda de 1.933:961\$000 (um milho de bolivianos em moeda do país andino), proveniente de direitos cobrados sobre borracha, sernambi e caucho, estando previsto o aumento da receita quando fossem instaladas as alfândegas no rio Iaco e Alto Purus, o que vinha proporcionar ao tesouro boliviano um lucro, em todo o Acre, de quatro milhoes de bolivianos anuais, só se computando a exportaço gumífera (TOCANTINS, 2009b:95).

Como resultado desse arrocho fiscal, os ânimos logo se acirraram nas casas aviadoras do Pará e Amazonas, os quais buscaram alternativas para escapar da obrigatoriedade de pagar tributos ao posto aduaneiro de Puerto Alonso – atual cidade Porto Acre - e aumentar o lucro obtido em cada quilograma de borracha produzido. Essas estratégias, muitas vezes, consistiam na formaço de pequenas milícias¹⁷ para tentar expulsar o exército Boliviano da região, bem como na ocultação de parte da produço e/ou no escoamento da borracha por vias alternativas no intuito de evitar as barreiras bolivianas existentes ao longo do rio Aquiri (BEZERRA, M. J., 2005).

Esses eventos, descritos na historiografia oficial acreana como fundamentais para a eclosão da Revoluço Acreana¹⁸, ainda se fazem presente na memória dos moradores mais antigos da Vila Pia, remanescentes do Seringal Humaitá, os quais descrevem com clareza

¹⁶ Político e militar boliviano, José Manuel Pando Solares viveu entre os anos de 1849 e 1917. Em 1899 se tornou presidente da Bolívia e juntamente com seu exército enfrentou a milícia comandada por José Plácido de Castro, descrito pela historiografia oficial acreana como o chefe dos revolucionários do Acre (TOCANTINS, 2009a).

¹⁷ Uma das incursões armadas mais conhecidas desse período foi a Expedição Floriano Peixoto – ou Expedição dos Poetas, como ficou conhecida popularmente - realizada no ano de 1900, a qual contava com amplo financiamento do governo do Amazonas e tinha como principais objetivos a expulsão do exército boliviano da região e a consequente anexação do Acre ao Estado do Amazonas. A milícia amazonense, composta unicamente por boêmios e profissionais liberais de Manaus, entrou em combate com os militares bolivianos no dia 29 de dezembro daquele ano. A inexperiência dos seus combatentes, entretanto, acarretou na rápida derrota dos Poetas, que se puseram a correr da Vila Puerto Alonso em direção à capital amazonense no mesmo dia de chegada.

¹⁸ Segundo a cronologia da histografia regional oficial, contada pelo Estado, a Revoluço Acreana começou com as incursões realizadas pelo espanhol Luiz Gálvez, no ano de 1899.

detalhes do sistema de aviação em que seus pares viviam, relatam trechos dos conflitos bélicos ocorridos na região e explicam as manobras adotadas por eles para auferir maior lucro em detrimento do fisco boliviano.

Aqui era só borracha, ninguém plantava e ninguém media nada do que era produzido. Não tinha outra coisa aqui, só isso. Aí quando os bolivianos da guerra vinham, o pessoal já ficava avisado. O senhor já viu como a borracha é feita? Pois é, não sei se o senhor já viu como é que ela é feita defumada, mas tem aquele pau que enfia assim e vai rodando. Aí o pessoal dizia que naquele buraco que ficava eles enfiavam uma corrente e soltavam tudo no Iquiri. As coisas ficavam tudo enganchadas nessas correntes e não se soltavam. Podiam até afundar, mas ninguém perdia nada. Só tiravam de lá quando os bolivianos saíam ou quando o patrão mandava. Quando papai veio gerenciar aqui pela primeira vez, lá dentro do armazém tinha um pedaço de corrente assim. Também dizem que um pessoal tinha enterrado um pote velho cheio de dinheiro dentro do rio Iquiri (Eliseu Emílio Ribeiro, entrevista em 11/07/2015).

Eliseu Emílio Ribeiro, 57 anos, nascido no seringal boliviano São João do Caramano e filho de seringueiros retirantes do sopé andino, conta que chegou ao Seringal Humaitá nos primeiros anos de sua vida, após seu pai, Ézio Ribeiro, ser convidado para gerenciar o depósito da Colocação São Vicente, no final da década de 1950. Naquelas terras aprendeu o ofício de comboeiro¹⁹ e ouviu dos mais antigos toda a sorte de histórias a respeito das primeiras colocações da região e das disputas travadas pelas riquezas da borracha.

¹⁹ O comboeiro era responsável pela criação de equinos utilizados no transporte de borracha, víveres e utensílios entre as colocações de seringa e o depósito.



Figura 9 - Eliseu Emílio Ribeiro (Foto: Arlan Hudson. Data: 11/07/2015).

Outros moradores de Vila Pia também relatam as rotinas da atividade gumífera:

Eles pegavam aquelas cordas e botavam dentro do buraco da borracha, faziam tipo um colar, colocavam dentro do rio e depois saíam encima da borracha descendo o rio até o ponto de coleta. Aí vinha o Benjamin²⁰, o barco do finado Antônio Rosa, que vinha de Belém pra pegar borracha aqui no Bom Destino e no Humaitá. Às vezes o pessoal pegava as borracha e colocava no chão, mas ela ficava secando e quebrando, então o pessoal preferia colocar no rio (João Batista Vieira da Rocha, entrevista em 01/06/2016).

No que se refere aos conflitos belicos, os quais foram posteriormente chamados pela historiografia regional de Revolução Acreana, a historiadora Maria José Bezerra explica que a partir do ano de 1899 houve um aumento exponencial dos focos de conflito entre seringueiros e bolivianos em todo o Vale do Acre. A autora fala que as disputas se estenderam da cidade de Xapuri até a Vila Puerto Alonso²¹, transformando, assim, os seringais localizados às margens do rio Acre, sobretudo o Bom Destino e Humaitá, em verdadeiros campos de guerra. Os conflitos constam nas lembranças dos entrevistados nesta pesquisa:

²⁰ Construído nos Estados Unidos e posto a navegar em águas amazônicas em 1905, o lendário navio Benjamin singrou pelos rios do norte brasileiros transportando borracha e passageiros até a última década do século XX.

²¹ Em 14 de julho de 1899, com patrocínio dos governos do Amazonas e Pará, a vila de Puerto Alonso foi alvo de um golpe militar capitaneado pelo jornalista e ex-diplomata espanhol Luiz Galvez Rodrigues de Aria que, comandando um grupo de seringueiros brasileiros e veteranos da Guerra de Independência Cubana (1895 – 1898), expulsou o exército boliviano do posto aduaneiro existente naquela localidade e proclamou a República Independente do Acre, a qual foi posteriormente sufocada pelas forças militares do governo federal brasileiro a fim de respeitar os limites internacionais estabelecidos através do Tratado de Ayacucho (BEZERRA, M. J. 2006).

Sabe aquelas barragens, aquelas barreiras que tem uns munduru? Pois é, pra mim a galera deitava ali encima e atirava nos outros. A guerra começou lá em Porto Acre e veio se estendendo pra cá. Rapaz tem tanto munduru de terra daquele no meio do mato que tu nem imagina. Na beira desses varadouro velho antigo volta e meia tem um munduru de barro daqueles. Eu acho que o pessoal ia guerreando, matando os bolivianos e construindo aqueles munduru de barro (José Ferreira da Silva, “Coró”, entrevista em 06/04/2016).



Figura 10 - Localização dos principais seringais do Vale do Acre e pontos de conflito bélico entre seringueiros brasileiros e o exército boliviano durante a “Revolução Acreana” (Fonte: MACHADO, 2013. Adaptado por: Arlan Hudson).

Há de se dar uma atenção especial para estes eventos visto que sua insistente recorrência na narrativa dos moradores evidencia não somente uma tentativa de reivindicar uma ancestralidade da terra, mas também enfatiza signos que contribuem para a construção do imaginário da identidade acreana, conforme explica Maria José Bezerra (2005). De acordo com essa autora, esses eventos ajudam no processo de formação identitária regional ao contar a história de um lugar estigmatizado que recebeu sujeitos que vieram de longe e em meio a saudade de sua terra natal e às dificuldades de adaptação ao meio e aos conflitos com estrangeiros, teriam se tornado, assim, os novos amazônidas:

A Amazônia (...) tem a sua identidade construída (...) [por] desterrados de suas regiões de origem, os seringueiros [que] mergulhados no "holocausto" da borracha aprenderam dolorosamente a dialogar com a natureza, como parte integrante do cosmo amazônico (BEZERRA, M. J. 2005:254).

Esses acontecimentos que compõem as narrativas dos moradores entrevistados na Vila Pia extrapolam as linhas das literaturas oficiais para imprimir sentidos no lugar de vivência partilhando, assim, o sentido de *lugar antropológico* trabalhado por Augé (2012) e identidade pautado na memória coletiva abordado por Paul Ricoeur (1985 apud SILVA, H. 2012). Nessa perspectiva, retomar eventos pretéritos – por mais que sejam de épocas não vividas pelos interlocutores – solidifica o elo com o lugar de vivência, fortalece o sentido de pertencimento e reforça as identidades através de eventos que marcam a história coletiva.

Uma ponte é assim lançada entre passado histórico e memória, pela narrativa ancestral, que opera como um intermediário da memória em direção do passado histórico, concebido como tempo dos mortos e tempo anterior a meu nascimento (RICOEUR, 1985 apud SILVA, H. 2012:429).

2.1.2. “Com o tempo eles foram desaparecendo”: Relatos sobre as “correrias”

E os povos que já moravam no Aquiri antes da economia da borracha? Para além do conflito entre brasileiros e bolivianos, a súbita onda migratória provocada pela economia da goma elástica também refletiu negativamente na vida das populações originárias da Amazônia sul-ocidental. Segundo conta Carlos Estevão Ferreira Castelo (2014), o expressivo contingente de seringueiros recém-chegados as terras do sudoeste amazônico para explorar as riquezas abundantes nos vales e florestas do Acre Setentrional implicou na consequente

invasão e espoliação das áreas tradicionalmente ocupadas por indígenas. Esses eventos, orientados pela cobiça dos seringalistas e fomentados pelo capital externo, acarretaram no extermínio das populações nativas com base na expansão das áreas produtivas dos seringais locais e marcaram um período cuja historiografia regional tratou de chamar de “correrias” ou “época das correrias”.

Em todo o Acre, desde o final do século passado [século XIX] aconteceram essas guerras desiguais contra os índios, chamadas "correrias". Eram organizadas pelos seringalistas ambiciosos que ambicionavam novas terras para somar aos seus já imensos domínios. Principalmente aquelas onde as seringueiras eram abundantes e nunca sangradas. Segundo testemunhos recentes, o período mais cruel e violento dessa matança ocorreu nos anos de 1936 e 1954, talvez porque houve uma guerra mundial nesse meio e o país pediu borracha quantas pudesse ser produzida (JORNAL VARADOURO, nº 1, 1977:10).

A guerra travada contra os povos indígenas do Aquiri, Purus e Juruá foi capaz de estender os veios da economia gumífera para além dos barrancos dos principais mananciais da região e alcançou os mais distantes rincões, cujas florestas ainda não haviam sido impactadas pela exploração extensiva de látex. Em meio a esse processo da expansão capitalista na Amazônia acreana, as táticas de domínio aos nativos iam desde o “amansamento dos brabos”²² até o extermínio. No que se refere às formas de aniquilação, a edição nº 1 do Jornal Varadouro apresenta um relato de autoria do Prefeito do Alto Purus (atual município de Sena Madureira), que dedicou algumas linhas para descrever as atrocidades cometidas contra as populações autóctones dessa região.

Aqueles (os seringueiros) começaram a invadir lares indígenas, maculando-os ou carregando para as suas 'colocações' as cunhãs e cunhatãs²³ [...]. Organizaram-se verdadeiras caçadas humanas [...] e, não raro, após sangrentos combates, os pretendidos civilizados e conquistadores regressaram às suas barracas, trazendo à guisa de troféu, os índios menores e moças, deixando estendidos no solo, mortos ou feridos, os indivíduos do sexo masculino da tribo, vítimas de sua cobiça e libidinagem (JORNAL VARADOURO, nº 1, 1977:09).

²² No Acre se estabeleceu uma nomenclatura para classificar os povos indígenas entre selvagens e civilizados. Os primeiros eram chamados de “bravos” ou “brabos”, ao passo que os demais eram vistos como “mansos” (PIMENTA, 2015).

²³ No entendimento amazônida, “cunhas” e “cunhatãs” significam, respectivamente, mulheres ou meninas indígenas.

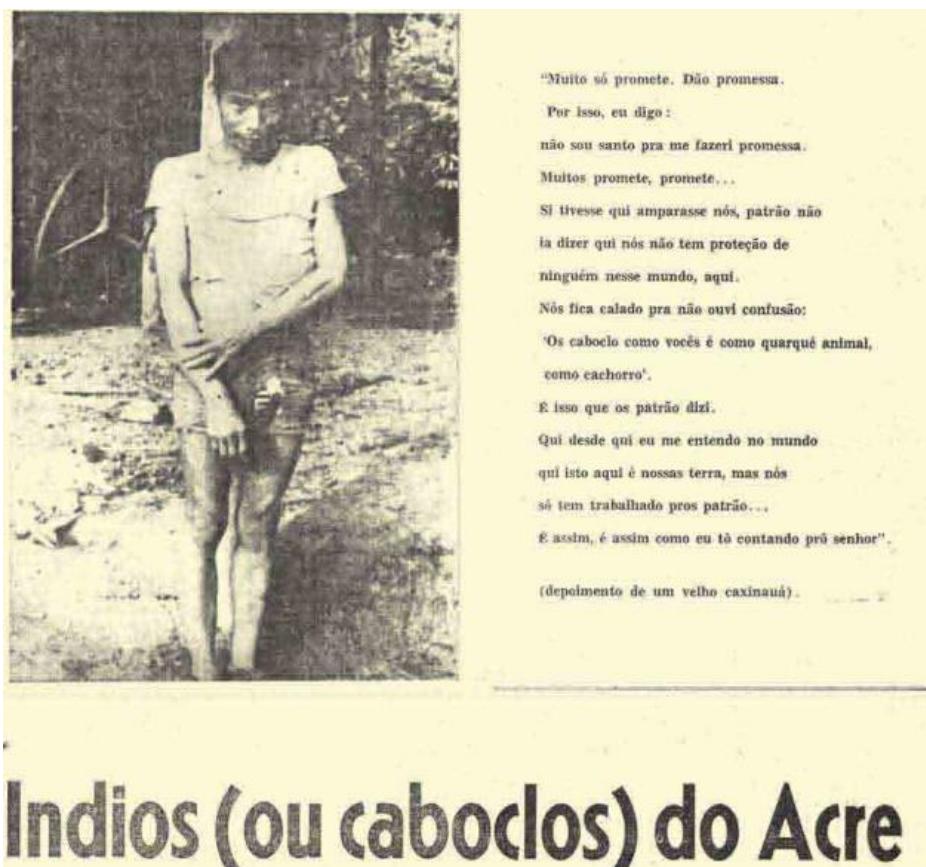


Figura 11 - Depoimento de um velho Kaxinawá prestado ao Jornal Varadouro²⁴. (Fonte: JORNAL VARADOURO, nº 1, 1977:07).

De acordo com a antropóloga Pirjo Virtanen (2008), a região que abrange a extensão entre o Alto Purus e o Baixo Aquiri antes do contato com os colonizadores, no final do século XIX, era densamente povoada por indígenas integrantes de etnias ligadas a família Aruak (Arawak), representadas, neste caso, pelos Ipurinãs e Manchineri.

A respeito da existência desses povos na área do Seringal Humaitá, o morador José F. da Silva “Coró” conta que seus antepassados tiveram contato com esses indígenas logo que chegaram a região.

Quando meu pai veio do Piauí pra cá pro Acre ele disse que tinha muito índio aqui. Era tanto índio que meu pai chegou aqui e ficou todo espantado. Mas com um tempo eles foram desaparecendo, foram se acabando. Tinha índio demais. Essas plantação de taioaba, essas floresta que a gente vê por

²⁴ Em transcrição direta: “Muito só promete. Dão promessa. Por isso, eu digo: não sou santo pra me fazeri promessa. Muitos promete, promete... Si tivesse qui amparasse nós, patrão não ia dizer qui nós não tem proteção de ninguém nesse mundo aqui. Nós fica calado pra não ouvir confusão: ‘os caboclo como vocês é como quarquê animal, como cachorro’. É isso que os patrão dizi. Qui desde qui eu me entendo no mundo qui isto aqui é nossas terra, mas nós só tem trabalhado pros patrão... É assim, é assim como eu tô contando prô senhor” (JORNAL VARADOURO, nº 1, 1977:07).

aqui tudo foi plantada por eles. A estrada foi sendo aberta e eles foram sumindo (José Ferreira da Silva, “Coró”, entrevista em 06/04/2016).

Em sua fala, “Coró” conta que, embora numerosa, a população nativa desapareceu paulatinamente deixando como legado as florestas que compõem a paisagem do Vale do Acre; estas, conforme explica, são frutos da sagacidade dos nativos em manejar o meio através da manipulação de espécies nativas.

Na busca por uma explicação sobre o “sumiço” dos indígenas da região, a edição nº 1 do Jornal Varadouro também fornece informações valiosas a respeito da reação desses povos frente a chegada dos “colonizadores”:

Narram os primeiros desbravadores que, em alguns lugares, os exploradores dos seringais “foram bem recebidos, como no baixo Acre entre os Ipurinãs, os quais eram pacíficos e se apresentavam aos invasores para com eles trabalhar; tendo sido dizimados pelo sarampo e exterminadas as sobras pelos bolivianos quando se apossaram da região no fim do século XIX e princípio do atual” (JORNAL VARADOURO, nº1, 1977:08).

Segundo consta no noticiário, o contato entre seringueiros e os povos nativos do Vale do Acre, a princípio, deu-se de forma amistosa e colaborativa, visto que muitos dos indígenas logo foram incorporados ao sistema de aviação e passaram a trabalhar na extração do látex de seringueira. Ainda de acordo com o periódico, o sumiço e a mortalidade desses povos no final do século XIX pode ser explicada pela ostensiva atuação do exército boliviano na região e contaminação pelas mais diversas enfermidades das quais seus corpos não possuíam resposta imunológica eficaz.

De acordo com o antropólogo José Pimenta, a história do contato entre os indígenas do Vale do Acre e os colonizadores foi amplamente subestimada e ignorada pela historiografia regional a fim de não macular a imagem dos seringueiros e seus patrões seringalistas - que ordenavam os massacres. O autor em questão também pontua que o apagamento desses eventos “foram vergonhosamente ocultados pelos promotores da história oficial acreana que preferem atribuir o assassinato dos nativos à violência, não menos cruel e condenável, de caucheiros bolivianos e peruanos ou a outros fatores” (PIMENTA, 2015:338).

Também em desalinho com as informações apresentadas pelo Jornal Varadouro, o senhor João Batista V. Rocha, nascido no Seringal Bom Destino e morador daquelas paragens desde o seu primeiro dia de vida - como faz questão de enfatizar -, atribui o sumiço dos

indígenas ao contato com os seringueiros – que segundo conta, não era amistoso - e, acima de tudo, à abertura da rodovia federal BR-317 por volta da década de 1960.

De primeiro aqui tinha muito índio. Eles moravam no outro lado do rio. Aí eles faziam canoa de casca de pau pra atravessar o rio e roubar borracha. Era difícil. Essa estrada que vai pra Boca do Acre, por exemplo, ela foi aberta com choque porque os índios não deixavam abrir. O pessoal botava umas luzes acesas no meio do mato e os índios, que nunca tinham visto aquilo, vinham pegar a luz e eram mortos. E assim foi, o pessoal foi matando os índios e abrindo a estrada. Se não fosse assim essa estrada não ia ser aberta nunca (João Batista Vieira da Rocha, entrevista em 01/06/2016).

Presente na fala supracitada, a abertura da rodovia BR-317 representa um novo marco temporal na história da Colocação São Vicente - no Seringal Humaitá. Esse período, marcado pelo declínio da economia da borracha e pela implantação do Plano de Integração Nacional (PIN) pelo Governo Federal, suscitou em profundas mudanças na dinâmica populacional e geopolítica no sudoeste da Amazônia.

2.1.3. Colocação São Vicente

Antes de me aventurar nos relatos sobre o período seguinte à economia da borracha que suscitou na fragmentação do Seringal Humaitá e na transformação da Colocação São Vicente em Vila Pia, sigo mais uma vez explorando a fala dos meus interlocutores, desta vez dando maior ênfase aos sujeitos remanescentes do tempo dos seringais, a fim unicamente de remontar certos aspectos físicos daquela paisagem e identificar pistas a respeito dos lugares de maior relevância histórica e simbólica para os atuais moradores. Explorar os meandros dessas narrativas, acredito, torna-se imprescindível para compreender o soerguimento e a dispersão das edificações presentes hoje na Vila Pia, assim como ajuda a entender as construções simbólicas existentes naquele lugar através da leitura das transformações espaciais ocorridas no lugar de vivência daqueles sujeitos ao longo do recorte temporal em questão.

Sendo assim, em um primeiro movimento dessa empreitada, tomo como ponto de partida a fala da senhora Filismina Felix da Conceição²⁵, 88 anos, amazonense do Seringal Antimary, localizado na divisa entre os estados do Acre e Amazonas. Em entrevista, Filismina

²⁵ Segundo conta a moradora, fora a única parteira a atuar nos seringais Bagaço, Humaitá e Bom destino entre os anos de 1950 e 1970, sendo, pois, responsável pela realização de mais de 250 partos naquele período.

conta que chegou à Vila Pia por volta da década de 1950 acompanhando seu marido, o qual havia decidido ir àquelas terras para trabalhar com o ofício de seringueiro:

Quando eu cheguei aqui não tinha nada. Era só mato. Quem cuidava aqui do Seringal Maitá era o Ézio, o pai do Eliseu. Aqui tinha muitas estradas de seringa. Esse ramal aqui [ramal do km 52] era uma dessas estrada. O depósito, que tinha o nome São Vicente, era ali onde é a escola hoje. Essa estrada aí [rodovia BR 317] era a coisa mais feia do mundo. Era só o tabocal. Bem ali tinha um caminho com umas valas bem fundas que passavam por dentro do mato. Nela a gente achava rifles velhos, espingarda, revólveres, machadinhos velhos, machadinho de corte de seringa. Naquele tempo o pessoal cortava seringa com aqueles machadinho, sabe? [...] (Filismina Felix da Conceição, entrevista em 30/07/2015).

De acordo com a moradora, já naquele período poucas famílias ainda se faziam presentes nas dependências da Colocação São Vicente devido as previsões negativas projetadas para a economia gumífera. Ao fazer o exercício de rememorar os aspectos físicos daquele lugar, conta que o corte e a abertura das vicinais contemporâneas obedeceu ao eixo dos varadouros, estradas e pernas²⁶ da Colocação São Vicente, sendo pois, a rodovia BR-317 – projetada sobre a antiga variação que ligava os seringais Catuaba, Bagaço, Humaitá e Bom Destino - a espinha dorsal desse sistema novo viário. Em sua fala também é possível identificar a existência outras de estruturas na paisagem, compostas, geralmente, por sulcos lineares de notória profundidade cujos caminhos conduziam os moradores a um vislumbre do passado através da existência de evidências materiais da história de ocupação pretérita daquele lugar, reiterando assim as origens seringueiras daqueles que lá viviam.

Seguindo na reconstituição espacial da Colocação São Vicente, o sujeito João Batista V. Rocha apresenta uma descrição mais precisa e detalhada das edificações, varadouros e estradas de seringa daquele lugar, complementando assim as informações prestadas pela moradora supramencionada:

O lugar mais antigo daqui é ali onde tá a escola. Ali era o depósito de botar borracha e mercadoria. Quem cuidava era até o pai do Eliseu. Esses ramal tudo aqui era varadouro. O ramal do 52, do 53, tudo era varadouro velho do tempo da seringa. O varadouro do 53 ia até a margem do rio Acre, onde eu cortava seringa. O do 52 ia até o Iquiri. O Eliseu cansou de levar gado pra Xapuri por esses varadouro velho. De primeiro era bom demais. Aqui era só mato e lama nesse ramal do 53 por causa dos comboio que passava

²⁶ Cada estrada de seringa era dividida em “pernas” direita e esquerda a fim de organizar a coleta do látex. De costume se iniciava o trabalho sempre pela perna direita e terminava na esquerda. Segundo Marchese (2005), para além de um sistema operacional, entrar na estrada de seringa pela perna direita também significava iniciar a labuta com boa sorte.

carregando borracha e produto. O barracão, o chalé do patrão e a casa do comboeiro eram lá do outro lado do Rio Acre. Aqui só ficava o depósito e chalé do gerente do depósito. Aqui era um tabocal doido, mas a gente só andava na sombra. Tenho saudade do tempo do seringal. Era bom demais aquele tempo. (João Batista Vieira da Rocha, entrevista 01/06/2016).

Ao rememorar essas características, João Batista também confeccionou um mapa mental a partir do qual é possível ter um maior entendimento espacial da Colocação São Vicente.

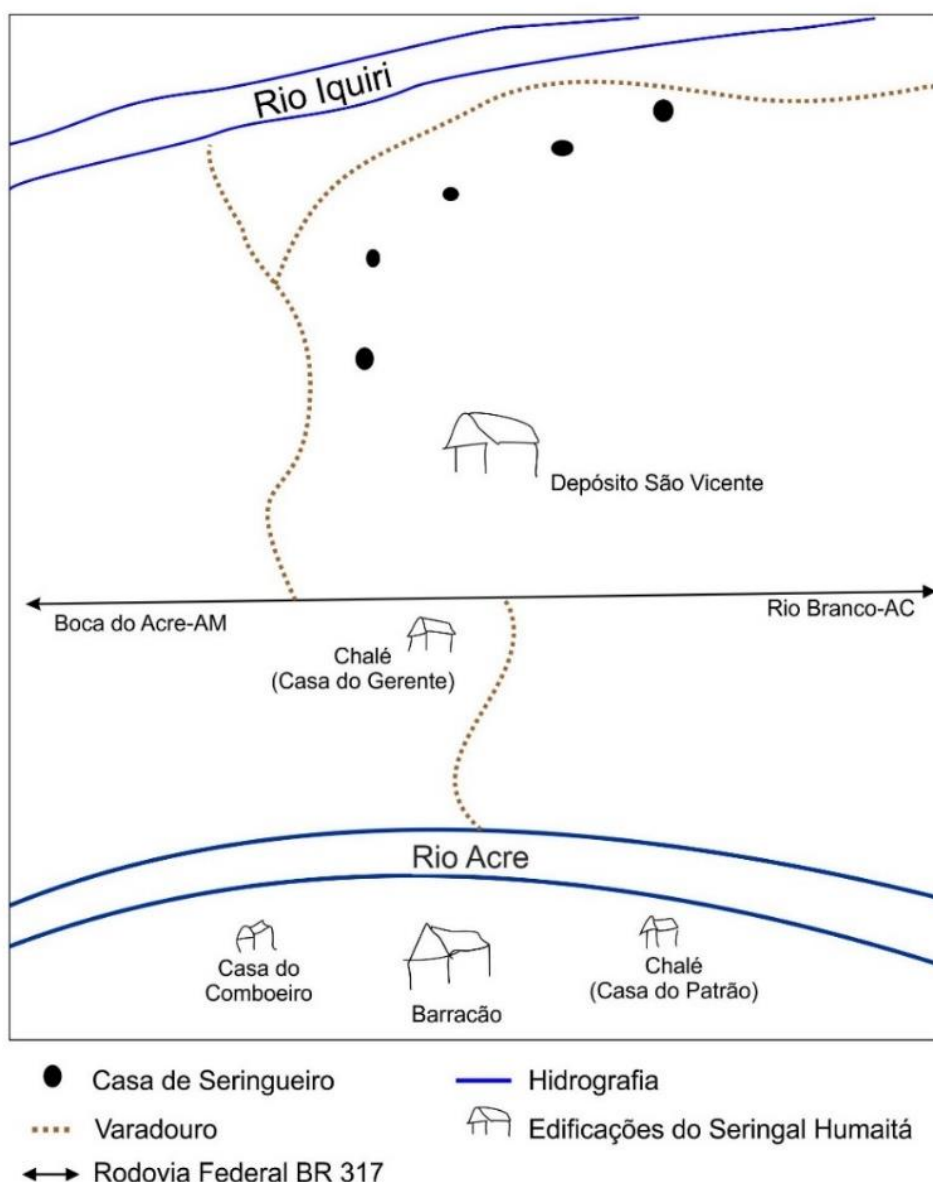


Figura 12 - Mapa mental da Colocação São Vicente, Seringal Humaitá. (Desenhado por: João Batista Vieira da Rocha. Data: 01/06/2016).²⁷

A partir da leitura do mapa mental produzido por João Batista é possível fazer algumas observações pertinentes às características da Colocação São Vicente que também se fizeram presentes nas narrativas de outros sujeitos entrevistados. Juntas, essas informações possibilitam a compreensão do lugar Vila Pia a partir de uma perspectiva histórica e antropológica ainda presentes na dinâmica espacial do lugar de vivência daqueles moradores.

Neste sentido, a primeira observação diz respeito à inserção geográfica privilegiada da Colocação São Vicente na região de interflúvio dos rios Acre e Iquiri. Juntos, ambos

²⁷ Mapa mental produzido pelo morador João Batista Vieira da Rocha, que concordou em cartografar as edificações e varadouros do antigo Seringal Humaitá, dando ênfase, pois, à Colocação São Vicente (Anexo VII).

mananciais ofereciam maior capilaridade para o sistema de aviamento através da diversificação das vias de escoamento da produção gumífera para as casas comerciais localizadas a jusante e reforçavam, também, a principal característica dos seringais acreanos: sua localização em áreas de terra firme. Segundo expõe Almeida Neto (2004), os seringais da Amazônia sul ocidental diferiam dos demais da Amazônia central por se localizarem em áreas de terra firme enquanto os gomais Amazonenses estavam inseridos em florestas alagadiças ou ilhas formadas nas áreas de várzea. Essa característica paisagística, conforme explica Almeida Neto, foi decisiva na escolha de muitos sertanejos que migraram para o Acre graças à disponibilidade de maiores faixas de terra firme tal qual acontecia na caatinga. Este fator, conclui, também contribuiu de forma significativa para fincar os primeiros lastros identitários ainda acessados pelos atuais moradores da região.

Eu vim destinado ao Alto Juruá. Me disseram uns que lá é parecido com o sertão. Tudo é terra firme. Eu não gosto desse negócio de viver no molhado. Gosto de pé enxuto. Quem vive dentro d'água é peixe ou caboclo. Não tenho gosto dessas beiras de rio. Parece que vive tudo afogado (Joaquim Moreira de Souza *apud* ALMEIDA NETO, 2004:51).

O segundo fator relevante, desta vez retomando um trecho da fala de Eliseu E. Ribeiro referenciada em tópico anterior, aponta para a importância que o rio Iquiri assumia para aqueles seringueiros como um meio de ocultar bens durante os dias conturbados do primeiro surto da borracha e como rota alternativa para comercializar parte da produção gumífera junto a marreteiros, meeiros e atravessadores no segundo momento daquela economia. Essas informações põem aquele pequeno manancial em evidência e dão indícios da existência de vestígios materiais depositados próximo ao seu curso, conforme atestado por outro morador, Luiz Carlos Modesto, que encontrou antigas garrafas de bebidas, faianças, machadinhos e pequenos artefatos produzidos em porcelana oriundos do período de colonização daquelas terras.



Figura 13 - Material arqueológico histórico encontrado próximo ao rio Iquiri. "*Disso aqui eu não me desfaço por nada!*" [Luíz Carlos Modesto, 09/04/2016] (Foto: Arlan Hudson).

A terceira observação a ser feita diz respeito ao potencial arqueológico histórico que essas narrativas e informações cartografadas sugerem ao lugar em análise. Colocando-se o mapa metal de João Batista em sobreposição à base cartográfica de sítios arqueológicos conhecidos na Vila Pia, é possível perceber que os pontos indicados como “Casa de seringueiro” se localizam nas proximidades do sítio Tequinho, assim como a “Casa do Gerente” se encontra há poucos metros do sítio Vila Pia (figura 14). A leitura dessas informações abre caminhos para o entendimento de uma possível resignificação e reintegração dos sítios arqueológicos à dinâmica social contemporânea através da atribuição de valores inerentes à história coletiva contada na literatura oficial e presente na oralidade.

[...] quando a gente morava lá encima do morro [Sítio Tequinho]. A gente tinha uma casa lá. Eu tava limpando o terreiro e achei um revólver antigo, daqueles tipo da revolução. [...] Meu marido também achou um bule bem grosso, mas ele levou lá pro Iquiri quando foi pescar e perdeu por lá (Miriam dos Santos Nascimento, entrevista em 03/06/2016).

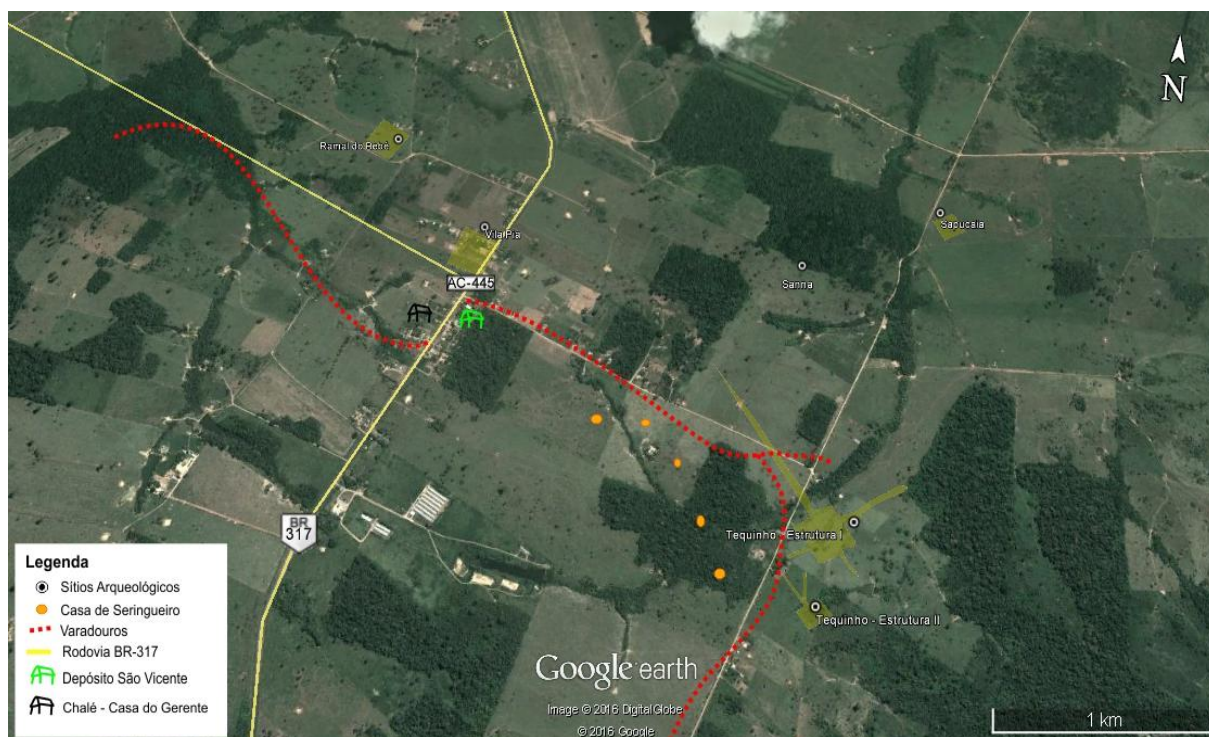


Figura 14 - Estratigrafias da paisagem. Sobreposição do mapa mental do morador João Batista V. da Rocha à base cartográfica atual. (Elaborado por: Arlan Hudson)

Por fim, é possível visualizar como a organização e o ordenamento de todas as edificações e artes contemporâneas presentes na Vila Pia obedeceram ao arranjo espacial pretérito da colocação São Vicente. A preservação dessas características pode ser explicada a partir da compreensão do valor simbólico que esses lugares assumiam para os antigos moradores os quais ainda reverberam na construção identitária dos atuais viventes.

“A Vila Pia representa a minha história de vida. Cada cantinho aqui conta um pedaço da minha história. A gente construiu praticamente tudo. Tudo tem nosso suor e tem muita lembrança. [...] Moro aqui no ramal do 52 desde que cheguei aqui. [...] Esses ramais que tem aqui a gente abriu tudo no machado. Eles eram só uns varadouro do tempo dos seringal. [...] Quando a gente era criança o meu pai achou um revólver daqueles da Revolução bem ali no quintal, mas ele ficou com medo e jogou fora” (Nilsa da Silva Nascimento, entrevista em 05/03/2016).



Figura 15 - Ramal do km 52 e atual associação de moradores. Edificações erguidas ao lado do antigo depósito São Vicente. (Foto: Arlan Hudson. Data: 12/04/2016)

Apoiando-se nos estudos de Daniele Marchese (2005) para compreender a formação identitária dos sujeitos a partir das relações espaciais estabelecidas nos seringais acreanos, é possível entender que o processo de urbanização da Vila Pia, orientado por marcos pretéritos – neste caso, o traçado dos varadouros e estradas da Colocação São Vicente – figura como um tributo ao passado e uma forma de não somente preservar os marcos temporais ligados a origem comum, mas também explicita a preocupação em fazer a manutenção dos elementos que aguçam a percepção da paisagem e do espaço de vivência por aqueles sujeitos. Segundo explica a autora, os seringueiros se apoiavam em aspectos da paisagem para se orientar em meio a floresta, assim como se utilizavam desses elementos físicos e estruturais para descrever o macro espaço em que estavam inseridos. Essa experiência limitada ao espaço de vivência, conforme denomina Marchese, também sugere o porquê da não preservação das edificações originárias daquele lugar; estas não se encontravam no cerne das relações espaciais, mas sim as variações ligadas ao processo laboral cotidiano daqueles sujeitos.

Normalmente a experiência espacial dos seringueiros limita-se aos lugares nos quais vivem e trabalham. Porém, permanece uma memória história do macro-espço, ligada às origens nordestinas e ao comércio da borracha. Com relação à orientação do espaço não vivido, o aspecto mais significativo parece ser aquele determinado pelo elemento rio [...]. O rio é percebido como uma ligação e continuidade entre o “aqui” e os outros lugares (MARCHESE, 2005:76).



Figura 16 - Escola e Associação de Moradores erguidos no local onde abrigava o depósito São Vicente. (Foto: Nilsa Nascimento. Ano: 1990)

Posto mais uma vez na perspectiva dos lugares antropológicos de Augé (2012), o caso do lugar em análise nos conduz ao entendimento de que o respeito às configurações espaciais do lugar seringal consiste em uma modalidade de manutenção e fortalecimento do elo identitário dos sujeitos que lá vivem. Para o autor,

Esse lugar [...] é, num certo sentido, uma invenção: ele foi descoberto por aqueles que o reivindicam como seu. Os relatos de fundação são, raramente, relatos de autoctonia, na maioria das vezes o contrário, relatos que integram os gênios do lugar e os primeiros habitantes à aventura comum do grupo em movimento. **A marca social do solo é muito mais necessária porque nem sempre ela é original** (AUGÉ, 2012:43, grifo nosso).

Assim como os seus antecessores, os atuais moradores da Vila Pia seguem suas vidas dominando e domesticando a paisagem natural de terra firme entre o Aquiri e o Iquiri, fortalecendo os elos com o passado através do respeito às características espaciais do local de origem e atribuindo novos signos ao escopo identitário local. Não se trata, pois, de uma sobreposição às características físicas e espaciais do lugar Colocação São Vicente, no Seringal Humaitá, mas sim de um processo contínuo transformação e ressignificação provocado por esses sujeitos em meio aos desdobramentos do tempo.

2.2. SOBRE A “REVOLUÇÃO DAS COLÔNIAS”

Com o declínio da economia gumífera no início da segunda metade do século XX, os seringais acreanos passaram por profundas transformações orientadas pela nova estratégia geopolítica vislumbrada para a Amazônia ocidental. Enquanto as populações caboclas e seringueiras assistiam no remanso dos rios ao fim do segundo surto da borracha e tentavam se reinventar a partir do desenvolvimento de uma economia calcada no extrativismo, o governo federal, por sua vez, fomentava a efetiva ocupação e colonização das terras localizadas na porção oeste do território brasileiro através de um programa chamado Plano de Integração Nacional (PIN).

Cunhado em meio ao acelerado processo de modernização preconizado no Brasil na década de 1950, o PIN previa a realização de um extenso programa de colonização voltada para os lugares menos habitados do território brasileiro, bem como vislumbrava a construção de uma malha viária eficiente e capaz de interligar os mais distantes rincões do território nacional à porção centro-sul do país. No Acre, a implantação desse plano político se deu através da construção das rodovias federais BR-317 e BR-364, bem como por meio da desapropriação de seringais para a realização do programa de colonização dirigida gerenciado pelo INCRA e, por fim, com a abertura de incentivos fiscais para a implantação de projetos agropecuários.

Como consequência desse modelo político desenvolvimentista apregoado pelo governo federal, Almeida Neto (2004) explica que houve uma paulatina desvalorização das figuras caboclas e seringueiras no escopo identitário acreano para dar luz a um novo imaginário coletivo calcado no progresso econômico e orientado, em suma, pelos referenciais alóctones trazidos pelos novos colonizadores. Pioneiros e pontas de lança do colonialismo na

Amazônia em séculos passados, aqueles sujeitos foram postos à margem do processo em curso e tiveram seu direito as terras em que ocupavam cerceado através de manobras políticas que agiam em prol da expansão da fronteira agropecuária. A incorporação dessas políticas pelo governo acreano resultou, também, no aumento avassalador de conflitos agrários em todo o Acre e no êxodo da população seringueira para os centros urbanos.

[...] podemos dizer que há muito esses sujeitos vêm sofrendo uma rejeição por parte dos moradores da cidade, que sempre os vêem como “retrógrados”, “atrasados”, “inoperantes” e outros adjetivos do gênero. Ao chegarem aqui não era de se esperar outra coisa senão que fossem submetidos a uma rejeição ainda mais incisiva [...] (ALMEIDA NETO, op. cit.:58).

Para Eliseu E. Ribeiro, esse período, por ele chamado de “Época da Revolução das Colônias”, foi marcado por uma massiva evasão dos moradores da Colocação São Vicente e pelo completo abandono do Seringal Humaitá. Segundo conta, após o fim da economia gumífera, muitos sujeitos migraram em direção às cidades para habitar os bairros localizados às margens do rio Acre; aqueles que resistiram ao fim dos seringais, por sua vez, sucumbiram aos montes diante da epidemia de malária que atingiu aquelas paragens ou tiveram suas terras adquiridas por pecuaristas que vinham se instalando na região.

Muita gente veio pra cá na época da revolução das colônias pra ganhar terra. O pai da Nilsa [Nilsa da Silva Nascimento, moradora também entrevistada nesta pesquisa] foi um deles. A Nilsa chegou aqui mocinha pequenininha, aí morreu a mãe dela com malária e depois de uns anos o velho. Morreu gente demais com malária, muita mesmo. Você acredita que eu tive malária dos meus 14 até os 36 anos? [...] Só que quem passou, quem resistiu, hoje está bem. Muitos não tão mais aqui. As pessoas desistiram, vendiam as colônias, iam embora para cidade e daí iam morar no barranco do rio. [...] Quem não resistiu a este ramal, vendeu. Dos donos dos terrenos doados pelo INCRA, só tem um ou dois. Todos os outros foram vendidos para os fazendeiros. Eles tinham Toyota traçada, entravam aí de qualquer jeito, iam comprando os terrenos e o pessoal foi indo embora (Eliseu Emílio Ribeiro, entrevista em 11/07/2016).

Outro relato valioso a respeito dos reflexos dessa nova geopolítica para os seringais da Amazônia acreana pode ser extraído da pesquisa realizada pela historiadora Nilsa da Silva Nascimento, imigrante paranaense, moradora da Vila Pia desde a década de 1980, que historiou as transformações ocorridas na colocação São Vicente entre os anos de 1970 e 2008.

Em seu trabalho, Nascimento apresenta relatos sobre a desapropriação do Seringal Humaitá e narra os eventos que suscitaram na elevação daquela localidade à categoria de Vila.

Antes de haver a desapropriação do “seringal” depósito São Vicente houve muitas brigas entre fazendeiros e seringueiro como aconteceu no ano de 1978 quando João Vilela proibiu os seringueiros de passarem por dentro de sua propriedade. Eles se reuniram para enfrentar o fazendeiro, saindo somente com a chegada da polícia (NASCIMENTO, N. 2011:10).

Ainda de acordo com Nilsa Nascimento (op. cit.), os primeiros boatos sobre a desapropriação do Seringal Humaitá surgiram no ano de 1977, quando do início da delimitação dos Projetos de Assentamento Dirigido (PAD) Pedro Peixoto (figura 17) e Humaitá (figura 18) para fins de reforma agrária no Vale do Acre. Criado sobre a área de cinco seringais que abrangiam os municípios de Rio Branco, Senador Guimard, Plácido de Castro e Acrelândia, o PAD Pedro Peixoto logo se tornou o maior Projeto de Assentamento da Amazônia sul-ocidental e partia, na época de sua criação, da audaciosa proposta de assentar quatro mil seiscentas e setenta famílias em uma área que somava aproximadamente trezentos mil hectares, sendo a BR 317 seu limite oeste. O PAD Humaitá, por sua vez, contava com números mais modestos e previa acomodar mil famílias em uma área de sessenta e seis mil hectares que se estendiam do eixo desta rodovia até as proximidades do município do Bujari, localizado na margem esquerda do rio Acre.

Segundo Dorila Gonzaga (2010), durante a implantação do PAD Peixoto, na década de 1980, buscou-se priorizar a absorção de famílias seringueiras e extrativistas oriundas dos seringais acreanos e oferecer terras, também, para os imigrantes recém-chegados das demais regiões do país para trabalhar na implantação de sistemas agrícolas que favorecessem a expansão da fronteira agropecuária na Amazônia acreana.

[...] foram assentadas mais de 50% de famílias da região Norte do País, sendo que o restante era formado de famílias oriundas principalmente, do Sul e Sudeste. No entanto, foi registrado um índice de desistência de aproximadamente 62% dos assentados, sobretudo por parte das famílias oriundas da região Norte. Essa desistência justifica-se, principalmente pela decadência do extrativismo, desencadeado para atender a um dos princípios do projeto de assentamento que foi destinar-se à prática agropecuária (GONZAGA, 2010:34).

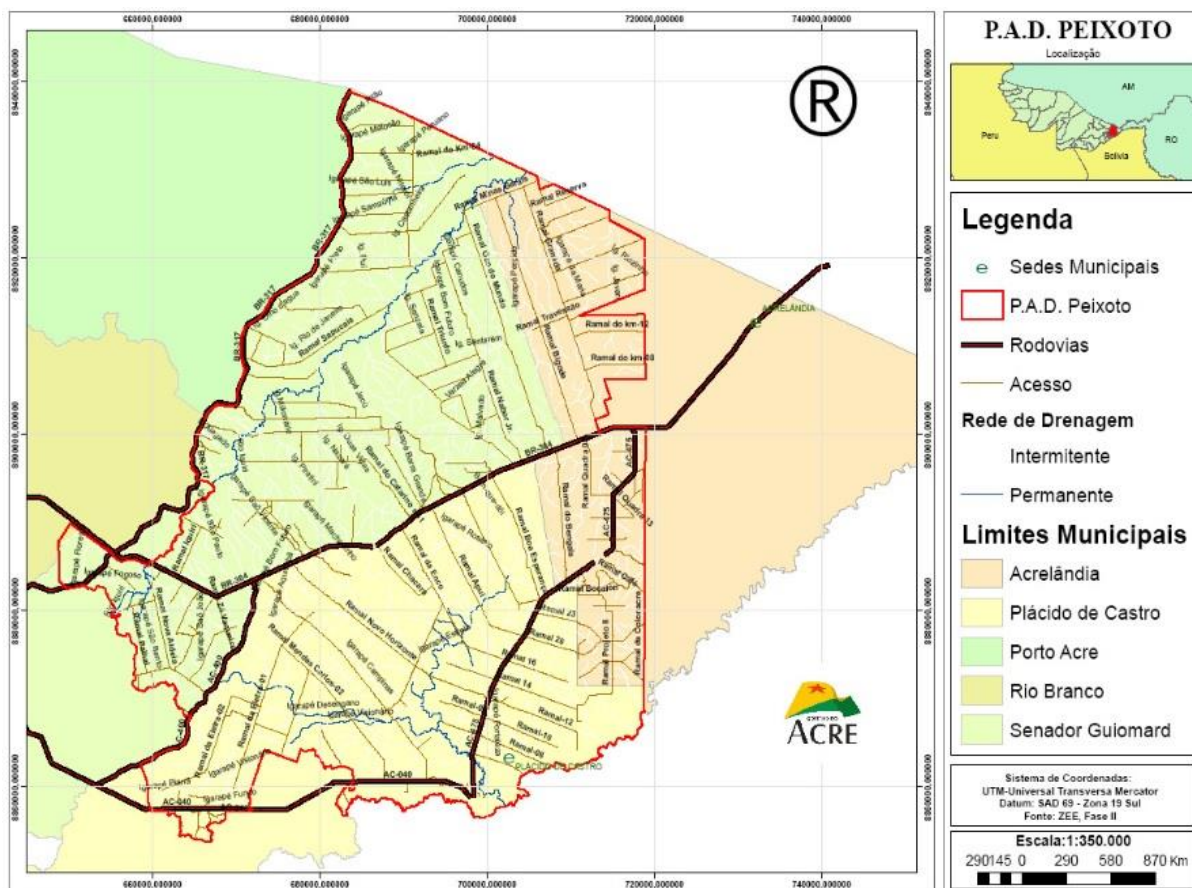


Figura 17 - Área do PAD Pedro Peixoto (GONZAGA, 2010:35).

O PAD Humaitá, por sua vez, partilhava dos mesmos padrões de assentamento e foi definitivamente implantado no ano de 1981. Este seguia as mesmas características populacionais do projeto vizinho, ao visto que 81% dos moradores advém da região norte, 4% da região nordeste e 15% das regiões sul e sudeste (dados da pesquisa, ver anexo V).

Conforme explica Nilsa Nascimento (2011), a divisão e entrega dos lotes da área pertencente à Colocação São Vicente, na fase inicial do projeto, foi orientada por movimentos sociais ligados à igreja católica os quais partiam da premissa de garantir a reintegração social de indivíduos advindos da Colônia Souza Araújo²⁸. Esses sujeitos, conforme informa Irmã Isabel, uma das responsáveis pela Igreja de Nossa Senhora Aparecida construída ao lado do depósito São Vicente, na atual Vila Pia, eram conduzidos aos montes para as terras daquela

²⁸ De acordo com o arquivo digital da Diocese de Rio Branco, a Casa de Acolhida Souza Araújo foi fundada em 1924 com o propósito de prestar assistência médico-hospitalar aos hansenianos das regiões do Alto e Baixo Acre. Com o aumento exponencial de internos e moradores nas adjacências, a Prelazia adquiriu as terras circundantes e inaugurou Complexo do Leprosário da Comunidade Souza Araújo em 1969. - Informações extraídas de: <<http://www.diocesederiobranco.org.br/obras-sociais/souza-araujo/>> . Acesso: 08.ago.2016

antiga colocação de seringa a fim de desenvolver atividades agrossilvopastoris logo assim que terminavam o tratamento do qual era submetidos naquele hospital.

Quando a Pia veio para cá a gente já estava na Souza Araújo. Ela vinha para cá com uma Toyota e ajudava a trazer aquele pessoal de lá, que eram os pacientes. Um dia o governo viu quem tinha possibilidade de ainda se reintegrar na sociedade, que podia trabalhar um pouco para se manter e mandou todo mundo para fora. Tirou todo mundo. Isso gerou uma revolta muito grande. Aí Pia, que já estava aí nesse tempo, quando viu o povo revoltado, resolveu ir no INCRA pedir terra. Foi aí que eles vieram para cá. Nessa vinda ela trouxe todo mundo (Irmã Isabel, entrevista em 06/08/2015).

Pia Béber, enfermeira e missionária italiana, é apontada pelos atuais moradores como a grande baluarte na reivindicação de lotes da Colocação São Vicente junto ao INCRA para transferir e lá assentar os ex-internos da Colônia Souza Araújo. Enviada ao Acre na década de 1970 para trabalhar naquele leprosário, Béber logo se tornou figura conhecida em todo o Vale do Acre devido ao seu altruísmo e forte atuação política em prol dos hansenianos e caboclos remanescentes dos seringais. Sobre esses eventos, Nilsa Nascimento (2011) apresenta um punhado de importantes memórias que nos permite vislumbrar tais acontecimentos com maior nível de detalhamento:

Na colônia Souza Araújo muitas famílias haviam concluído o tratamento de hanseníase e também precisavam de locais para morar. Fizeram algumas reuniões e com o apoio de Pia Béber foram ao INCRA reivindicar terras, porém não foram atendidos. [...] A senhora Pia Béber, ciente do que queria, reuniu essas famílias e saíram num caminhão com destino a estrada de Boca do Acre, que na época era um ramal quase fechado por tabocas. Eram vários homens e somente ela de mulher. Quando chegaram ao Seringal Bagaço, próximo à ponte com o mesmo nome, Pia disse que o motorista do caminhão poderia voltar para Rio Branco e mandou que os homens fizessem um pique na mata e fossem escolhendo seus lotes. [...] Quando a notícia chegou logo foi formada uma equipe, pediram apoio da polícia federal e dirigiram-se ao local, segundo eles estavam acontecendo uma invasão. [...] Pia Béber foi detida por invasão de terras públicas. (NASCIMENTO, N. 2011:12-13).

O trecho destaca a atuação de Pia Béber, na década de 1980, quando, em virtude da sua luta em benefício do campesinato acreano, foi detida sob a acusação de invasão de terras públicas e logo em seguida, com apoio e articulação política da Comissão Pastoral da Terra (CPT), conseguiu garantir àquelas famílias o direito de posse a uma parcela das terras do Seringal Humaitá dispostas ao longo do eixo da rodovia BR 317.

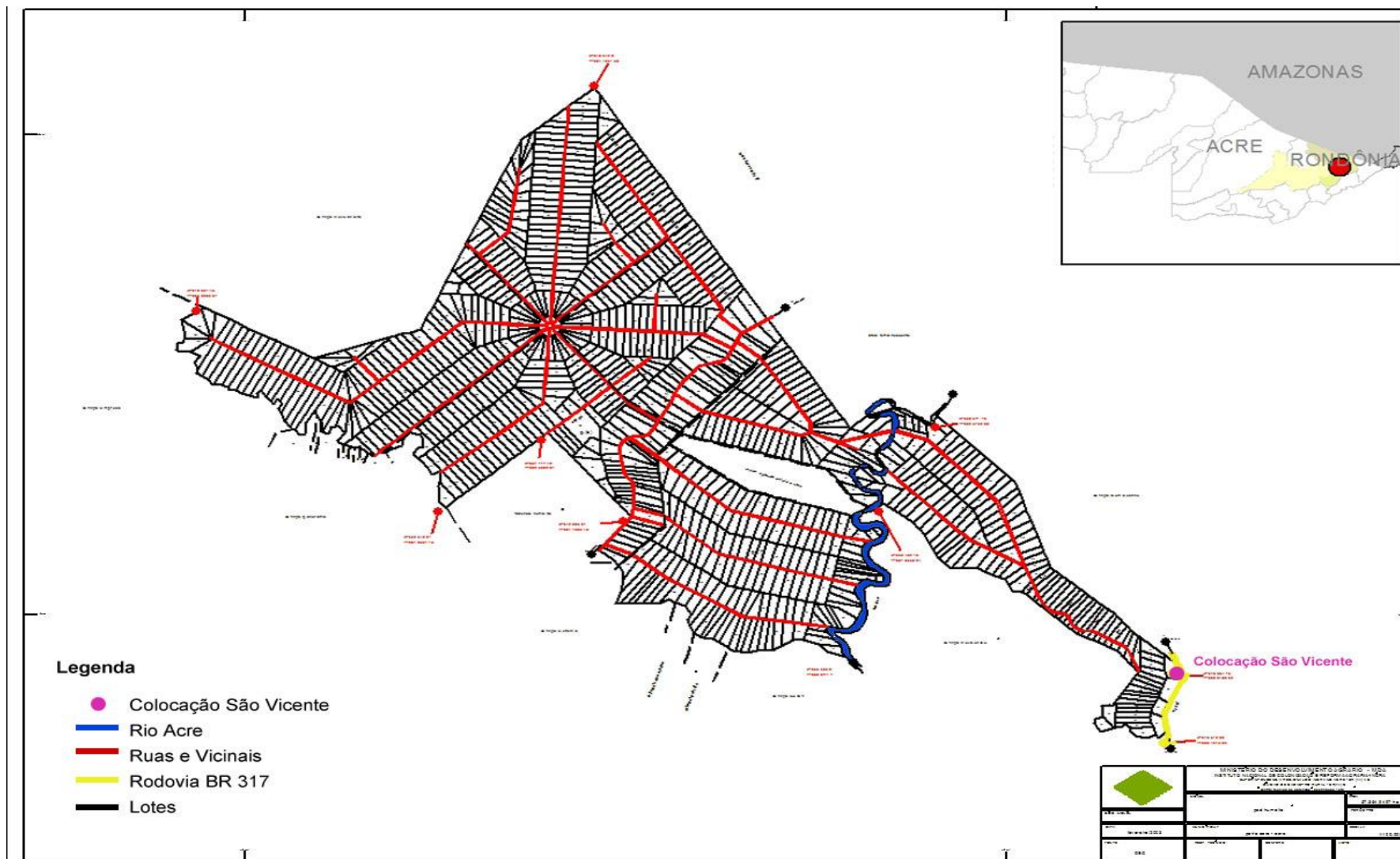


Figura 18 – Trecho do projeto de reforma agrária planejado para o Seringal Humaitá (Fonte: Departamento de Obtenção e Reforma Agrária da Superintendência do INCRA no Acre. Adaptado por: Arlan Hudson).



Figura 19 – Rodovia BR-317, trecho entre Rio Branco-AC e Boca do Acre-AM durante a década de 1980. (Foto: Nilsa Nascimento)

De acordo com o morador Francisco Alexandre de Souza, o Pelé, 67 anos, os primeiros lotes da colação São Vicente foram entregues no início da década de 1980, acomodando 15 famílias conduzidas pela CPT. Capitaneado por Pia Béber, Pelé conta que foi um dos primeiros a chegar em meio a essa leva de imigrantes. Amazonense da cidade de Lábrea, Francisco “Pelé” chegou ao Acre na década de 1970 para morar na Colônia Santa Cecília, pertencente ao Complexo da Comunidade Souza Araújo. No início da década de 1980, ao tomar conhecimento da divisão de terras na área do Seringal Humaitá, antecipou-se para conseguir alguns hectares naquela região e, logo após ser assentado, auxiliou Pia Béber no traslado das demais famílias, tornando-se assim uma das figuras mais importantes daquele período.

Quando eu cheguei aqui só tinha o filho do gerente do seringal, o senhor Eliseu, e a Dona Filismina. Aqui era muito difícil. Muita gente desistiu logo de cara. A estrada praticamente não existia e ninguém tinha transporte. Eu dirigia o carro da associação de moradores, uma Toyota que foi dada pela diocese. Aí a dona Pia enchia a boleia do caminhão de gente lá da Souza Araújo e eu trazia pra cá. Eu ajudei a assentar quase todo mundo que tá aqui. Naquele tempo a gente fazia de tudo aqui, plantávamos tudo, abrimos os ramais no facão e motosserra. A gente ficava de ano sem ir na cidade. Eu era quem mais ia lá porque eu tava dirigindo o carro pra trazer os novos

moradores (Francisco Alexandre de Souza, o Pelé, entrevista em 11/07/2015).



Figura 20 - Francisco Alexandre de Souza, o Pelé. (Foto: Arlan Hudson. Data: 16/04/2016)



Figura 21 - Família de assentados na margem da BR-317. Década de 1980. (Foto: Nilsa Nascimento)

Ao fim da década de 1980 se iniciou o processo de consolidação do conglomerado que se formara com a chegada dos novos moradores e em 1990, após assembleia popular realizada na Escola São Francisco de Assis II, a Colocação São Vicente foi elevada à categoria de vila com nome Vila Pia, em homenagem àquela missionária italiana que atuou na região.

No início dos anos 2000, apoiado no Plano de Integração Brasil-Peru, dá-se início ao processo de requalificação das rodovias federais que cruzam o estado do Acre e, diante das novas condições de trafegabilidade da BR 317, a Vila Pia mais uma vez desponta como área de interesse para novos moradores e investidores, em suma, atraídos pela disponibilidade de terras a baixo custo oriundas do processo de reordenamento de espacial realizado pelos sujeitos remanescentes da “revolução das colônias” que conseguiram concentrar grandes extensões de terra e tinham interesse em impulsionar a economia local atraindo novos moradores (NASCIMENTO, 2011).

Consequente à reestruturação viária do Vale do Acre, em 2008 a Superintendência do Incra no Acre dá início ao processo de regularização ambiental de 56 Projetos de Assentamento e 17 áreas de obtenção distribuídos em todo o território acreano. Juntamente aos estudos ambientais exigidos pela Resolução Conama nº 001/1986 e Portaria IPHAN nº 230/2002²⁹, aquele Instituto passou a financiar a realização de pesquisas arqueológicas na região afetada pelas suas ações, o que resultou na identificação e registro de algumas centenas de sítios arqueológicos em todo o Acre. De acordo com o relatório apresentado pelo grupo de pesquisadores que participaram do projeto em questão, a faixa de servidão da rodovia BR-317 apresentou a maior concentração e quantitativo de sítios, sobretudo do tipo geoglifo. A Vila Pia, localizada no eixo do quilômetro 52 daquela rodovia, abriga seis sítios arqueológicos em um raio de 2km contados a partir do seu ponto central, a entender, a Igreja de Nossa Senhora Aparecida, antigo Depósito São Vicente (SCHAAN, RANZI & BUENO, 2008a).

²⁹ Revogada pela Instrução Normativa IPHAN nº 001/2015.

2.3. SOBRE LEIRAS, GEOGLIFOS E TRINCHEIRAS DA REVOLUÇÃO ACREANA

O “isto” não é uma característica da própria coisa. O “isto” nomeia as coisas na medida, somente, em que são objeto de uma indicação que se lhes dirige (...). O “isto”, em vez de ser uma característica da própria coisa, é apenas um acréscimo subjetivo, vindo do nosso lado.

(HEIDEGGER, 1987:34)

Grota, “grotião”, leira, vala, munduru, buraco, trincheira da guerra, geoglifo, sítio arqueológico e patrimônio cultural. Embora esses termos não compartilhem de qualquer origem etimológica comum, todos têm a função de atribuir significado a um mesmo ente que, em linhas gerais, está inserido em um contexto espacial restrito composto por um universo diversificado de sujeitos inclinados a significá-lo a partir das suas experiências cotidianas e sensoriais.

Para compreender as experiências desses entes, mister é direcionar o olhar para o recorte espacial elegido para esta análise e observar como os sujeitos daquele lugar interpretam esses recintos. Essa estratégia, cabe aqui lembrar, segue no vórtice da abordagem metodológica adotada para este trabalho, que consiste em identificar a teia de significados que circundam esses sítios arqueológicos, assim como procura estratigrafar os discursos envolvidos na patrimonialização desses bens. Para isso, as primeiras páginas desta dissertação apresentaram um panorama geral a respeito do entendimento semeado pelos arqueólogos que vêm se debruçando sobre a temática desde a última década na Amazônia acreana, os quais sugerem que “os geoglifos do Acre ilustram as maneiras pelas quais povos nativos dessa parte da Amazônia construíram seus espaços de moradia, encontros coletivos, cerimoniais e religiosos” (SCHAAN, 2014:154-155).

Tomando como ponto de partida a interpretação de Denise Schaan, é possível dizer que esse entendimento forneceu o combustível necessário para impulsionar o debate a respeito do paradigma sobre a ocupação pré-cabralina na Amazônia sul-ocidental e trouxe a indispensável publicidade para que fossem realizadas novas pesquisas sobre o tema (RANZI & AGUIAR, 2004). Esses estudos, em suma, compartilhavam da leitura feita por aquela arqueóloga, os quais sempre referenciam essas estruturas a eventos dos primeiros séculos da era cristã, bem como partem do princípio de reescrever as linhas da história ameríndia e dos

amazônidas do passado (PÄRSSINEN & KORPISAARI, 2003). Nesse novo cenário que se delineou para a arqueologia da paisagem amazônica a partir do estudo dos geoglifos, muito se preocupou em tratar do período estabelecido entre a data da possível construção das primeiras estruturas - nos anos 1199-912 AC – e a época do provável abandono por seus construtores, entre A.D. 1244–1378 (SCHAAN, 2014).

Por dar demasiada ênfase a esse recorte temporal, pouco tem sido explorado a respeito da inserção desses sítios arqueológicos na contemporaneidade e sobre as semioses oriundas de suas respectivas materializações na paisagem cotidiana dos sujeitos que hoje residem e interagem sobre eles. Na Vila Pia, a exemplo da Vila do V - conglomerado urbano localizado na porção mais ocidental do PAD Humaitá e ponto focal da pesquisa realizada pela historiadora Flora Braga (2014) - esses lugares arqueológicos são interpretados pela comunidade a partir do prisma da historiografia local, o que os tornam coisas mais próximas dos nativos e os distanciam daquele entendimento semeado pelos arqueólogos, conforme revelaram os interlocutores da presente pesquisa ao responderem ao Roteiro Estruturado Sobre Arqueologia e Gestão do Patrimônio Arqueológico (Anexo II).

O referido roteiro mostrou que, para além de valor científico e acadêmico, esses recintos representam um marco histórico e identitário para os moradores da Vila Pia, servindo como um dispositivo de acesso ao passado e ao período de consolidação daquele lugar. Quando questionados a respeito dos locais antigos da Vila Pia, por exemplo, parte significativa dos sujeitos entrevistados afirmaram conhecer as valas, buracos e trincheiras da Revolução Acreana enquanto apontavam para esses lugares arqueológicos; por sua vez, quando indagados se conheciam os geoglifos, os mesmos moradores apresentaram dificuldades em identificar essas estruturas na paisagem e, em 16% dos casos, afirmavam desconhecer completamente a existência de tais recintos.

Ainda sobre os dados da amostra, as entrevistas revelaram que 64% dos interlocutores que afirmaram conhecer o geoglifos também já os conheciam por outros nomes, os quais, no geral, seguiam na tendência de relacionar esses lugares a campos oriundos do conflito bélico entre brasileiros e bolivianos no final do século XIX, conforme explica a moradora Maria Luíza C. Ribeiro:

Dizem que morreu muita gente aí, né? Aí outros dizem que isso foi feito pelos índios. Um conta uma coisa, um conta outra. Então tem umas histórias tristes, outras alegres. O que a gente escutava mais era história de guerra. Antigamente a gente limpava ali com fogo, porque naquele tempo podia. Isso aqui era muito bonito, então a gente sentava e ficava contando história.

A gente não deixava vir qualquer menino pra não ter bagunça. Quem mais gostava de contar história era o velho Xavier. Ele já morreu. Ele foi o primeiro que chegou dizendo que isso aqui era da guerra, que isso aqui foi do tempo da Revolução do Acre contra a Bolívia. Essas são as histórias que eu prefiro, história de guerra. Isso aqui não é de índio não (Maria Luíza Castro Ribeiro, entrevista em 19/04/2016).



Figura 22 - Maria Luíza e a trincheira de guerra localizada aos fundos de sua residência. Sítio Arqueológico Vila Pia (Foto: Arlan Hudson. Data: 12/05/2016)

Outra moradora, Míriam dos Santos Nascimento, 35 anos, uma das proprietárias das terras que abrigam o sítio Tequinho, relata o seu primeiro contato com aqueles que se voltaram para o estudo de parte dos sítios arqueológicos existentes na Vila Pia. Conta que a partir da chegada daqueles arqueólogos esses recintos ganharam não somente novo nome, mas também foi-lhes atribuído um novo significado que em muito diferia daqueles que povoam o imaginário local.

A primeira vez que eu ouvi falar sobre os Geoglifos foi quando os arqueólogos desceram lá no campo [Sítio Tequinho] de helicóptero, saíram tirando foto de tudo e falando o que tinha ali. A gente até chegou a pensar que era brincadeira, porque a gente sempre morou ali e nunca soube que tinha algo enterrado lá, assim, dessas coisas de índio (Míriam dos Santos Nascimento, entrevista em 03/06/2016).

Tomando parte da bibliografia produzida sobre a temática (RANZI e AGUIAR, 2004; SCHAAN, RANZI e PÄRSSINEN, 2008) é possível inferir que o uso do termo “geoglifo” para descrever e designar tais estruturas advém tão somente do início dos anos dois mil, sendo, pois, introduzido na Vila Pia por volta dos anos 2007 com a chegada dos arqueólogos. Recorrendo mais uma vez às entrevistas de campos, os dados mostram que a

aceitação do termo *geoglifo* por parte dos moradores da Vila Pia foi um processo lento e, embora tenham sido realizadas ações de musealização de um dos sítios arqueológicos daquela localidade (SCHAAN, 2011), as atividades pouco conseguiram dialogar com as acepções locais e não se mostraram eficientes para evitar o deslocamento afetivo que se formara com a mudança de signos:

“Geoglifo? Isso aqui não era geoglifo não. Isso aqui era buraco, o buraco da guerra. Aqui só virou geoglifo depois que veio um pessoal da universidade. A gente não aceitava a história de buraco dos índios não, até porque o que a gente mais escutava aqui era história da guerra e ainda hoje eu não mudo de ideia” (Maria Luíza Castro Ribeiro, entrevista em 19/04/2016).

Com base no discurso supracitado há de se fazer algumas observações pertinentes e de significativa relevância para entender o distanciamento afetivo que se formou entre uma parcela da população local em detrimento daqueles sítios arqueológicos. A primeira diz respeito a ojeriza criada pela nova terminologia sugerida pelos arqueólogos. O termo *geoglifo*, adotado por aqueles estudiosos e que traz, a princípio, um conceito léxico que significa “figuras de grandes dimensões elaboradas sobre o solo” (RANZI & AGUIAR, 2000:2), pouco faz sentido para os moradores locais que, em sua grande maioria, sequer planaram suas terras alguma vez em vida e tampouco puderam observar aquelas estruturas de terra a partir de uma perspectiva aérea, o que, conseqüentemente, dificulta a apreensão desses sítios “formados por figuras de alto e baixo relevo”, conforme descritos por Ranzi & Aguiar (2004:11).

Heidegger (1987) afirma que são as formas de acesso a um ente que o diferem dele mesmo, ou seja, a gama de significados que gravitam entorno de um bem surge através da forma em que é estabelecido um dinamismo entre o indivíduo e a coisa por ele observada. A coisa, posta na perspectiva deste autor, consiste em um ente imbuído de valor historicamente construído a partir da percepção e do intelecto individual e/ou coletivo. As Trincheiras da Revolução Acreana, coisas nomeadas a partir das semioses nativas, correlacionam os lugares de importância arqueológica da Vila Pia à história dos indivíduos que vivem naquela localidade. Diante disto, percebe-se que sugerir um novo nome e valor para designar tais recintos pode representar, pois, um deslocamento de feições espaciais que embasam e legitimam os relatos de origem do lugar de vivência daqueles sujeitos, suscitando, também, na subversão de eventos históricos que contribuem para a formação identitária local e corroboram a conformação espacial erguida pelos seus antecessores.



Figura 23 - Geoglifo ou trincheira da revolução acreana? Sítio Tequinho em perspectiva terrestre. (Foto: Arlan Hudson. Data: 04/03/2016)



Figura 24 - Geoglifo ou trincheira da revolução acreana? Sítio Tequinho em perspectiva aérea. (Foto: Arlan Hudson. Data: 15/08/2014)

A segunda observação diz respeito às formas de fruição e uso das coisas do passado junto à comunidade e a inserção daqueles sítios arqueológicos na dinâmica espacial local. As entrevistas revelaram que esses bens se encontram articulados a elementos intangíveis, os quais são ativados a partir das narrativas locais, ajudando, assim, a dar sentido ao locus de vivência daqueles indivíduos. A Vila Pia, enquanto um lugar antropológico, segundo a perspectiva de Augé (2015), é composto por elementos históricos, simbólicos e identitários que ligam os sujeitos ao seu ponto de origem. Dentre as nuances que fortalecem esse elo com o passado estão os lugares de memória, os quais, de acordo com Nora (1993:13), funcionam como monumentos na paisagem cuja função é fornecer “sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos”. Estes lugares, conforme explica o autor em questão, são “momentos de história arrancados do movimento da história” (ibidem), ou seja, funcionam como lapsos da memória coletiva cristalizadas na paisagem a fim de circunscrever a identidade de um determinado grupo.

Segundo Cynthia Andrade (2008:570) os lugares de memória resultam de “histórias contadas tempo a tempo, [...] impregnadas no meio, sedimentadas na saudade e a procura de registros”. As trincheiras da Revolução Acreana – leitura nativa dos sítios arqueológicos formados por leiras – resistem aos desdobramentos do tempo através das histórias contadas pelos mais velhos e remoçadas pelos mais jovens através de brincadeiras que reproduzem as narrativas da guerra travada naquelas paragens em tempos idos do século passado. Esta prática, conforme explana a autora, não somente cria estratigrafias de memórias em pontos específicos do solo, transformando esses lugares em monumentos, mas também instaura uma forma de fruição das coisas arqueológicas na contemporaneidade, tornando esses sítios em coisas mais próximas daqueles sujeitos e inserindo-os completamente na dinâmica cotidiana local.

Aqui não tinha onde brincar, então a gente brincava de guerra dentro desse buraco. A gente chamava esse buraco aqui de Campo de Guerra. A gente brincava de brasileiros contra bolivianos, tocava fogo no capim e saía menino correndo pra tudo que é lado. Nessas brincadeiras a gente achava muita coisa no campo, mas a gente deixava por lá mesmo. As vezes a gente pegava aqueles pedaços de pote que achava, quebrava e tacava uns nos outros. O porquê tu sabe, né? Era guerra! (Maria Luíza Castro Ribeiro, entrevista em 19/04/2016).

Em sua narrativa, Nilsa da Silva Nascimento também rememora os momentos de lazer que tinha entre as atividades laborais e escolares durante a sua infância. Conforme conta, a principal atividade consistia em refazer os passos daqueles que lutaram contra as guarnições estrangeiras para cravejar naquelas terras o direito de posse e o sentido de pertencimento a uma coletividade nacional. Com esse intuito, corriam grupos inteiros de crianças para o lugar onde acreditavam ser as trincheiras da guerra e lá se punham a travar um conflito imaginário que evocava as memórias do lugar e reforçava sua identidade.

Quando eu era criança a gente brincava de guerra naqueles buracos. A gente imaginava e dava certo, por que quem estava meio que deitado ali podia se esticar assim e ninguém via quem estava passando no caminho. Não dava para ver de jeito nenhum. Então a imaginação seria essa: em um lado eram os bolivianos e no outro os brasileiros. A gente levava isso a sério. Ninguém queria ser boliviano. Não ser boliviano significava ser o que a gente é hoje. Esse lugar aqui tem a nossa história por isso. A gente construiu isso aqui, essa vila, tudo. Esse lugar tem minha história de vida e representa a minha identidade por isso (Nilsa da Silva Nascimento, entrevista em 23/03/2016).



Figura 25 - Sítio Vila Pia em perspectiva terrestre. (Foto: Arlan Hudson. Data: 11/07/2015)

Para Nora (1993) essa conjugação entre as memórias e os lugares do tecido urbano não somente transformam os espaços, mas também constroem um forte elo afetivo entre aqueles que o habitam. Essa ligação, forjada no bojo de uma aura puramente simbólica,

permite a aproximação dos sujeitos a partir de uma história regada a cumplicidade, afetividade e sentido de pertencimento. Ao evocar o passado a partir das formas de fruição acima descritas, esses lugares, a princípio visto como inanimados dentro de uma perspectiva anacrônica da arqueologia (FUNARI e FERREIRA, 2015), ganham novo anima e transmitem os signos a eles conferidos pelos sujeitos de outrora, tornando-se, por fim, em lugares-monumento, ou melhor, lugares de memória.

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se sua imaginação o investe de uma aura simbólica. [...] Simbólica por definição visto que caracteriza um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número o que uma maioria deles não participou (NORA, 1993:21-22).

A partir da leitura de Halbwachs (1950 apud SILVA, H. 2002), os momentos lúdicos vivenciados e descrito por aquelas interlocutoras representam algumas das mais diversas formas de usos sociais da memória coletiva. O lazer e as brincadeiras, dentro da perspectiva desse autor, podem ser interpretados como uma forma de fazer-se social, visto que se configuram em práticas de manutenção de memórias e da identidade coletiva.

De acordo com Augé (2015), os universos simbólicos conferidos ao espaço representam formas de reconhecimento entre os sujeitos e, neste sentido, a resistência às interferências externas consiste em um processo de salvaguarda daquelas representações que contribuem para a construção identitária e que, notadamente, extrapolam as linhas das literaturas oficiais para imprimir sentidos no lugar de vivência.

Desses universos, eles mesmos amplamente fictícios, poder-se-ia dizer que são universos de reconhecimento. É próprio dos universos simbólicos construir para os homens que os recebem por herança mais um meio de reconhecimento do que conhecimento (AUGÉ, 2015:35).

É neste ponto que se concentra a terceira observação concernente ao aceno negativo dos sujeitos da Vila Pia em detrimento das ações realizadas pelos arqueólogos. Admitindo-se, pois, que aqueles sítios arqueológicos formados por estruturas de terra adquirem significativa importância simbólica para a conformação identitária local, conforme exposto em linhas anteriores, é factível que os moradores tenham não somente estranheza a respeito da terminologia utilizada pelos arqueólogos, mas também há de se considerar que a mudança de signos a incidir sobre aqueles sítios pode representar a ruptura de importantes traços históricos que reforçam a gênese do lugar e que trazem à tona nuances condizentes a outros sujeitos –

indígenas - cuja historiografia oficial e os moradores ignoram ou simplesmente querem esquecer.

Diante deste cenário emergem as seguintes questões: como seguir na investigação desses sítios arqueológicos sem ferir o imbricado sensorial oriundo da acepção nativa entorno de sua paisagem cotidiana? Como evitar o distanciamento afetivo das comunidades em detrimento do patrimônio arqueológico sobre o qual desenvolvem suas vidas? Como inserir os outros no fluxo de patrimonialização de sítios arqueológicos visto que suas vozes são, geralmente, silenciadas?

Conforme discute Lúcio Ferreira (2013), na arqueologia é comum se adotar uma postura perniciosa, seguindo em uma abordagem inclinada a ignorar as acepções nativas e tolher as formas de fruição entre as comunidades e as coisas arqueológicas. Essa postura, descrita por Flávio Silveira & Márcia Bezerra (2007) como doutrinadora e academicista, subjuga, em certa monta, o conhecimento local e centraliza a produção de saberes no seio do discurso científico.

Márcia Bezerra (2013), em seu estudo sobre a inserção das coisas arqueológicas na contemporaneidade, explica o quanto esse tipo de abordagem, ainda comumente realizada no âmbito dos estudos arqueológicos tem sido demasiada excludente e como o seu método verticalizado de construção de conhecimento têm seguido por varadouros que não contemplam as novas práticas de fruição estabelecidas entre as comunidades e os artefatos do passado.

É neste imbróglio que se percebe o desalinho entre as perspectivas preservacionistas apregoadas pelo Estado e a necessidade de inserir o componente social na patrimonialização de bens não somente em processo de tombamento, mas também inclusos na Lista Indicativa do Patrimônio Mundial, como é o caso dos sítios arqueológicos do tipo geoglifos (UNESCO, 2012; FERREIRA, 2013).

Diante da necessidade de alcançar os parâmetros exigidos pela UNESCO para auferir um plano de gestão satisfatório, as dúvidas quanto as abordagens metodológicas a serem aplicadas em casos de tal semelhança requerem um espaço reflexivo para desconstrução de discursos unilaterais embasados tão somente na retórica da perda para tutelar bens. Há de se questionar, neste sentido, o tipo de conhecimento que se produz durante as ações de patrimonialização a fim de garantir que ele dialogue com as sinergias sociais envolvidas. A necessidade de inserir o componente social nesses processos põe em xeque a postura anacrônica da arqueologia clássica e dá espaço para o surgimento de outras abordagens mais

próximas da antropologia e, por que não, fenomenologia (FERNANDES, 2007; FERREIRA & BEZERRA, 2011; BEZERRA, M. 2013; SANCHEZ, 2008).

Felizmente novas perspectivas vêm sendo construídas para os estudos arqueológicos, onde é sugerida uma outra postura metodológica desses profissionais, possibilitando, assim, a conformação de um elo reflexivo e dialógico entre todos os atores envolvidos na pesquisa (FUNARI & ROBRAHN-GONZALEZ, 2008; SILVA, F. 2009). Esse cenário profícuo dá luz a um campo uníssono capaz de transpor as barreiras do distanciamento científico e afetivo onde a arqueologia pode ser entendida como uma forma de unir vozes e uma “forma de unir pedaços de nossa história, nossa memória e sabermos um pouco mais sobre nós mesmos” (NAJJAR, 2005:12).

3. PATRIMÔNIO CULTURAL E O ESTADO DA ARTE DA GESTÃO COMPARTILHADA

3.1. ARQUEOLOGIA PÚBLICA: POR UMA NOVA ABORDAGEM

A comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio.

Aloísio Magalhães (apud SIVEIRO, 2015:93)³⁰

Fazendo uma sucinta recapitulação sobre o papel desempenhado pela arqueologia e parte significativa dos seus respectivos profissionais nas últimas décadas do século XX, Daniel Segami (2011) pontua que o principal modelo disciplinar praticado no período pós-segunda guerra mundial teve grande contribuição para o distanciamento da comunidade científica – aqui representada pela figura dos Arqueólogos - em relação à sociedade civil. Para o autor, esse fenômeno se deu principalmente em virtude do enfoque na produção de conhecimento voltado estritamente para a academia e na negligência desses profissionais a despeito dos saberes locais entorno dos sítios e peças arqueológicas.

O historiador Lúcio Ferreira conta que, nesse interim, a arqueologia se portava como uma ferramenta de Estado cujos pressupostos teóricos serviam para a manutenção e a validação da retórica oficial no processo de incorporação de novos signos para compor a identidade nacional. Para tanto, em um processo histórico e contínuo que ainda permanece nos dias atuais, primou-se pela utilização das legislações e Instituições Jurídicas de Preservação do Patrimônio Cultural para preservar esses bens quase sempre desconsiderando os anseios e as deliberações das comunidades locais.

As coisas estão no local. Todos as veem. As comunidades podem tocá-las. Podem significá-las, associá-las afetivamente à memória da ancestralidade, torná-las marcos do direito à posse da terra e, portanto, da luta pela cidadania. No entanto, mesmo estando no local, essa classe de coisas gravita no global, na categoria difusa do universal, do pertencente à Nação ou a toda a humanidade (FERREIRA, 2013:88).

Também tratando das interfaces da arqueologia clássica e referenciando-a como uma disciplina profundamente política, Jaime Sánchez (2008) diz que os pressupostos teóricos

³⁰ Fernando Siveiro lembra essa máxima de Aloísio Magalhães no ensaio “Educação e Patrimônio Cultural: Uma Encruzilhada Nas Políticas Públicas de Preservação”, publicado em 2015 na revista CPC, p. 93.

daquele campo do conhecimento tendiam a favorecer tanto os argumentos preservacionistas do Estado como também ajudavam a sustentar o dogma acadêmico, profundamente marcado pelo conservadorismo e postura paternalista.

Essa estrutura, conforme exposto anteriormente, verticalizou os processos de produção de conhecimento em torno dos bens arqueológicos. Tal perspectiva aproxima-se, portanto, daquilo que Boaventura de Sousa Santos (2007:72) definiu, em suas discussões sobre a ciência moderna ocidental, como “monopólio da epistemologia moderna”.

Para Márcia Bezerra (2013:117) esse processo de monopolização do saber e de negação das práticas de fruição contemporânea dos achados arqueológicos nos locais onde estes se encontram contribuíram para “a depreciação das perspectivas nativas sobre a interpretação do registro arqueológico” e impuseram barreiras para “a gestão e a conservação” desses bens.

Contrapondo as deficiências desse modelo em tratar com os atores locais e a ausência de formas eficazes de divulgação do conhecimento produzido para as esferas não científicas, Flávio Silveira e Márcia Bezerra explicam que “há poucas décadas atrás surgiu um conjunto de ações e de reflexões cujo objetivo se concentra em perceber a quem interessa o conhecimento produzido pela Arqueologia, de que forma essas pesquisas afetam a sociedade” e “como estão sendo apresentadas ao público” (SILVEIRA e BEZERRA, 2007:85).

De acordo com Colin Renfrew e Paul Bahn (2005 apud SEGAMI, 2011) essas reflexões têm sido motivadas pela crescente preocupação de parte dos arqueólogos em propor novos rumos à disciplina para superar os percalços provocados pelos usos das coisas arqueológicas como alegoria do discurso conservador, acadêmico e nacionalista.

(...) alguns arqueólogos têm desafiado a ideia de que seu único papel é ser guardiões, protegendo os recursos que são concebidos como uma propriedade cultural. Em vez disso, eles veem o papel do arqueólogo como um profissional mediador entre interesses diferentes no passado. (RENFREW e BAHN, 2005 apud SEGAMI, 2011:5, tradução do autor).

A partir do levante dos “porquês de se fazer arqueologia” e/ou “para quem fazê-la” emergiram inquietações de como manejar e gerir adequadamente o patrimônio arqueológico para que este se torne de benefício público. Percebeu-se que para auferir um modelo eficaz de salvaguarda do patrimônio arqueológico é necessário assumir que os estudos arqueológicos são indissociáveis da pesquisa social e da participação dos atores locais na interpretação desses bens, conforme sugere Jaime Sánchez:

(...) as relações sociais, políticas e econômicas que se desenvolvem em nossa sociedade pós-industrial e capitalista são tão profundas que não é possível deixar a sociedade de lado na hora de fazer Arqueologia. A subjetividade na interpretação é uma mera peculiaridade neste contexto, pois as principais, que me refiro, são as causas e as consequências do nosso trabalho (SÁNCHEZ, 2008:11, tradução do autor).

Em resposta a essa necessidade presente de transformação ao campo da arqueologia, Márcia Bezerra (2013) conta que a Arqueologia com o Público, ou Arqueologia Pública, surgiu no período pós década de 1980 juntamente com um notável quantitativo de nomenclaturas para definir esse modelo disciplinar engajado em subverter a relação conservadora vigente e em construir uma relação dialógica entre as comunidades, poder público e academia. Dentre as prerrogativas básicas dessa nova linha de pesquisa estão o empoderamento social dos bens arqueológicos, a reconfiguração ética e profissional do arqueólogo, assim como o desenvolvimento de estratégias e práticas preservacionistas mais eficazes envolvendo um número maior de atores sociais.

Nessa conexão estabelecida com o público, Funari e Robrahn-Gonzalez (2008:22) colocam que os arqueólogos assumiram “sua responsabilidade social em relacionar a experiência do passado à do presente, e contribuir na promoção do futuro”.

Em uma análise dos pressupostos práticos, teóricos e metodológicos da Arqueologia Pública, Tatiana Fernandes (2007) defende que essa linha de pesquisa é de grande importância para garantir a transformação das partes envolvidas na interface Arqueologia e Sociedade, principalmente por propiciar o desenvolvimento de novas metodologias de preservação em virtude do seu caráter interdisciplinar que muito se aproxima da Educação:

(...) o campo da Arqueologia Pública associa-se com a Educação, com a Museologia, com a História dentre outras disciplinas para realizar uma reflexão crítica da produção do conhecimento sobre o passado; de sua interação com a sociedade e seus objetivos para com a ciência; com o seu objeto de estudo e por fim com a sociedade e suas contradições (FERNANDES, 2007:34).

Nessa perspectiva, a leitura dos significados que o patrimônio arqueológico possui na dinâmica contemporânea abre a possibilidade de usos voltados à educação, gerando fortalecimento dos vínculos com as comunidades ao qual esse patrimônio cultural está relacionado e firmando, desta maneira, o suporte essencial à sua preservação.

É interessante perceber que, ao propor-se a abarcar um universo maior de atores, a Arqueologia Pública aproxima-se muito dos anseios das novas propostas de abordagem nos projetos de Educação Patrimonial pautados na troca e construção mútua de conhecimento, conforme sugerido por Simone Scifoni (2014) e vislumbrado pela Coordenação de Educação Patrimonial do Iphan (FLORENCIO et. al, 2014).

Ainda que se perceba os benefícios propiciados por essa mudança de abordagem, tal conduta ainda permanece parcialmente relegada e não é bem quista por alguns profissionais que, conforme explicam Luzia Ferreira e Márcia Bezerra (2011:7), insistem em defender a ideia de que o “comportamento das comunidades estabelecidas próximos a sítios arqueológicos tende a ser destrutivo, sendo seu interesse e conhecimento acerca destes muito baixo ou, simplesmente, nulo”.

Insiste-se, portanto, em um modelo epistemológico pautado no pensamento abissal, conforme entendido por Boaventura Sousa Santos (2007), ou seja, embasado na verdade científica que busca a todo momento sobrepujar conhecimentos não acadêmicos. Os impactos dessa postura são impressos através da “depreciação das perspectivas nativas sobre a interpretação do registro arqueológico, a gestão e a conservação do material que compõe os sítios arqueológicos” (BEZERRA, M. 2013:117). Para além do desgaste local em detrimento dos estudos a respeito desses bens, essa postura também pode favorecer o surgimento de entendimentos equivocados dos instrumentos legais que resguardam os bens tutelados pelo Estado, conforme observado nos seguintes depoimentos:

Eles [os arqueólogos] chegaram aí tirando foto de tudo e disseram que a gente não podia mais mexer e nem plantar nada porque aquilo ali era coisa de preservação do Estado. A gente até pensou que ia perder a terra (Francisco de Assis da Silva³¹, entrevista em 03/06/2016).

Tombamento é quando a área fica inutilizada e só quem pode explorar são eles, os arqueólogos. Por isso teve gente que chegou até a dizer que não queria ninguém lá pesquisando para não correr o risco de perder a terra, como foi o caso do João Correa³². Dizem que onde está o sítio tem que ficar cercado e não se pode mais mexer em nada, tipo ali naquele Projeto de Assentamento da Baixa Verde³³ (Manoel Severino Sobrinho, entrevista em 01/06/2016).

³¹ Irmão do morador Raimundo da Silva, o Tequinho, e um dos proprietários da terra que abriga maior parte do Sítio Arqueológico Tequinho.

³² Ver nota nº 13.

³³ Criado no ano de 2008, o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Nova Baixa Verde abarca uma área de 5.007,2772 hectares entre os municípios de Rio Branco e Senador Guimard, Estado do Acre (SILVA et. al, 2015). A partir dos estudos de diagnóstico arqueológico realizados pela UFPA nas áreas de obtenção e reforma agrária do INCRA – primeira fase do licenciamento ambiental prevista pela Portaria IPHAN nº 230/2002, hoje

Os recentes debates sobre as consequências dessa abordagem mais tradicional para a interface entre arqueologia e sociedade civil, reforçaram, em muitos casos, a proposição de modelos de gestão e preservação de sítios arqueológicos pautados na participação social. Nesse contexto, notadamente a Arqueologia Pública vem despontando como um canal profícuo para o empoderamento intelectual dos atores locais e para a construção de pontes dialógicas a fim de seguir por novos meandros. Em análise da bibliografia atinente a essa vertente, percebe-se que o empoderamento dos sujeitos locais tem propiciado o surgimento de diferentes modelos de gestão caracterizados, em suma, pela participação das comunidades e, em muitos casos, pela permanência das peças arqueológicas nos núcleos de origem (CARNEIRO, 2014; SCHAAN, 2007; FERREIRA e BEZERRA, 2011; SILVA, F. 2009).

Para Márcia Bezerra (2014:422), esse modelo de arqueologia baseado na investigação das representações, simulações, interpretações e reconstruções contemporâneas são indissociáveis ao processo de pesquisa da arqueologia pós-moderna, cujo enfoque social permite vislumbrar os impactos do conhecimento científico produzido no seio da academia e seus desdobramentos contrapõem o “discurso icônico da arqueologia” para indicar os caminhos a serem trilhados para auferir um modelo de gestão que contemple os anseios das comunidades locais.

Com base no exposto, há de se considerar que, embora ainda exista uma restrita ou nula participação das comunidades locais na gestão e preservação de sítios arqueológicos tombados, a participação cívica em tais processos é um dos principais quesitos presentes nas diretrizes concernente aos bens que figuram na lista indicativa do patrimônio mundial da UNESCO, como é o caso dos Geoglifos do Acre (UNESCO, 2012). A Arqueologia Pública, por mais que encontre alguma resistência de ordem acadêmica e epistemológica, apresenta valiosa capacidade de subverter a relação verticalizada na construção de conhecimento oriunda de anos de pesquisas realizadas nos moldes mais conservadores da arqueologia clássica. Essa nova abordagem, que se apresenta com larga possibilidade de leituras da cultura material a partir das suas (res)significações na contemporaneidade (BEZERRA, M. 2013), a

revogada pela Instrução Normativa IPHAN nº 01/2015 - foram identificados e registrados quatro sítios arqueológicos homônimos dentro dos limites daquele futuro PDS (SCHAAN, RANZI & BUENO, 2008). Em descumprimento das demais fases do licenciamento ambiental e à revelia das recomendações feitas pelo Iphan/AC, foram assentadas 211 famílias na área do projeto, imprimindo sérios danos ao patrimônio arqueológico da região. Dentre as medidas mitigadoras para conter a depredação daqueles bens, o Iphan sugeriu, através do ofício nº 009/2014/IPHAN/AC de 27 de janeiro de 2014, que cercas fossem construídas em um raio de 30 metros contatos a partir do aclave externo dos sítios arqueológicos.

meu ver, fornece os subsídios necessários para fincar os alicerces estruturais para a concepção de novas formas de gestão cada vez mais pautadas na inclusão dos bens arqueológicos na dinâmica cotidiana das populações atuais (SÁNCHEZ, 2008).

3.2. NA IMINÊNCIA DE UMA PATRIMONIALIZAÇÃO

Eu aqui fico pensando no caso do Tequinho, sabe? Ele construiu toda história de vida dentro daquela terra sem ter conhecimento da existência do sítio arqueológico. Então de repente ele se depara com os arqueólogos e com o Governo querendo se apropriar da terra dele. Ele é leigo e não teve um conhecimento pra fazer outra coisa da vida senão sobreviver da terra. Com isso eu acredito que estão tirando o emprego do Tequinho. E agora ele vai sobreviver de quê?

(Aline Fraga Oliveira, entrevista em 03/06/2016).

E se houver tombamento de algum dos sítios arqueológicos denominados Geoglifo? Para Mariana Neumann (2011:06-07), a tutela desses sítios significa centrar esforços em ações que podem ter drásticas consequências econômicas, sociais e ambientais para a Amazônia sul ocidental. Na perspectiva dessa arqueóloga, a aplicação de embargos a algumas das atuais formas de uso da terra onde se localizam os geoglifos, a partir da aplicação das diretrizes da Lei do Tombamento, poderia “empurrar a fronteira agrícola de oeste para leste”, dando luz, assim, a um cenário catastrófico já que “a metade leste do Estado é reconhecidamente uma das áreas da Floresta Amazônica mais bem preservadas” e “a migração das comunidades que vivem direta e indiretamente da atividade pecuária para esta região notadamente indígena [...] pode representar o surgimento e/ou agravamento de conflitos étnicos não incomuns na Amazônia”.

Ainda que essas questões sejam de extrema relevância, acredito, contudo, que tão importante quanto especular os possíveis impactos negativos para a dinâmica regional a partir da massiva patrimonialização dos 101 sítios indicados para tombamento, assim como fez a autora acima destacada, refletir sobre alternativas para a atribuição de valor a esses bens, bem como suas respectivas formas de gestão assume igual relevância diante da iminente necessidade de preservação desses bens a serem salvaguardados pelo Decreto-Lei nº 25/1937.

Longe de tentar fazer juízo de valor a respeito do quantitativo de sítios indicados para tombamento, tampouco sem querer elevar debate sobre o regime jurídico a ser aplicado na proteção de tais bens, como já fizeram alguns autores indicados neste trabalho (GUSMÃO, 2014; CAMELO e MAIA NETO, 2012), acredito que explorar os aspectos sociais inerentes ao processo de patrimonialização dos geoglifos possibilita a construção de cenários favoráveis para mitigar boa parcela dos problemas de gestão que se apresentam ante a esse caso. Interessantes perspectivas advêm do contato com os moradores, com seus pontos de vista e compreensões sobre o lugar; perspectivas, portanto, que tenham sentido, ressonância para eles e que demonstrem alto nível de reflexão sobre o assunto. Como se vê, por exemplo, na fala do caboclo xapuriense Mestre Zé, de 65 anos:

Às vezes a gente nem imagina o quanto existe pessoas inteligentes nessas colônia e seringais velhos. [...]. Tem muito cabra aí que tem ideia boa na cabeça (José Monteiro Arantes, “Mestre Zé”, entrevista em 12/03/2016).

Com base na pista daquele interlocutor, trilhei os varadouros da Vila Pia, onde foi possível apreender que em meio às bases locais que interagem direta ou indiretamente com os sítios arqueológicos presentes naquele lugar, o número de sujeitos que sabiam das perspectivas de patrimonialização dos sítios era pequena. Entre aqueles que entrevistei, tendo como base o Roteiro Estruturado sobre Arqueologia e Gestão do Patrimônio Arqueológico (ver Anexo II), somente 56% haviam ouvido falar do processo de tombamento em curso (ver Anexos IV e VI). Esse número é certamente alarmante, visto que aquele se trata de um lugar que não somente abriga um sítio arqueológico indicado para tombamento – Sítio Tequinho -, mas que também já assistiu as primeiras etapas de uma incompleta musealização do mesmo sítio (SCHAAN, 2011). Além disso, constantemente recebem estudiosos seja para a realização de novas campanhas de escavação, seja tão simplesmente para visitar os lugares circunvizinhos que possuem igual interesse arqueológico.

Ainda sobre os dados concernentes a divulgação das ações tanto do Iphan quando dos arqueólogos que atuaram naquele lugar, 22% dos moradores que informaram conhecer o pedido de tombamento disseram ter tomado ciência da possível patrimonialização durante as atividades de socialização realizadas pelos arqueólogos em anos anteriores, enquanto 56% o souberam tão somente por intermédio dos seus pares - ou seja, vizinhos – e, por fim, 22% através dos meios de comunicação e demais formas de acesso a informação (ver Anexo VI).

Tratando-se do Iphan, apenas 24% dos entrevistados afirmaram conhecer o Instituto e parte das suas atribuições legais, enquanto 76% nunca ouviram falar da autarquia. Esses números revelam que as atividades de socialização e diálogo promovidas pelos arqueólogos em parceria com essa instituição não têm funcionado no sentido de comunicar suas ações naquele lugar. Têm também contribuído para a formação de opiniões equivocadas sobre a legislação que resguarda o acervo de bens que compõem o patrimônio cultural brasileiro, assim como observado na narrativa em epígrafe e enfatizado a seguir:

Teve um tempo que a gente estava conversando sobre quando esse pessoal chegou por aqui. Ficamos comentando que o Tequinho ia perder a colônia porque quando eles vieram, eles disseram que não queriam que a gente mexesse em nada e que a colônia do Tequinho iria ser um patrimônio nacional (Nilsa da Silva Nascimento, entrevista em 05/03/2016).

Não obstante o parcial conhecimento daqueles sujeitos no que diz respeito as diretrizes da *Lei do Tombamento*, os quais associam a tutela federal à desapropriação de imóveis e a consequente perda de direitos sobre a terra, os desdobramentos dos dados de campo chamam atenção ao revelar que, daqueles que responderam ao Roteiro Estruturado de Arqueologia (Anexo II), 64% mostraram posição favorável ao processo de tombamento em curso, ao passo que 16% se manifestaram contra e 20% não quiseram ou não souberam opinar sobre tal questão (ver Anexo VI).

Esses dados demonstram que, embora existem distorções no entendimento local em relação à legislação cultural brasileira e também que se notam traços de um possível distanciamento afetivo, em certa parte provocado pela mudança de signos dos elementos da paisagem cotidiana daqueles sujeitos, os moradores da Vila Pia apresentam notório interesse em preservar os sítios arqueológicos que repousam sobre seus pés, seja por motivos que remetem à sua memória afetiva, seja por interesses de cunho pessoal que podem assumir as mais variadas formas e perpassam aspectos da vida cotidiana.

Meu medo maior é esse negócio aí de desapropriação. Porque a única pessoa que mora aqui dentro, desse lado e que ainda tem esse buraco aqui sou eu. Disso aqui eu não abro mão, não dou e não vendo. Nem se me derem a casa do governador. Gosto de estar no meu lugar. Vou criar meus filhos, vou ficar avó e contando as histórias daqui para os meus netos. Teve um tempo que fui embora, aí depois de alguns anos eu voltei e fiz questão de construir minha casa perto desse buraco. O porquê? Deus me livre, eu gosto demais disso aqui. Quando eu morrer quero ser enterrada aí dentro. Já existe o buraco mesmo, então é só jogar terra por cima. Quer dizer, tem que ser nesse monte de terra que fica fora, não pode ser dentro da vala porque eu não quero que aterre o meu bichinho (Maria Luíza Castro Ribeiro, entrevista em 12/05/2016).



Figura 26 - Leira do Sítio Vila Pia localizada aos fundos da casa da senhora Maria Luzia Castro Ribeiro. (Foto: Arlan Hudson. Data: 18/05/2016)

É com base nesse surpreendente aceno positivo que eu acredito ser fundamental a substituição de posturas doutrinadores e unilaterais por abordagens mais dialógicas capazes de interagir com as sinergias locais, promovendo, assim, atividades emancipadoras por meio do empoderamento social, bem como através da troca de conhecimentos e experiências.

Nesse cenário, construído a partir da reflexão sobre os dados acima elencados, o desafio que se apresenta, ao que se percebe, consiste em aliar as atividades de pesquisa e educação a fim de tornar o processo de patrimonialização mais participativo e colaborativo, envolvendo os moradores e superando, por fim, tanto as frustrações quanto os equívocos remanescentes de ações anteriores. Felizmente a Arqueologia Pública, com seus pressupostos metodológicos, permite transpor essas barreiras e sustenta-se como ferramenta profícua para

mediar e fomentar debates elucidativos capazes de construir novas perspectivas para o caso em questão.

Vale destacar como a perspectiva da Arqueologia Pública encontra eco entre a comunidade:

Na minha concepção aquilo ali já é um patrimônio histórico e que não está tendo o devido cuidado. Te digo que é muito fácil o Estado vir aqui, tombar aquele lugar, cercar e nunca mais aparecer. Por isso, a minha opinião é que **a gestão desses sítios arqueológicos tem que ser feita pelo Estado e a comunidade**. Eles vêm, cercam o sítio e a comunidade fica de olho. Não é melhor assim? [...] E tem mais, já que ali vai ser um local voltado para a preservação, eu acho que o Estado tem que financiar pesquisa contínua, tem que ter os arqueólogos aqui fazendo pesquisa junto com a comunidade (Sirley de Lima Batista, entrevista em 11/06/2016, grifo nosso).

Ao apostar na evolução do diálogo a respeito dos interesses diversos dos vários atores envolvidos, o processo de tombamento dos geoglifos pode seguir por novos meandros e aproximar-se de um modelo de gestão cada vez mais pautado no compartilhamento de responsabilidades. Esse quadro, vale ressaltar, alinha-se aos anseios da Superintendência do Iphan no Acre e também se concatena ao desejo dos sujeitos entrevistados durante a realização desta pesquisa, conforme descrito a seguir com resultados sistematizados nos Anexos IV e VI.

Diante do exposto, fica claro que embora as implicações de uma patrimonialização atributiva³⁴ a partir dos preceitos do Decreto-lei nº 25/1937 tomem a recorrente forma de expropriação compulsória sob a ótica local, o ímpeto de preservar os sítios arqueológicos presentes na Vila Pia se multiplica por tantos sujeitos quanto por Sirley L. Batista. Estes, quando postos a discursar sobre as formas de gerir os bens em questão, tecem sugestões de imensurável valia para os técnicos do campo do patrimônio cultural que se põem a refletir sobre o tema.

Essa lógica, como se percebe, segue na contramão de metodologias unilaterais e pouco dialógicas cujo discurso, em suma pautado na retórica da perda para *arregimentar* bens ao escopo identitário nacional, ignora os desejos e deliberações das comunidades locais (FERREIRA, 2013). Ela, em certa monta, nos conduz sutilmente para uma realidade

³⁴ Segundo Gusmão (2014), os processos de patrimonialização podem ser classificados em entre *compulsórios* e *atributivos*. Os primeiros, no caso da arqueologia, são aqueles aplicados aos sítios e artefatos arqueológicos encontrados em todo o território nacional após o momento de sua descoberta, os quais são, automaticamente, tutelados como patrimônio cultural brasileiro e da União por força da conjugação dos textos da Constituição Federal de 1988 e Lei nº 3924/1961 (Lei da Arqueologia). Os segundos correspondem aos bens tutelados a partir do Decreto-Lei nº 25/1937, a lei do tombamento, cuja principal característica é a construção e atribuição de valor a determinados bens - inclusive arqueológicos - que apresentam notória importância para a manutenção do escopo identitário nacional.

fundamentada no diálogo entre atores, discursos, narrativas e apoiada na harmonização de interesses tão difusos quanto a estes que se apresentam na preservação do patrimônio cultural brasileiro.

3.3. “É PRECISO DIVIDIR AS RESPONSABILIDADES”

Se o Estado se meter como o único responsável por preservar esse negócio e deixar a comunidade de fora, eu te digo, isso vai ficar do jeito que tá. É preciso dividir as responsabilidades.

(José Monteiro Arantes, Mestre Zé, entrevista em 12/03/2016).

A citação em epígrafe traz um trecho da entrevista cedida por José M. Arantes, o Mestre Zé, durante a etapa de campo desta pesquisa. Segundo esse caboclo xapuriense, tanto os estudos arqueológicos quanto a ação de tutela promovida pelo Iphan em prol dos bens existentes nas adjacências da Vila Pia podem consistir em um ato sem perspectiva de sucesso caso sigam desconsiderando a participação social e excluindo os atores locais das etapas que envolvem o planejamento, a pesquisa e a gestão desses bens. De acordo com as suas observações, o modelo de preservação até então delineado para o caso dos geoglifos apresenta aspecto demasiado restritivo e foge à realidade local por não contemplar os anseios dos sujeitos que tecem os laços da vida cotidiana sobre tais sítios.

Na perspectiva de Mestre Zé, a participação social deve ser encarada como um item indissociável do processo de gestão e preservação daqueles sítios, alinhando-se, assim, aos ideais sustentados por grande parcela dos pesquisadores da Arqueologia Pública, a exemplo de Jaime Sánchez (2008). Este autor defende que a proteção do patrimônio arqueológico só é possível a partir do efetivo envolvimento das comunidades detentoras, num processo que inclui a identificação, a conservação, o estudo e a difusão dos bens patrimoniais.

Una sociedad interesada es el único medio para llegar a una verdadera valoración de lo que hacemos, la única forma de conseguir que la política se interese también por el pasado y que para un constructor participar de una excavación sea un prestigio y no un lastre. La única forma de que se reclame más Arqueología en el colegio y más Gestión en la Universidad (SÁNCHEZ, 2008:13).

Para o arqueólogo supramencionado a vertente pública de sua área de formação possibilita criar um elo entre todos entes envolvidos na preservação e fornece o combustível necessário para auferir um modelo eficaz de gestão baseado na participação social e comunitária.

Daniel Segami (2011) também entra em consonância com discurso do seu colega de formação e defende que o arqueólogo deve funcionar como um mediador entre os atores envolvidos na preservação do patrimônio arqueológico, partindo da premissa de integrar a sociedade em seu conjunto para garantir a adequada proteção desses bens e incorporar as propostas lançadas durante a investigação de campo por todos os interessados no tema, sendo eles arqueólogos ou não.

Para Schaan (2007) os casos da Reserva Indígena Uaçá, no Estado do Amapá, e da Vila de Joanes, na ilha do Marajó, no Pará, ilustram com maestria o debate sobre a participação social na investigação arqueológica para alçar modelos de gestão colaborativa na Amazônia. Conforme explica, o primeiro caso, capitaneado pelo arqueólogo Eduardo Neves e os antropólogos Lesley e David Green, partiu do princípio de que a preservação dos sítios arqueológicos só ocorreria de forma efetiva se a comunidade local realmente os valorizasse. Diante disso, a coordenação de pesquisa buscou integrar os indígenas tanto no trabalho de campo quanto na etapa de tomada de decisões e investigação *in loco*. O resultado se mostrou satisfatório visto que tanto o povo Palikur quando os pesquisadores se sentiram contemplados com os produtos finais daquela campanha.

O segundo exemplo citado por Schaan (op. cit) é o da pesquisa patrocinada pela então 2ª Superintendência Regional do Iphan³⁵ e desenvolvida por um grupo multidisciplinar de pesquisadores ligados a Universidade Federal do Pará - UFPA, a qual tinha por objetivo realizar um conjunto de reuniões periódicas com os moradores da Vila de Joanes a fim de construir estratégias que compusessem um plano de gestão compartilhada das Ruínas da

³⁵ Com sede na cidade de Belém-PA, a 2ª Superintendência Regional do Iphan atuava nos Estados do Pará e Amapá, agregando todos os processos referentes aquela área de ação. Foi tão somente em 2009, com a criação das Superintendências Estaduais, como a Superintendência do IPHAN no Amapá, que seu raio de abrangência foi fragmentado e suas ações atribuídas aos novos núcleos técnico-administrativos.

Igreja de Nossa Senhora do Rosário³⁶. Dentre os encaminhamentos resultantes desses encontros está o manifesto de completo comprometimento do IPHAN em recuperar os sítios danificados, bem como estimular sua preservação, fomentar novos estudos e permitir a criação de uma instituição de guarda naquela comunidade; em contrapartida, os moradores da vila firmaram o compromisso de zelar por aqueles bens e participar com afinco das atividades promovidas pelo Instituto. Esse projeto, que ainda se encontra em andamento, tem suscitado valiosas contribuições acadêmicas para o campo da arqueologia, educação e turismo (BEZERRA, M. 2014; BEZERRA, M. 2013; FERREIRA e BEZERRA, 2011).

Seguindo nos exemplos bem-sucedidos de gestão compartilhada, desta vez tratando de sítios arqueológicos resguardados pelo Decreto-Lei nº 25/1937, o caso da Ilha do Campeche, no Estado de Santa Catarina, apresenta-se como principal modelo positivo para compor esse quadro de referenciais e ações inspiradoras para o processo de tombamento dos Geoglifos. Sua importância se deve, em primeiro lugar, ao fato de os sítios, peças ou coleções arqueológicas até então tombadas pelo IPHAN contarem com escassas ou nulas informações no tocante a gestão, o que dificultava a elaboração de novas propostas (SANTIAGO, 2015). Em segundo, o processo da Ilha do Campeche, conforme explica Cintia Chamas (2009), foi responsável por inaugurar um tipo de instrumentalização da *Lei do Tombamento* até então inédito dentro desse Instituto, ao demandar, pela primeira vez, um debate sobre a necessidade de se elaborar um modelo de gestão e preservação diferenciado, o qual deveria compactuar com os anseios de diversos atores.

[...] cada bem tombado é potencial objeto de diferentes medidas de proteção adequadas à sua respectiva categoria. Para o caso da ilha do Campeche, que possui especial destaque para o aspecto natural, não se encontrou modelos a serem utilizados como base. Além disso, outra peculiaridade encontrada foi a diversidade de grupos envolvidos e as formas de uso e exploração comercial. Estas especificidades demonstraram que a proteção não seria alcançada simplesmente com fiscalização, mas com uma gestão centrada na relação com todos os agentes. Assim, o Iphan construiu um processo atendendo às necessidades de condução de conflitos, conscientização e capacitação, planejamento e execução de estruturas físicas e sistematização e coordenação do uso público (CHAMAS, op.cit.:164-165).

³⁶ Construída por missionários jesuítas durante o século XVII, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, ou sítio de Joanes (PA-JO-46), consiste de um dos mais importantes vestígios da ocupação pré-colonial e histórica da Amazônia oriental. Hoje, segundo a arqueóloga Márcia Bezerra, as ruínas daquela edificação se encontram completamente inseridas no imbricado arranjo social e sensorial dos moradores da Vila de Joanes a partir das mais diversas formas de releituras do passado (BEZERRA, M. 2014; BEZERRA, M. 2013; FERREIRA e BEZERRA, 2011).

Alinhando os casos no intuito de fazer algumas comparações, nota-se que o processo de tombamento dos geoglifos compartilha de muitos dos percalços e embaraços presentes nos exemplos supracitados, sobretudo o caso da Ilha do Campeche, a qual conta com uma área demasiada extensa, envolve uma pluralidade de atores, interesses difusos, formas adversas de uso do espaço sob tutela federal e inscrição no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. No caso dos geoglifos, o conjunto de sítios sugeridos para o tombamento abrange uma imensa região da porção meridional da Amazônia Ocidental, envolvendo três unidades federativas - Acre, Amazonas e Rondônia -, enlaçando, conseqüentemente, um enorme universo de atores, interesses e formas de uso e ocupação do solo nas áreas com possibilidade de valoração.

Percebidas tais semelhanças, acredito que realizar uma análise das estratégias traçadas para a gestão e mediação de conflitos durante o processo supramencionado muito pode contribuir para a elaboração de diretivas capazes de garantir a efetiva preservação desses sítios arqueológicos amazônidas em vias de tombamento. Para isto, entretanto, há de se adaptar parte das diretrizes adotadas naquele caso para construir um modelo a contento, sem esquecer, é claro, de alinhar tais ações a realidade local e aos anseios das comunidades que se assentam sobre os geoglifos.

O pioneirismo do caso catarinense, tal qual percebido no processo institucional e no trabalho de Cinthia Chamas (2009), possibilita não somente romper com o entendimento da tutela federal de bens culturais enquanto procedimento unicamente restritivo para as atuais formas de uso e ocupação do solo, mas também abre caminhos para o surgimento de novas dinâmicas de preservação pautadas na participação social e no entrosamento entre diversos setores do poder público. Essa modelo de ação, como se vê, fornece importantes parâmetros capazes de auxiliar na instrução de um processo no qual se evidencia a necessidade de implementar um modelo de gestão pautado compatibilização das formas de atuação da esfera pública e civil, tal qual observado na etapa de campo da presente pesquisa (ver Anexo VI)

Assim, em que pese a ausência de qualquer medida legal para balizar a relação entre todos os grupos envolvidos na tutela dos Geoglifos, bem como a carência de estratégias para amortecer os impactos do tombamento na dinâmica local, circunscritos na forma de uma notória subversão na relação que os sujeitos locais possuem com a terra – em suma, pautada na lavoura e criação extensiva de gado –, o exemplo do processo da Ilha do Campeche mostra

que é possível criar instrumentos normativos³⁷ e institucionais capazes de mediar os conflitos de interesse e as formas de usufruto que fornecem embargos à salvaguarda sem que haja prejuízo às partes envolvidas. Para tanto, conforme destacado a seguir, faz-se necessária a realização de estudos diagnósticos e de consultas públicas para embasar tais ações mitigadoras.

Apesar das intenções conservacionistas coincidentes entre a ACOMPECHE e o IPHAN por ocasião do pedido de tombamento, aquela não deixou de reagir como “proprietário”. A Associação passou de parceiro a oponente ao perceber que as restrições, que referiam-se a ações danosas ao patrimônio cultural e natural, limitavam algumas de suas atividades. Ao Iphan foi oferecida, pela Gerência Regional do Patrimônio da União em Santa Catarina, a remoção dos particulares, caso fosse do interesse da proteção do bem. Ao recusar a oferta, aquele órgão estava claramente optando por uma gestão participativa, tendo iniciado prontamente o longo caminho de aproximação e conscientização. [...] Durante o ano de 2001 instalou-se um processo de gestão participativa a partir de reunião realizada na Procuradoria da República em Santa Catarina – PRSC. [...] As reuniões eram realizadas no Iphan com alta representatividade e constante ocorrência de conflitos. Sob a coordenação do Iphan e do Ministério Público **os trabalhos foram encaminhados visando elaborar um diagnóstico ambiental da ilha do Campeche através da identificação de problemas e conseqüentes ações necessárias para adequar o uso à conservação.** (CHAMAS, 2009:84, grifo nosso).

Entendendo que esse é um procedimento eficiente para construir formas eficazes de preservação de sítios arqueológicos tombados, resta a seguinte dúvida: o que dizem os sujeitos que residem sobre os sítios amazônidas em análise nesta pesquisa?

Fazendo uso das perspectivas nativas para também compor o quadro de referenciais que devem auxiliar no caso dos geoglifos, recorro a um trecho da fala de José Ferreira da Silva, o Coró, caboclo oriundo do seringal Bom Destino e morador da Vila Pia há 17 anos, cujas observações apontam para caminhos similares àqueles acima parafraseados. Segundo Coró, a construção de um pacto de gestão compartilhada entre a Sociedade Civil e o Estado

³⁷ Conforme consta nos autos do processo, após o tombamento e a partir das ações do IPHAN, aquela ínsula passou a ser gerida de forma compartilhada por representantes de órgãos públicos – MPF, IPHAN, Companhia de Polícia de Proteção Ambiental (CPPA) e IBAMA – e dos principais usuários da Ilha: ACOMPECHE, Associação de Pescadores, Associação de Monitores e Empresa Pesqueira Pioneira da Costa S. A. O turismo, força motriz da economia local, passou a ser regulado e normatizado pela Portaria IPHAN Nº 691/2009, que previa a assinatura de Termos de Ajuste de Conduta (TAC) entre todos os ocupantes, visitantes e instituições públicas envolvidas na questão. Após a implantação dessa estratégia, conforme constatado no arquivo do processo institucional, o IPHAN passou a ter controle sobre a receita da visitação, que era promovida pela ACOMPECHE, garantindo assim a retenção de 10% do valor para reinvestir na própria ilha sob a forma de atividades educativas para reduzir os impactos antrópicos e para realizar constantes manutenções no espaço aberto ao turismo; o saldo restante, por sua vez, passou a ser dividido equitativamente entre a equipe de trabalho (IPHAN, 1998)

certamente se apresenta como o melhor varadouro a ser percorrido para criar um elo de atuação entre esses atores. Porém, para auferir uma gestão profícua, primeiramente se faz necessário cumprir certas etapas por ele entendidas como essenciais a instrução e ao bom curso do processo em questão.

Eu sou a favor do tombamento contanto que nos indenizem para a gente poder arar a terra em outro canto. Desse jeito eu não vou tá me prejudicando e eu mesmo posso ir lá cercar e limpar ele [o sítio arqueológico]. Também penso que **a gente pode se reunir, fazer uma associação para conversar com o Estado e saber das demandas deles**. O Estado deve ceder uma estrutura básica também, mostrar onde a gente deve cercar e como a gente deve preservar (José Ferreira da Silva, “Coró”, entrevista em 11/06/2016, grifo nosso).

Nesse sentido, para esse morador, o pontapé inicial das ações de tutela deve se concentrar na realização de reuniões elucidativas sobre as expectativas preservacionistas do Estado para, em seguida, criar um grupo de trabalho a fim de articular as ações de salvaguarda *in loco* compactuada entre os agentes.

Rememorando os exemplos anteriormente citados, percebe-se que a sugestão lançada por Coró está em concordância não somente com aquelas experiências, mas também alinha-se à postura que vem sendo adotada por algumas divisões técnicas do IPHAN e concatena-se a propostas que pretendem dar a tônica dos futuros processos de tutela e salvaguarda conduzidos por este Instituto. Esse cenário, conforme expõem Florêncio et al. (2014) e Scifoni (2015), possibilita instaurar um novo panorama para os processos de patrimonialização, desta vez, pautados na inauguração de sessões dialógicas para a troca e construção mútua de conhecimento (FLORÊNCIO et. al. 2014; SCIFONI, 2015).

Ainda recorrendo ao processo institucional da Ilha do Campeche no intuito de explorar alguns itens pontuais que podem contribuir para a fluxo de ações a serem aplicadas ao caso dos Geoglifos, nota-se, a partir da leitura dos autos, que para além do objetivo de construir uma relação mais próxima e dialógica com a comunidade do lugar, o IPHAN também buscou dar um tom mais pragmático às reuniões que promovia junto aos atores envolvidos na questão. Para tanto, conforme descrito naquele documento, o Instituto se valeu da ocasião dos encontros para recomendar a execução de programas continuados de cunho educativo aos transeuntes da ínsula e aproveitou, também, para notificar todos os moradores no intuito de formalizar a divulgação sobre a existência do bem tombado, assim como sobre

as consequentes implicações penais em caso de intervenções não autorizadas por aquela instituição (IPHAN, 1998).

Essa estratégia, apontada por Chamas (2009) como primordial para engendrar o modelo de gestão público-privado vislumbrado para aquele processo, se aplicada ao caso dos geoglifos pode contribuir para esclarecer entendimentos equivocados a respeito do tombamento, assim como também pode fornecer o aporte necessário para endossar a efetiva atuação de todos os atores envolvidos na tutela desses bens. Tomando o exemplo dessas ações para superar os gargalos, acredito que é possível seguir em frente e pensar na criação de mecanismos que favoreçam o surgimento de novas formas de fruição e usufruto dos bens tombados, sobretudo pautadas na implementação de atividades turística desses sítios. Essa proposição, cabe aqui frisar, compactua com a sugestão lançada por muitos interlocutores durante a etapa de campo, a exemplo da senhora Miriam dos Santos Nascimento, que destacou o seguinte:

O Estado deve primeiro vir aqui, reunir todo mundo e conversar com os moradores. É preciso explicar essa lei aí (do tombamento) e falar como vai ser, pois tem gente que nem entende o que é geoglifo. O Estado também pode fazer umas estruturas de visitação e a comunidade deve criar uma cooperativa para zelar pelo lugar e pela estrutura deixada (Miriam dos Santos Nascimento, entrevista em 03/06/2016).

Também apontando o turismo como mecanismo eficaz para beneficiar o desenvolvimento econômico local, Simone Scifoni (2003) destaca que essa atividade se sobressai em meio às demais possibilidades de usufruto de bens tombados, sobretudo quando estes figuram na Lista do Patrimônio Mundial. A inscrição de bens na lista da UNESCO, segundo explica, confere o prestígio, *status* e fornece o *marketing* necessário para o desenvolvimento dessa atividade e para o surgimento de outras práticas econômicas sustentáveis na área de inserção do bem valorado.

Glória Widmer segue em concordância com a ideia acima exposta e pontua que o turismo pode fomentar a constante realização de atividades de cunho educativo e fortalecer, dessa maneira, o elo entre os moradores e o bem valorado. Na sua perspectiva, a partir do fomento de atividades elucidativas “os membros da comunidade passam a valorizar ou a aumentar o grau de valor que atribuem aos atrativos locais e a se engajar na luta pela proteção e manutenção desses atrativos” (WIDMER, 2008:15).

Feitas essas considerações, digo que é no cerne dessa relação de mútuo proveito que visualizo as benesses do fomento de práticas voltadas para o turismo alinhavadas à tutela dos

geoglifos. Esta afirmação não desconsidera, de forma alguma, os aspectos abordados por Margarida Barreto (2003) e Márcia Bezerra (2014), as quais alertam para alguns impactos negativos provenientes da realização dessa atividade, a entender: a exclusão nativa dos processos de tomada de decisão; inserção desigual dos locais na lógica do capital e a assimetria nas formas de acesso ao bem valorado. Contudo, o recorrente discurso dos moradores da Vila Pia em prol do turismo revela que aqueles sujeitos também vislumbram na atividade uma oportunidade de, sobretudo, apaziguar sua preocupação de encontrar alternativas para sua subsistência ante os embargos previstos às suas formas de uso e ocupação das áreas a serem tombadas. É com essa possível ou provável mudança de atividades econômicas e expectativas de subsistência que me preocupo.

Considero de grande pertinência as sugestões do senhor Raimundo da Silva “Tequinho” quanto às ações do Estado nesse contexto:

É muito fácil pra eles [o Estado] chegarem aqui dizendo o que eu não posso fazer na minha terra e depois eu ter que ficar de cara pra cima, sem ter o que comer e como tirar o meu sustento. [...] Mas se é pra tombar, é preciso fazer as coisas direito. Não dá para tombar e deixar as coisas de qualquer jeito de forma que impeçam até a visualização dos sítios. [...] Então o Estado deve entrar com o apoio financeiro e a comunidade sem dúvida ajudaria na limpeza do lugar. Se não for assim, tudo vai ficar como é ali no PDS Baixa Verde, onde o pessoal cercou tudo e agora tá um capim medonho que não dá nem de ver o sítio. Isso é danado para pegar fogo³⁸ (Raimundo da Silva, “Tequinho”, entrevista em 03/06/2016).

Este defende que não basta tão somente formular mecanismos que estejam alinhados as expectativas preservacionistas do Estado, é preciso, também, atender aos anseios da população local através da criação de alternativas econômicas viáveis que permitiram seguir na contramão de outras experiências de preservação já implementadas cujas práticas adotadas para impedir antropização daquelas áreas de interesse arqueológico se mostraram ineficazes e, por que não dizer, desastrosas.

³⁸ No ano de 2014, o Ministério Público do Estado do Acre requisitou a Superintendência do IPHAN no Acre que se manifestasse sobre a denúncia de depredação e queimadas realizadas nas dependências dos sítios arqueológicos Baixa Verde I e II. Segundo a reclamante da petição junto aquele órgão, Maria Francisca Ribeiro de Souza, a área que abrigava os sítios tinha alta suscetibilidade ao fogo e, em virtude da impossibilidade de capina, em parte devido aos preceitos da Lei da Arqueologia (Lei nº 3.924/1961), encontrava-se vulnerável diante de ações criminosas, em sua maioria, circunscritas sob forma de queimadas durante o período de estiagem, o que colocava em constante risco a sua vida e bens materiais localizados adjacências daqueles sítios arqueológicos (IPHAN, 2014).

Na crista desse debate recorro a outra moradora, Aline Fraga Oliveira, 22 anos, que vai além e defende que, diferente de outros locais da região, a Vila Pia deve ser encarada como o ponto focal para a implementação de ações dessa natureza.

O Estado também podia investir melhor aqui. Estavam querendo construir um museu e um mirante ali perto daquela pista de pouso, lá do km 35 [Sítio Jacó Sá]. ³⁹Acho que eles deviam fazer isso aqui na Vila Pia, porque aqui tem mais gente por perto e não é um lugar isolado. Isso é bom fazer perto de escola e aqui tem uma. Desta forma não só os alunos iam se interessar pelo assunto, mas os pais também. Vem gente até de lá da Baixa Verde para estudar aqui. Eles vêm de longe. [...] Imagina, o pai de uma criança até pensa: “tô indo lá na Vila buscar meu filho e vou aproveitar pra dar uma passadinha no museu”. Legal, né? Acho que assim vai acabar aparecendo atrativos para agradar o povo quem vem de fora e **também vai gerar uma renda pro pessoal local** (Aline Fraga Oliveira, entrevista em 03/06/2016, grifo nosso).

Os principais motivos, segundo explica esta acreana moradora da Vila Pia, consistem na representatividade que a vila tem na dinâmica local, que a configura como um ponto convexo na rede espacial da porção norte da rodovia BR-317; a inclinação dos seus colegas para esta questão, que pode contribuir, a longo prazo, com o processo de patrimonialização através da manutenção das estruturas criadas pelo Estado; e, finalmente, por instalar novas perspectivas que perpassam a questões de ordem econômica e reverberam positivamente na dinâmica local através da difusão de saberes, contribuindo para a emancipação social por meio do estímulo a pesquisa e acesso a novas áreas do conhecimento.

Ao procurar elementos para subsidiar essas ações e para compor o quadro de referenciais atinentes ao turismo arqueológico voltado para os geoglifos, percebo que é interessante seguir explorando os discursos nativos a respeito da temática. A ideia, obviamente, não é esgotar o debate acerca do turismo aplicada a este caso, mas sim, apresentar elementos extraídos da acepção local que podem contribuir em todo o processo e embasar a hipótese de que este é um caminho promissor para a realidade observada. Essa estratégia, em linhas gerais, coaduna-se à sugestão lançada por Sandra Dall'Agnol (2012), a

³⁹ Conforme observado durante as análises documentais no arquivo da divisão técnica de arqueologia do IPHAN-AC, a ideia de montar um circuito turístico na área dos Geoglifos não é recente. A criação de estruturas voltadas para o desenvolvimento de atividades turísticas era um cenário que se vislumbrava para um trecho da rodovia BR 317 já primeira década dos anos dois mil. Esse projeto, orquestrado pelo Governo do Estado do Acre e em parceria com o IPHAN-AC, previa a implementação de sinalização nos locais de interesse arqueológico, a construção de um museu comunitário no quilômetro 35 daquela rodovia, a implantação de um mirante de 23 metros ao lado do sítio Jacó Sá (IPHAN, 2010) e, posteriormente, a musealização do Sítio Tequinho (SCHAAN, 2011). Muito embora essas ações contassem com objetivos interessantes tanto sob a perspectiva comercial, quanto sob a ótica da gestão e preservação, ambos projetos foram descontinuados devido a problemas ordem técnica e orçamentária.

qual defende que é preciso inserir os moradores e atores mais próximos dos bens no processo desde sua concepção afim de impedir que a implementação dessas ações tome aspectos e resultados negativos

3.4. E PENSAR NA “DEVOLUTIVA PARA A COMUNIDADE”

Não entendi o propósito de terem gastado tanto dinheiro naquelas pesquisas. Veio um monte de gente estudar aqui, levaram tudo embora - aqueles material da escavação - e nunca apresentaram qualquer resultado para a gente. Se a pesquisa não tem resultado, então ela serviu de quê?

(José Monteiro Arantes, Mestre Zé, entrevista em 12/03/2016).

Eu não poderia deixar de falar sobre as devolutivas para a comunidade. Para além de um procedimento previsto em pesquisas etnográficas e nos próprios inventários propostos pelo IPHAN, a existência deste tópico se faz necessária visto que existe muita expectativa nativa a respeito do tombamento do Sítio Tequinho, a partir do qual, segundo acreditam os moradores da Vila Pia, podem ser realizadas melhorias estruturais para atender toda a comunidade. Essas expectativas, conforme se percebeu durante a etapa de campo, em muito se deve às campanhas arqueológicas ali realizadas antes desta pesquisa e, sobretudo, aos objetivos compartilhados junto aos moradores pelos estudiosos que atuaram no projeto de patrimonialização do Sítio Tequinho.

Eu não sei se você soube, mas me falaram que tinha um projeto de construir um Minimuseu aqui pro material ficar aqui na Vila Pia. Essa história veio dos arqueólogos, eles sempre falavam isso nas escavações, lá por volta do ano de 2012 (Sirley de Lima Batista, entrevista em 11/06/2016).

Ainda que tecer uma análise dos impactos desses estudos naquela comunidade não seja o ponto focal da presente pesquisa, acredito que esta empresa merece algumas ponderações, visto que muitas das expectativas oriundas daquelas ações podem contribuir positivamente para a preservação e mudanças de paradigma quanto ao uso e ocupação daqueles lugares arqueológicos em fase de tutela.

Assim, enumerando os pontos recorrentes na fala daqueles sujeitos cuja observância atende aos fins desta investigação, destaco inicialmente dois itens cujos apontamentos sugerem, em linhas gerais, uma mudança na postura dos arqueólogos, ao torna-los colaboradores da comunidade a partir da inclusão dos moradores em todo o processo de pesquisa, e através da criação de espaços de fomento, promoção e difusão de saberes que possibilitem uma emancipação social e cultural daqueles sujeitos. Essa proposição, cabe aqui referenciar, surge em meio às palavras da professora Selma Xavier M. de Carvalho, que, assim como o fez Mestre Zé em epígrafe, reclama o déficit de material bibliográfico apresentando aos moradores da Vila Pia os resultados das pesquisas arqueológicas ali realizadas e sugere a criação de uma instituição de guarda na comunidade, a fim de evitar a retirada do material arqueológico do seu lugar de origem.

Essa história de retirarem o material daqui é complicada porque isso não volta nem como devolutiva para a comunidade. A gente não sabe o que eles descobriram, que tipo de estudos foram feitos e no fim a gente sente como se eles tivessem levando uma riqueza patrimonial e cultural daqui. Em troca não vem devolutiva nenhuma pra cá. Se esse material ficasse exposto aqui faria todo sentido, pois assim todo mundo saberia como foi encontrado, quando foi encontrado, que tipo de estudos foram feitos com aquele material. Se colocasse isso em um museu aqui, com todas as indicações, serviria como fonte de estudo na área de história e geografia da nossa localidade, pois não faz sentido levar isso embora e não devolverem nem um texto ou uma apostila sobre as coisas que encontraram [...]. Isso seria bom para a gente, que trabalha com ensino, interagir com os nossos alunos. Afinal, o estudo não tem que estar voltado para a nossa realidade de vida? (Selma Xavier Melo de Carvalho, entrevista em 16/04/2016).

Segundo defende Selma Carvalho, a inserção de conteúdo condizente à realidade local no material didático escolar pode contribuir para a formação dos alunos daquela comunidade através do estreitamento das relações de aprendizado no ambiente escolar dando ênfase ao cotidiano dos alunos. Essa proposição, segundo Silveira e Bezerra (2007), alinha-se à ideia de empoderamento social apregoada por Paulo Freire, o qual buscava construir um entendimento de cultura a partir das experiências que o discente trazia à escola, inserindo-as no ambiente de aprendizagem.

Manifestações como essa acima destacada, tal qual descrito no trabalho de Carneiro (2014), têm se tornado comum em diversas regiões da Amazônia brasileira, onde as comunidades têm buscando formas de se apropriar e empoderar-se dos bens arqueológicos presentes no seu *locus* de vivência a fim de aliar a preservação do bem valorado à promoção de novos saberes e ao aproveitamento turístico do patrimônio em questão.

Esse cenário, conforme observado em campo, tem sido vislumbrado por uma boa parcela dos moradores da Vila Pia, os quais têm debatido formas de garantir que as ações de preservação do patrimônio arqueológico existente naquele lugar possibilitem o surgimento de mecanismos capazes de contribuir positivamente para sua qualidade de vida.

Por mim esse museu podia ser ali na escola mesmo. Tenho certeza que tanto os professores quanto a comunidade aprovariam essa ideia. Isso pode até estimular as crianças daqui a estudar algo sobre a nossa realidade. [...] Também dava pra colocar esses pesquisadores pra formar a comunidade e ensinar as crianças a serem arqueólogas, assim, usando como base o material deixado no museu da comunidade (Aline Fraga Oliveira, entrevista em 03/06/2016).

Os arqueólogos podiam fazer uma escavação e isolar com vidro pro pessoal que viesse aqui poder ver como são feitas as pesquisas. Isso era bom até pra comunidade. [...] O que não dá é pra esse pessoal só vir aqui, explorar o sítio e não deixar nada para a gente. Tem que deixar alguma coisa (Raimundo da Silva, "Tequinho", entrevista em 03/06/2016).

Projetando essas proposições juntamente com os dados amostrais obtidos a partir da aplicação do Roteiro Estruturado Sobre Arqueologia e Gestão do Patrimônio Arqueológico (Anexo II), é possível perceber a forte inclinação daqueles moradores para a socialização dos bens arqueológicos. De acordo com os dados obtidos *in loco*, 72% entrevistados se mostram descontentes com a saída das peças e artefatos arqueológicos daquela comunidade dado o grande interesse em vê-los expostos permanentemente em um museu local (ver anexo VI).



Figura 27 - Local apontado pelos moradores para abrigar o museu comunitário: Escola Estadual São Francisco de Assis II. (Foto: Arlan Hudson. Data: 18/05/2016)

Refletindo a respeito desses dados, percebe-se que os números reforçam a necessidade de criar mecanismos que estimulem o surgimento de práticas sustentáveis alinhavadas à preservação desses bens em processo de valoração. Para tanto, insisto no turismo arqueológico como atividade favorável para o caso em questão.

Percebida a relevância de elaborar estratégias voltadas para esse segmento, considero importante relembrar que o desejo de inserir os geoglifos na rota turística do Vale do Acre para impulsionar a economia regional era um projeto com forte mobilização das partes envolvidas até o início desta década (IPHAN, 2010; SCHAAN, 2011). Sendo assim, penso que é chegada a hora de reacender esse debate e colocar, desta vez, os anseios dos moradores em perspectiva, incorporando-os definitivamente em todas as etapas do processo.

Em que pese as delicadas impressões deixadas por aquelas experiências pretéritas, hoje, diante do possível tombamento dos geoglifos, acredito ser necessário reavivar o debate sobre esses projetos, buscando, desta vez, criar meios para implementá-los de forma eficaz, assim como fez Denise Schaan durante os estudos para a instrução do processo de tombamento dos geoglifos, nos quais sugeriu a criação de um fundo para a proteção desses sítios arqueológicos. Esse recurso, conforme explica a arqueóloga, teria a finalidade de concentrar a pecúnia oriunda “de multas aplicadas àqueles que mutilarem ou destruírem esses

sítios arqueológicos”, os quais seriam posteriormente “utilizados na gestão, restauração e musealização de sítios e projetos de educação patrimonial” (SCHAAN, 2014:182).

Muito embora esta pesquisa sugira caminhos distintos daqueles lançados por Schaan nos seus estudos de subsídio ao tombamento dos Geoglifos, acredito que a proposição acima referenciada é perfeitamente exequível e abre perspectivas favoráveis tanto para atender às prerrogativas nativas quanto para satisfazer as expectativas preservacionistas do Estado. Essa recomendação possibilita romper com abordagens impositivas e focadas tão somente na imposição de novas dinâmicas às comunidades. Ela inaugura varadouros que perpassam searas dialógicas capazes de diminuir, ou por que não transpor, a linha abissal que insiste em seccionar discursos no processo de patrimonialização de bens arqueológicos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fruto de uma demanda da Superintendência do IPHAN/AC gerada a partir da necessidade de elaborar um plano de gestão para os geoglifos em processo de tutela federal, este trabalho partiu da premissa de produzir referenciais capazes de auxiliar na construção de estratégias e medidas mitigadoras no tocante as formas nativas de usufruto das áreas de interesse arqueológico em vias de valoração. Para tanto, buscou-se dar ênfase a uma abordagem mais participativa, focada no discurso das comunidades locais a fim de apresentar propostas exequíveis a partir da ótica local.

A partir da escolha desse método, acredito que foi possível distanciar este trabalho de abordagens baseadas, majoritariamente, na autoridade acadêmica e na instrumentalização do saber científico para arregimentar bens para o escopo identitário nacional (FERREIRA, 2013).

Optar por evitar uma atuação nesse sentido partiu do interesse pessoal de esquivar-me de posturas cujas práticas, conforme discutido em páginas anteriores, seguem na contramão dos objetivos definidos para a presente investigação e que ao longo da história têm contribuído peremptoriamente para firmar a linha abissal do conhecimento contemporâneo (SANTOS, 2007) e têm favorecido o distanciamento afetivo de parte da população em relação aos bens selecionados pelas instituições de preservação do patrimônio cultural (FUNARI e FERREIRA, 2015).

Assim, na busca por atender às expectativas institucionais, bem como aos meus anseios pessoais, parti para meu *locus* de pesquisa com o ímpeto de abrir novos varadouros e fortalecer os campos dialógicos entre o IPHAN e a sociedade em meio ao denso debate sobre a valoração dos geoglifos. Para isto, nesta empreitada, fiz uso dos relatos e narrativas dos moradores da Vila Pia os quais busquei conjugar a outras fontes – científicas ou não – para encarar a problemática deste tombamento sob outras perspectivas até então não exploradas.

Após conjuminar todos os discursos que considerei pertinentes à temática, percebi que o estudo de caso na Vila Pia, pequeno conglomerado urbano localizado na porção nordeste do estado do Acre, figurou como oportunidade profícua para ilustrar a realidade dos sujeitos que moram e desenvolvem suas vidas em cima dos geoglifos. Conforme observado em campo, esses moradores ora os ressignificam como elementos da paisagem cotidiana a fim de reforçar sua ancestralidade do lugar de vivência e ora os percebem como fragmentos da história de outras gentes e sujeitos cuja historiografia oficial e os seus pares ignoram ou simplesmente querem esquecer.

Em que pese os respectivos reflexos dessas acepções sobre esses bens e o seu ambiente de inserção, as entrevistas realizadas em campo trouxeram à tona as preocupações de uma gente que nutre um laço afetivo com o seu lugar de vivência, em muito, baseado na gana de seguir em frente e erguer-se diante das adversidades e paradoxos da vida contemporânea para acompanhar as transformações do mundo moderno, sem destacarem-se das tradições construídas naquele lugar. Essa postura, conforme pude notar, faz-se presente seja no apagamento da memória de sujeitos foram suprimidos da linha do tempo local em meio a processos desenvolvimentistas, seja nos embargos oferecidos ao processo de tombamento em curso que prevê rígidas mudanças na sua dinâmica cotidiana e na compreensão de progresso que ainda povoa suas mentes.

Para essa gente, sujeitos que veem a Vila Pia como uma extensão de sua história pessoal e dali não querem desapegar um palmo sequer do chão que jaz abaixo de seus pés, a impossibilidade seguir desenvolvendo atividades agrossilvopastoris em alguns pontos, tal qual faziam seus antepassados, apresenta-se como um desafio que, embora assuste a muitos, é passível de ser superado. Esse cenário de ambiguidades é nitidamente visível em grande maioria dos discursos nativos, os quais seguiram a tendência de tecer duras críticas ao processo de tombamento em curso e, ao mesmo tempo, demonstrar o interesse local de participar ativamente da tutela, preservação e gestão desses bens.

A indicação de um estreitamento das relações na interface Estado-Sociedade Civil por parte daqueles sujeitos demonstra, a meu ver, uma das mais ricas características tanto desta pesquisa como dessa gente que, frente às adversidades do seu tempo, é capaz de se reinventar e seguir em frente se adaptando a novas perspectivas impostas por atores externos ou - como se propõem neste trabalho - negociadas com estes.

Com base no exposto, sigo concordando com os meus interlocutores e acredito que a criação de um plano de gestão compartilhada é o melhor caminho para se auferir um modelo a contento para o processo de tombamento dos geoglifos. O sucesso dessa ação, porém, depende acima de tudo de nós, técnicos e/ou pesquisadores do campo do patrimônio cultural adotarmos uma postura mais dialógica e sensível a respeito das leituras que o *outros* têm dos bens patrimonializados, fazendo, por fim, o constante exercício de buscar inserir os múltiplos discursos existentes em torno daquilo que pretende valorar a fim de embasar ações mais consistentes e multilaterais.

É no cerne desta questão que este trabalho buscou atuar. Para além de colaborar com a problematização das relações entre as comunidades locais e o patrimônio tombado inserido

no seu *locus* de vivência, esta pesquisa também possibilitou fazer reflexões sobre a ética e responsabilidade acadêmica nesse processo, uma vez que, como já ressaltado por Schaan (2006 apud BEZERRA, 2014:430), a investigação “não se encerra com as pesquisas e a publicação de seus resultados, mas se estende por meio das ‘consequências e desdobramentos [...] da difusão do conhecimento, que dizem respeito à relação que se estabelece entre cientistas sociais e público’.”

Recomendações

Tomando como base tudo o que foi exposto ao longo deste trabalho, bem como a expectativa institucional do IPHAN de identificar itens de caráter prático nesta dissertação e os elementos apresentados por todos meus interlocutores, seguem aqui algumas sugestões para inspirar ações futuras no caso dos geoglifos:

- Estimular a realização de reuniões periódicas entre agentes da sociedade civil e dos órgãos da esfera pública atinentes às pastas ambiental e cultural;
- Promover a realização periódica de atividades de cunho educativo;
- Criar Termo de Cooperação entre as partes envolvidas no processo de tombamento, gestão e preservação;
- Notificar proprietários de terra para a tomada de ciência da existência do bem tutelado, bem como das implicações penais de uma possível depredação;
- Revisar critérios utilizados para a seleção de sítios a serem tombados, inserir o componente socioeconômico no processo e retirar da proposta de valoração federal os sítios localizados em áreas de nulo ou difícil acesso terrestre;
- Classificar os geoglifos como Área de Reserva Legal, em conformidade com o Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012), para sua devida inserção na inscrição e/ou retificação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) das propriedades em que estão localizados;
- Incluir as ações de preservação dos sítios tombados no rol de atividades passíveis de pagamento por prestação de serviços ambientais, conforme apregoado no Art. 41º da Lei nº 12.651/2012;

- Abrir linha de crédito aos moradores da zona rural cujo tombamento implicará no total impedimento de seguir com suas atividades agrossilvopastoris e oferecer suporte técnico a fim de possibilitar a mudança de usufruto da área valorada;
- Criar um fundo de proteção dos geoglifos para concentrar a pecúnia oriunda de multas por mutilação ou depredação do patrimônio arqueológico e aplicar esses recursos na criação de museus e instituições de guarda;
- Realizar a musealização dos sítios tombados e concentrar investimentos nas áreas valoradas a fim de criar infraestruturas que possibilitem o desenvolvimento de atividades turísticas;
- Fomentar a realização de pesquisas contínuas nos locais tombados e promover a difusão ampla do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Cyntia. *Lugares de memória... memórias de um lugar: patrimônio imaterial de Igagu, Andaraí, BA*. Passos Revista de Turismo y Patrimonio Cultural. Vol. 6, nº 3, 2008.
- ALMEIRA NETO, Domingos José de. *"Aos trancos e barrancos": identidade cultural e resistência seringueira na periferia de Rio Branco-AC (1970-1980)*. Rio Branco: EDUFAC, 2004.
- AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Tradução Maria Lúcia Pereira. - 9ª ed. – Campinas, SP: Papirus, 2012.
- BARRETTO, Margarita. *O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo*. Horizontes Antropológicos, 9(20), 15-29, 2003. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832003000200002>> . Acesso em: 29.mai.2017
- BARRETO, Cristiana. *A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil*. Dossiê Antes de Cabral: Arqueologia Brasileira I, Revista da USP 44, p.32-51, 2000.
- _____. Cristiana. *Entre mistérios e malogros: os primeiros contatos com ameríndios da Amazônia*. América, Contacto y Independência. Cidade do México: Instituto Panamericano de Geografía y Historia, p. 110-121, 2008.
- BEZERRA, Maria José. *Invenções do Acre: de Território a Estado – um olhar social...* São Paulo. USP. 2005. Tese de doutorado
- BEZERRA, Marcia. *Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia*. Revista de Arqueologia Pública, n. 7, julho 2013.
- _____. *As Cores do Passado na Amazônia: o patrimônio arqueológico no artesanato da Vila de Joanes, Ilha do Marajó, Brasil*. Amazônica, Revista de Antropologia (Online) 6 (2): 418 - 441, 2014.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 01.set.2015
- _____. *Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm> Acesso em: 10.dez.2015
- BRANDI, Rafael de Alcantara. *Patrimônio Cultural Arqueológico na Gestão Territorial: uma proposta para os municípios da foz do rio Itajaí*. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil (Trabalho Monográfico). Florianópolis, 2009.

- BRAGA, Flora de B. *As Trincheiras da Revolução e os Cacos de Índio - percepções dos moradores do Ramal do Bujari sobre os Sítios Arqueológicos*. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Estudo e Gestão do Patrimônio Arqueológico) - Universidade Federal do Pará. 2014.
- CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. *Experiências de Seringueiros de Xapuri no Estado do Acre e Outras Histórias*. Universidade de São Paulo. Programa de Pós-graduação em História Social. São Paulo, 2014. (Tese de doutorado)
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço geográfico: algumas considerações*. In SANTOS, Milton (org.). *Novos rumos da geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- CHAMAS, Cintia A. P. C. *A gestão de um patrimônio arqueológico e paisagístico: ilha do Campeche/SC*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia, Florianópolis, 2009.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- CAMELO, Genésia Marta Alves; NETO, Geraldo de Azevedo Maia. *O Patrimônio Cultural Brasileiro e o Sistema de Proteção dos Bens Arqueológicos*. Revista da AGU – Advocacia-Geral da União. Ano XI – Número 34 - Brasília-DF, out./dez. 2012. p.355-374
- CARNEIRO, Eduardo de Araújo. *O discurso fundador do Acre(ano): história & linguística*. Rio Branco: EAC Editor, 2016.
- CARNEIRO, Carla Gibertoni. *Educação Patrimonial e Arqueologia: alguns aspectos desta interface*. Amazônica, Revista de Antropologia. Vol. 6, Nº 02, 2014. p.442-458
- CARVALHO, A. V; FUNARI, P. P. A. *Arqueologia e patrimônio no século XXI: as perspectivas abertas pela arqueologia pública*. III Encontro de História da Arte - IFCH/UNICAMP. 2007
- CLAVAL, Paul. *As abordagens da Geografia Cultural*. In: Explorações Geográficas: percursos no fim do Século / Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa (organizadores). - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. (pp.89-118)
- _____. *Geografia cultural: um balanço*. Revista Geografia (Londrina), v. 20, n. 3, p. 005-024, set./dez. 2011
- DALL'AGNOL, Sandra. *Impactos do Turismo x Comunidade Local*. Anais do VII Seminário de pesquisa em Turismo do Mercosul (UCS). Turismo e Paisagem: Relação complexa. Caxias do Sul-RS, 2012.
- DIAS, Ondemar; CARVALHO, Eliana. *As Estruturas de Terra na Arqueologia do Acre*. In: *Arqueo-IAB*, 29 pp. Rio de Janeiro, 1988.

- FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline Vieira de. *O patrimônio em uma perspectiva crítica: o caso do Quilombo dos Palmares*. Diálogos, Maringá: Departamento de História e Programa de Pós-graduação em História da UEM, v.9, n.1, p. 33-47, 2005.
- FUNARI, Pedro Paulo A; ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika M. *Ética, Capitalismo e Arqueologia Pública no Brasil*. História; volume 27, número 2, pp. 13-30. 2008.
- FUNARI, Pedro Paulo A.; FERREIRA, Lucio Menezes. *Desafios para a Preservação do Patrimônio Arqueológico no Brasil*. In: CAMPOS, Yussef Daibert S. (org.). *Patrimônio Cultural Plural*. Belo Horizonte: Arraes Editores, pp.135-143, 2015.
- FERNANDES, Tatiana Costa. *Vamos criar um sentimento?! Um olhar sobre a Arqueologia pública no Brasil*. 2007.
- FERREIRA, Lúcio Menezes. *Essas coisas não lhes pertencem: Relações entre legislação arqueológica, cultura material e comunidades*. Revista de Arqueologia Pública, n. 7. Campinas: LAP/NEPAM/UNICAMP, 2013.
- FERREIRA, Luzia G.; BEZERRA, Márcia. *O lugar da exposição: reflexões sobre a gestão comunitária do patrimônio arqueológico na Amazônia - Um estudo de caso na Vila de Joanes, Ilha do Marajó - Pará*. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais - Diversidades e (Des)Igualdades. Salvador, 2011.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural*. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003. p. 56-75.
- FLORÊNCIO, Sônia Rampim; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*. 2 ed. rev. ampl. - Brasília, DF : Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. 1.ed. – [Reimp.]. Rio de Janeiro: LTC, 2015.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. *Geografia fin-de-siècle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões*. In: Explorações Geográficas: percursos no fim do Século / Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa (organizadores). - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. (pp.13-42)
- GONZAGA, Dorila Silva de Oliveira Mota. *Agricultura familiar e transferência de tecnologias: o caso dos cafeicultores do Projeto de Assentamento Dirigido Pedro Peixoto, Acre*. Universidade Federal de Pelotas - Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar (Dissertação de Mestrado). Pelotas, 2010.

GÖETTERT, Jones Dari. *Lugares, jeitos e sujeitos: cortes e recortes da BR-364 acreana*. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

GUERRA, Antônio Texeira. *Dicionário Geológico-Geomorfológico*. 2.^a ed. Biblioteca Geográfica Brasileira, Publicação nº 21, Série A. Rio de Janeiro-RJ, 1966.

GUSMÃO, Deyvesson Israel. *Geoglifos do Acre: Entre a valorização e a proteção*. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Estudo e Gestão do Patrimônio Arqueológico) - Universidade Federal do Pará. 2014.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7^a ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HARTSHORNE, Richard. *Propósitos e natureza da Geografia*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1978.

HEIDEGGER, Martin. *O que é uma coisa? Doutrina de Kant dos princípios transcendentais*. Biblioteca de Filosofia Contemporânea. Edições 70 – Lisboa, Portugal, 1987.

HOLZER, Werther. *O conceito de lugar na geografia cultural-humanista: uma contribuição para a geografia contemporânea*. Geographia - Ano V - nº 10, 2003. p.113-123.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). *Processo de Tombamento nº 1.426-T-98 - Sítio Arqueológico e Paisagístico da Ilha do Campeche, Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina Volume I e II*. Santa Catarina-SC: Iphan, 1998.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). *Processo 01423.000070/2010-30 – Projeto de Musealização do Sítio arqueológico Jacó Sá*. Rio Branco-AC: Iphan, 2010.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). *Processo nº 01410.000013/2010-08. Denúncia de danos a sítio arqueológico no PDS Nova Baixa Verde*. Rio Branco-AC: Iphan, 2014.

JORNAL VARADOURO. *Índios (ou caboclos) do Acre*. Varadouro: Um jornal das selvas. Ano I, número I. Rio Branco, maio de 1977. p.-7-14

MACHADO, Altino. *Estado Independente do Acre: Como um militar gaúcho no comando de um bando de seringueiros redefiniu o mapa do Brasil e conquistou a região oeste da Amazônia*. Texto publicado na Revista Aventuras na História, Editora Abril, ed. 119, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.altinomachado.com.br/2013/08/estado-independente-do-acre.html>> Acessado em: 10.jul.2016

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Editora Abril, 1984.

MARCHESE, Daniela. *“Eu entro pela perna direita”: espaço, representação e identidade do seringueiro no Acre*. Tradução Elenckley B. Pimentel. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

MASSEY, Doreen. *Um sentido global de lugar*. In: Antonio A. Arantes (org.). *O espaço da diferença*. Campinas, SP: Papirus, 2000. pp.176-185

MMA. Ministério do Meio Ambiente. *Declaração da conferência da ONU no Ambiente Humano, Estocolmo, 5-16 de Julho de 1972*. Disponível em: <www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc> Acesso em: 01.set.2015

MENEZES, Maria Lucia Pires; FERNANDES, Nelson da Nobrega. *As capitais do Acre: a cidade e os poderes*. Scripta Nova: Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, Vol. IX, núm, 194(106), agosto de 2005. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-106.htm>>

MENEZES, Victor Henrique; BIAZOTTO, Thiago do Amaral; MORAIS, Gabriela Souza; POMPEU, Patrícia; MONTEIRO, Ana Lúcia Marques; CARVALHO, Aline Vieira de. *Construção de diálogos e compartilhamento do conhecimento científico - algumas reflexões acerca da divulgação científica, educação patrimonial e arqueologia pública*. Cadernos Leparq, Vol. XI, nº 21, 2014.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. *Premissas para a formulação de políticas em Arqueologia*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico nacional, n. 33, p. 37-58, 2007.

_____. *O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas*. In: IPHAN. I Fórum do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. Brasília, DF: IPHAN, 2012. pp.25-39

NASCIMENTO, Claudia. *O lugar do patrimonio cultural contemporaneo - conceito e realidade*. Code 2011. Anais do I Circuito de Debates Acadêmico. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area1/area1-artigo10.pdf>> Acesso em: 13.mar.2016

NASCIMENTO, Fátia Brito do; SCIFONI, Simone; TOJI, Simone Sayuri T. *A paisagem cultural e o inventário de referências culturais como possibilidades de trabalho multidisciplinar: a experiência do IPHAN em São Paulo*. In: IPHAN. Metodologia de pesquisa e multidisciplinaridade no IPHAN: Anais da II Oficina de Pesquisa. Coordenação Geral de Pesquisa e Documentação. - Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010. (pp.179-196)

NASCIMENTO, Nilsa da Silva. *De Seringal São Vicente a Vila Pia: de 1970 a 2008*. Universidade Federal do Acre (Trabalho monográfico). Rio Branco-AC, 2011.

NEUMANN, Mariana A. *O tombamento dos Geoglifos como política pública de patrimônio e meio ambiente no Estado do Acre*. V Oficina de Pesquisa da COPEDOC. Rio de Janeiro, 2011.

- NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, SP - Brasil, 1993.
- OLIVEIRA, Francisco E. S. de *Exortismo e exotismo da Amazônia*. In: Perspectiva Amazônica - Revista Perspectiva Amazônica da FIT. Santarém - Pará: FIT, Ano 4, nº 7, 2014. (pág.10-19)
- OLIVEIRA, Carla Mary S.; MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro (organizadoras). *Cultura Histórica e Ensino de História*. - João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.
- PACHECO, Agenor Sarraf; SILVA, Jerônimo da Silva e (orgs.). *Cartografia de Memórias: Pesquisas em Estudos Culturais da Amazônia Paraense*. Belém: IFPA, 2015.
- PÄRSSINEN, Martti; KORPISAARI, Antti. *Western Amazonia – Amazônia Ocidental. Multidisciplinary Studies on Ancient Expansionistic Movements, Fortifications and Sedentary Life*. Renvall Institute Publications for Area and Cultural Studies. University of Helsinki, 2003.
- PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio Cultural: consciência e preservação*. Editora Brasiliense: São Paulo, 2009.
- _____. Sandra C. A. *O Patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil*. UNESP - FCLAs - CEDAP, v. 2, n. 2, 2006. p.54-77
- PIMENTA, José. *O Amazonismo Acriano e Os povos Indígenas: Revisando a História do Acre*. Amazônia, Revista de Antropologia Online. V. 7, n. 2, 2015. pp.327-353
- RANZI, Alceu; AGUIAR, Rodrigo. *Registro de Geoglifos na região Amazônica – Brasil*. Munda (42):87-90. Coimbra-Portugal, 2000.
- _____. *Geoglifos da Amazônia: perspectiva aérea*. Florianópolis: Faculdades Energia, 2004.
- RANZI, Clausa Maria Damo. *Raízes do Acre*. Rio Branco, AC: EDUFAC, 2008.
- RISSO, Luciene Cristina. *Conceitos de percepção e território como lentes para o entendimento cultural*. Revista Terr@Plural, Ponta Grossa, v.8, n.2, p.309-319, jul/dez, 2014.
- RIBEIRO, Rafael Winter. *Possibilidades e limites da categoria de paisagem cultural para a formação de políticas de patrimônio*. In: CUREAU, Sandra; et al.(orgs.). Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural. Belo Horizonte: Forum, 2011, p. 254-267.
- ROCHA, Bruna Cigaran da; BELETTI, J; PY-DANIEL, A. R; MORAES, C. P; OLIVEIRA, V. H. de. *Na Margem e à Margem: Arqueologia Amazônica em Territórios Tradicionalmente Ocupados*. Amazôn., Revista de Antropologia, nº 6, 2014.

SÁNCHEZ, Jaime Almansa. *Arqueología pública, o de cómo todo nos afecta*. I Jornadas de Jóvenes en Investigación Arqueológica: Dialogando con la Cultura Material. UCM, septiembre de 2008

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. Novos estud. - CEBRAP [online]. 2007, n.79, pp. 71-94. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Para%20alem%20do%20pensamento%20abissal_CEBRAP_2007.pdf> Acesso em: 10.jun.2015

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: HUCITEC, Edusp, 1978.

SANTIAGO, Djalma Guimarães. *A proteção do patrimônio arqueológico: motivações, critérios e diretrizes no tombamento de sítios arqueológicos pelo Iphan*. Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2015.

SCHAAN, Denise P.; SAUNALUOMA, Sanna. *Unidos da Diversidade: Paisagens Monumentais, Regionalidade e Dinamismo Cultural na Amazônia Pré-colombiana*. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). *Processo: 01450.004726/2012-28*. Belém - PA, 2013. Acre: Iphan, 2012.

SCHAAN, Denise P.; RANZI, Alceu; BARBOSA, Antonia D. *Geoglifos do Acre - Relatório Final: janeiro 2008 a dezembro 2009*. Rio Branco, 15 de agosto de 2010a.

SCHAAN, D. P.; RANZI, A. ; BUENO, M. A. ; SILVA, A. H. S. ; BARBOSA, A. D. ; CASAGRANDE, E. A. ; RODRIGUES, A. ; DANTAS, M. A. P. ; RAMPELLI, I. . *Construindo Paisagens Como Espaços Sociais: O Caso Dos Geoglifos Do Acre*. Revista de Arqueologia (Sociedade de Arqueologia Brasileira. Impresso), v. 23, p. 30-41, 2010b.

SCHAAN, D. P.; RANZI, A.; SILVA, A. H. S.; DANTAS, M. A. P.; BARBOSA, A. D. *Paisagem e temporalidade na construção de espaços sociais: o caso dos Geoglifos do Acre*. In: XV Congresso da Sociedade Brasileira de Arqueologia, 2009, Belém. XV Congresso da Sociedade Brasileira de Arqueologia, 2009.

SCHAAN, D; RANZI, A; BUENO, M. *Diagnóstico Arqueológico em Projetos de Assentamento e Áreas de Obtenção Para Reforma Agrária no Acre - INCRA*. Primeira Fase. Rio Branco-Acre, 2008a.

_____. *Diagnóstico Arqueológico em Projetos de Assentamento e Áreas de Obtenção Para Reforma Agrária no Acre - INCRA*. Segunda Fase. Rio Branco-Acre, 2008b.

SCHAAN, Denise. P., A. Ranzi e M. Pärssinen (Eds.). *Arqueologia da Amazônia ocidental: os geoglifos do Acre*. Belém, UFPA/ Rio Branco, Biblioteca da Floresta Ministra Marina Silva, 2008.

SCHAAN, Denise P. *Geoglifos da Amazônia Ocidental: Relatório Final*. Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Belém, 15 de fevereiro de 2012.

- _____. *Múltiplas vozes, memórias e histórias: por uma gestão compartilhada do patrimônio arqueológico na Amazônia*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico nacional, n. 33, p.109-136, 2007.
- _____. *Estudos dos sítios arqueológicos tipo Geoglifo localizados nos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia com vistas a instruir processo de tombamento. Relatório Final – Volume I e II*. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Processo: 01410.000094/2007-32. Belém - PA, 2014.
- _____. *Unidos na Diversidade: Paisagens Monumentais, Regionalidade e Dinamismo Cultural na Amazônia Ocidental Pré-Colombiana. Projeto de Pesquisa - Expedição Científica*. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Processo: 01450.004726/2012-28. Belém - PA, 2011.
- SCIFONI, Simone. *Para Repensar a Educação Patrimonial*. In: PINHEIRO, Adson R. (org.). *Cadernos de Educação Patrimonial*. 1 ed. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2014.
- _____. *Patrimônio mundial: do ideal humanista à utopia de uma novas civilização*. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 14, 2003.
- SEGAMI, Daniel D. Saucedo. *Trabajando para el Público: Algunas perspectivas de cómo adaptar la Arqueología Pública al contexto peruano*. Arkeos - Revista Electrónica de Arqueología, nº 13, 2011.
- SIVEIRO, Fernando P. *Educación e Patrimônio Cultural: Uma Encruzilhada Nas Políticas Públicas de Preservação*. Revista CPC, São Paulo, n. 19, p.80-108, jun. 2015.
- SILVA, A. H. S.; DANTAS, M. A. P. . *O uso do geoprocessamento no estudo dos geoglifos na Amazônia Acriana*. Editora da Universidade Federal do Acre (EDUFAC), Revista Uáquiri, 2010. (No prelo)
- SILVA, Silvio Simione da.; AZEVEDO, Emanuel Mustafa de.; BESSA, Marcio Moacir. *Assentamento Rural PDS Nova Baixa Verde: Novos Enfoques da Ação da Reforma Agrária do INCRA na Região Acriana*. N.1 V.2 (2015): REVISTA CIENTÍFIC@ - ISSN 2358-260X
- SILVA, Anele Camina R. da. *Todos os Direitos Desviados: as possibilidades de licenciamento dos bens culturais no Capitalismo Cognitivo*. Universidade Federal Fluminense. Niterói-RJ, 2013. (Trabalho Monográfico)
- SILVA, Ana Cristina Rocha; NUNES FILHO, Edinaldo Pinheiro. *A proteção do passado: gestão participativa e educação patrimonial como instrumentos de salvaguarda do patrimônio arqueológico na Amazônia*. Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas. Macapá, n. 4, p. 13-21, 2012.

- SILVA, Fabíola Andréa. *Arqueologia e etnoarqueologia na aldeia Lalima e na terra indígena Kayabi: reflexões sobre arqueologia comunitária e gestão do patrimônio arqueológico*. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, v. 19, p. 205-19, 2009.
- SILVA, Regina Coeli Pinheiro da. *Os desafios da proteção legal: uma arqueologia da Lei nº 3.924/61*. In: LIMA, Tania Andrade (ORG.). Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 33, 2007.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. *Rememoração/comemoração: as utilizações sociais da memória*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.22, n.44, pp. 425-438, 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882002000200008>> Acesso em: 20.set.2015. pp-425-438
- SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; BEZERRA, Márcia. *Educação Patrimonial: perspectivas e dilemas*. In: M. F. Lima Filho; BELTRÃO, J. F.; ECKERT, Cornélia (ORGs). *Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e Desafios contemporâneos*. Blumenau : Nova Letra, 2007. p. 81-94
- TOMAZ, Paulo Cesar. 2011. *A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil*. Revista de História e Estudos Culturais, vol. 7, nº 2, 2010.
- TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre – Volume I*. 5ª Impressão. - Brasília: Senado Federal, 2009a.
- _____. *Formação Histórica do Acre – Volume II*. 5ª Impressão. - Brasília: Senado Federal, 2009b.
- TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.
- _____. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983.
- UNESCO. Organização das Nações Unidas Para a Educação, Ciência e Cultura. *Orientações técnicas para aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial*. Comité Intergovernamental para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Edição: Lisboa, abril de 2012. Disponível em: <whc.unesco.org/archive/opguide11-pt.doc> Acesso em: 15.jul.2016
- VIRTANEN, Pirjo Kristiina. *Observações sobre as possíveis relações entre sítios arqueológicos do Acre e o Povo Aruak contemporâneo*. In: SCHAAN, D; RANZI, A; PÄRSSINEN, M (orgs.). *Arqueologia da Amazônia Ocidental: os Geoglifos do Acre*. Belém: EDUFPA; Rio Branco: Biblioteca da Floresta Marina Silva, 2008. pp-120-133
- WATLING, Jennifer; SAUNALUOMA, Sanna; PARSSINEN, Marti; SCHAAN, Denise. *Subsistence practices among earthworks builders: Phytolith evidences from archeological sites in the southwest Amazonian interfluvies*. Journal of Archeological Science: Reports 4, 2015. pp.541-551

WIDMER, Glória Maria. *A Convenção do Patrimônio Mundial e o turismo: contribuições para a proteção e função social do Patrimônio Cultural da Humanidade*. Revista Eletrônica de Turismo Cultural, Vol. 02, nº 01, 2008.

ZANIRATO, Silvia Helena. *Usos sociais do patrimônio cultural e natural*. UNESP - FCLAs - CEDAP, v. 5, n. 1, p. 137-152 - out. 2009.

Anexo I: Questionário de campo - Socioeconômico e Memória Afetiva

Data da entrevista ____/____/____

SÓCIOECONÔMICO					
Nome:					
Contato:					
Seu sexo:	Masculino ☐		Feminino ☐		Data de nascimento:
Cor/etnia: (autodeclaratório)	☐ Branco(a).	☐ Pardo(a)	☐ Negro(a).	☐ Amarelo(a).	☐ Indígena
Qual seu estado civil?					
Quem mora com você? ☐ Moro sozinho(a) ☐ Pai ☐ Mãe ☐ Esposa / marido / companheiro(a)			☐ Filhos Quantos? _____ ☐ Irmãos ☐ Outros parentes ☐ Amigos ou colegas		
Qual sua fonte de renda?					
Qual seu grau de Escolaridade? ☐ Ensino Fundamental ☐ Ensino Médio ☐ Ensino Superior			☐ Pós-graduado, mestre ou doutor. ☐ Analfabeto ☐ Não quero opinar.		
MEMÓRIA AFETIVA					
Onde você nasceu?					
De onde eram seus pais? (caso seja de filho de imigrantes)					
Há quanto tempo mora na Vila Pia?					
O que motivou sua mudança para o Acre e para a Vila Pia? _____ _____ _____					
Você se considera acreano? (caso imigrante) ☐ Sim ☐ Não Por que? _____ _____ _____					
Qual sua relação com a Vila Pia? _____ _____ _____					
Quais lugares você costumava brincar ou visitar quando criança?					

Quais lugares te trazem boas recordações? E tem lugares que te trazem más recordações?
Você pensa em ir embora deste lugar? ☐ Sim ☐ Não
Por que?
Quais objetos você não conseguiria se desfazer por retratarem seu passado e representarem sua identidade?
Caso esses objetos desapareçam o valor a eles atribuído se perde? ☐ Sim ☐ Não
É importante preservá-los? ☐ Sim ☐ Não
Por que?
Você conhece os lugares antigos e/ou os sítios arqueológicos da Vila Pia? ☐ Sim ☐ Não
Quais?
Teve conhecimento dos estudos arqueológicos realizados na Vila Pia? ☐ Sim ☐ Não
Teve alguma participação? ☐ Sim ☐ Não

Anexo II: Roteiro Estruturado Sobre Arqueologia e Gestão do Patrimônio Arqueológico

Data da entrevista ____/____/____

ARQUEOLOGIA	
Entrevistado:	
Você conhece os lugares antigos ou sítios arqueológicos da Vila Pia? [☐] Sim [☐] Não	
Quais? _____ _____	
Você associa esses lugares à história da Vila Pia e à sua? [☐] Sim [☐] Não	
Por que? _____ _____	
Teve conhecimento dos estudos arqueológicos realizados na Vila Pia? [☐] Sim [☐] Não	
Teve alguma participação? [☐] Sim [☐] Não	
O que você acha da retirada do material antigo e/ou arqueológico da Vila Pia por Arqueólogos para envia-los para outros lugares? _____ _____	
Você gostaria que este material permanecesse exposto na Vila Pia? [☐] Sim [☐] Não [☐] Não sei opinar	
Por que? _____ _____	
Já encontrou material antigo? [☐] Sim [☐] Não	
Onde? _____	
Caso tenha achado, ainda o guarda consigo? [☐] Sim [☐] Não	
Por que? _____ _____	
Você já ouviu falar no IPHAN? [☐] Sim [☐] Não	
Na sua opinião, quais são as atribuições do IPHAN? _____ _____	
Você já ouviu falar nos geoglifos? [☐] Sim [☐] Não	
Caso sim, como? _____ _____	

Na sua opinião, o que são e para que serviam os Geoglifos?
Já ouviu falar do pedido de tombamento dos Sítios Arqueológicos do tipo Geoglifo? ☐ Sim ☐ Não Caso sim, como?
O que você conhece por tombamento?
Você é a favor do tombamento? ☐ Sim ☐ Não ☐ Não sei opinar
Na sua opinião, quem é responsável pela preservação dos sítios arqueológicos? ☐ O Estado ☐ A comunidade ☐ Ambos ☐ Não sei opinar
Como você acha que o Estado pode preservar os sítios arqueológicos?
Como você acha que a comunidade pode preservar os sítios arqueológicos?
Como o Estado e a Comunidade da Vila Pia podem garantir juntos a preservação dos sítios arqueológicos?

Anexo III: Lista de Entrevistados – Socioeconômico e Memória Afetiva

Nome	Data de Nascimento	Sexo	Cor/Etnia	Estado Civil	Escolaridade	Local de Nascimento	UF	Há quanto tempo mora na Vila Pia?
Adelaide Castro Ribeiro	14/09/1940	F	Amarela	Casada	Analfabeto(a)	Seringal São Luís do Remanso - Xapuri	AC	1 ano
Adenilson da Silva Rosa		M	Branco(a)	Casado	Ensino Fundamental	Ecoporonga	ES	25 anos
Agnaldo Sá de Souza	14/07/1981	M	Amarela	Solteiro	Ensino Médio	Rio Branco	AC	3 meses
Aline Fraga de Oliveira	06/05/1995	F	Pardo(a)	Casada	Superior Completo	Rio Branco	AC	1 ano e 3 meses
Andrea Cristina de Carvalho Lima	06/11/1973	M	Branco(a)	Casado	Superior Completo	Cruzeiro do Sul	AC	8 anos
Antônia Amaral de Oliveira	07/08/1990	F	Negro(a)	Solteira	Analfabeto(a)	Epitaciolândia	AC	7 anos
Antônia da Silva Soares	21/06/1978	F	Pardo(a)	Solteira	Ensino Fundamental	Seringal Alegria - Ipixuna	AM	12 anos
Antônia Regiane da Conceição Maia	13/11/1989	F	Pardo(a)	Solteiro	Superior Completo	Rio Branco	AC	25 anos
Antônio da Silva Nascimento	11/10/1973	M	Pardo(a)	Solteiro	Superior Completo	Pauini	AM	32 anos
Arlindo Junior da Rocha Soares	10/06/1962	M	Pardo(a)	Casado	Ensino Fundamental	Jordão	AC	10 anos
Aurimar da Silva de Freitas	29/09/1974	M	Pardo(a)	Solteiro	Ensino Fundamental	Rio Branco	AC	1 ano
Bruno Alves Hernandez	20/06/1996	M	Branco(a)	Solteiro	Ensino Médio	Rio Branco	AC	10 anos
Damiana Martins da Silva		F	Negro(a)	Solteiro	Analfabeto(a)	Seringal Novo Encanto, Porto Acre	AC	8 anos
Daniel Bezerra de Souza	01/01/1963	M	Branco(a)	Casado	Analfabeto(a)	Nova Esperança	PR	6 anos
Deusimar Souza da Silva	05/02/1990	M	Pardo(a)	Solteiro	Ensino Fundamental	Manoel Urbano	AC	8 anos
Ducilene da Silva Feitosa	15/06/1989	F	Pardo(a)	Solteira	Ensino Fundamental	Seringal Jornão - Tarauacá	AC	6 meses
Edmilson Ferreira Queiroz	16/02/1964	M	Pardo(a)	Solteiro	Ensino Fundamental	Seringal Bagaço - Rio Branco	AC	53 anos
Eliana Silva da Conceição	27/08/1980	F	Pardo(a)	Divorciada	Ensino Fundamental	Rio Branco	AC	33 anos
Eunira Souza Rocha	20/05/1959	F	Branco(a)	Viúva	Ensino Fundamental	Cariranha	BH	3 anos
Evaldo Barbosa de Freitas	12/12/1963	M	Pardo(a)	Casado	Ensino Fundamental	Brasiléia	AC	11 meses
Francisca Araújo Sena	16/09/1963	M	Branco(a)	Viúva	Ensino Fundamental	Rio Branco	AC	50 anos
Francisca da Silva Castro	06/01/1983	F	Branco(a)	Casada	Ensino Fundamental	Boca do Acre	AM	6 meses
Francisco	25/03/1949	M	Negro(a)	Solteiro	Ensino	Lábrea	AM	36 anos

Alexandre de Souza (Pelé)					Fundamental			
Francisco das Chagas Harmônio Ribeiro	xx/xx/1943	M	Pardo(a)	Casado	Ensino Fundamental	Xapuri	AC	12 anos
Francisco de Assis da Silva	15/01/1969	M	Branco(a)	Casado	Superior Completo	Rio Branco	AC	30 anos
Francisco Matias do Nascimento	13/08/1960	M	Negro(a)	Solteiro	Analfabeto(a)	Boca do Acre	AM	7 anos
Geni Alves de Souza	05/11/1962	F	Negro(a)	Viúva	Analfabeto(a)	Plácido de Castro	AC	13 anos
João Batista Vieira da Rocha		M	Pardo(a)	Solteiro	Analfabeto(a)	Seringal Bom Destino - Porto Acre	AC	22 anos
João Paulo Pacheco	26/06/1936	M	Pardo(a)	Casado	Ensino Fundamental	Boca do Acre	AM	34 anos
Jonescleudo Barros de Oliveira	30/04/1990	M	Negro(a)	Solteiro	Ensino Médio	Rio Branco	AC	5 anos
Jonevardenes Silva Rodrigues	21/01/1973	M	Branco(a)	Casado	Ensino Fundamental	Tarauacá	AC	6 anos
José Cleilton de Souza Rocha	26/11/1991	M	Pardo(a)	Casado	Ensino Fundamental	Rio Branco	AC	6 anos
José da Silva	01/11/1960	M	Negro(a)	Solteiro	Superior Completo	Terra Boa	PR	8 anos
José Ferreira da Silva (Coró)	10/02/1955	M	Pardo(a)	Casado	Ensino Fundamental	Seringal Bom Destino - Porto Acre	AC	16 anos
José Floriano dos Santos	19/03/1940	M	Negro(a)	Casado	Analfabeto(a)	Itaberaba	BH	30 anos
José Maroja dos Santos	02/09/1950	M	Pardo(a)	Casado	Ensino Médio	Sena Madureira	AC	20 anos
José Monteiro Arantes (Mestre Zé)	15/03/1952	M	Pardo(a)	Solteiro	Ensino Fundamental	Xapuri	AC	8 anos
Lindalva Moura de Olivera	12/08/1963	F	Negro(a)	Viúva	Analfabeto(a)	Seringal São Francisco - Xapuri	AC	3 meses
Lucila Freire de Albuquerque	31/10/1952	F	Pardo(a)	Solteira	Analfabeto(a)	Lábrea	AM	1 ano
Luíz Carlos Modesto Dices	30/10/1968	M	Pardo(a)	Casado	Ensino Fundamental	Rio Branco	AC	35 anos
Manoel Severino Sobrinho	22/05/1958	M	Negro(a)	Casado	Ensino Fundamental	Tupi Paulista	SP	12 anos
Marcela Luciana Alves Hernandes Nascimento	07/06/1988	F	Branco(a)	Casada	Superior Completo	Rio Branco	AC	08 anos
Marcelo Vasconcelos do Nascimento	01/02/1983	M	Branco(a)	Solteiro	Ensino Médio	Rio Branco	AC	24 anos
Maria Antônia Carmen de Lima	09/07/1975	F	Negro(a)	Casada	Ensino Fundamental	Envira	AM	2 meses
Maria das Graças Silva do Nascimento	25/09/1958	F	Negro(a)	Solteira	Analfabeto(a)	Boca do Acre	AM	6 anos
Maria dos Anjos Meira do	12/08/1966	F	Negro(a)	Solteira	Ensino Médio	Xapuri	AC	8 anos

Nascimento								
Maria Elza da Silva		F	Negro(a)	Solteira	Analfabeto(a)	Mato Grosso	MT	3 anos
Maria Francisca de Oliveira	16/02/1948	F	Negro(a)	Solteira	Ensino Fundamental	Feijó	AC	4 anos
Maria Jucilene Nascimento Souza	09/12/1978	F	Amarela	Solteira	Ensino Fundamental	Rio Branco	AC	9 anos
Maria Luiza Castro Ribeiro	18/11/1981	F	Branco(a)	Casada	Ensino Fundamental	Xapuri - Seringal Iracema	AC	20 anos
Maria Olinda Rocha Andrade	13/04/1985	F	Pardo(a)	Casada	Ensino Fundamental	Jordão	AC	7 anos
Maria Sebastiana de Paiva Coriolando	07/04/1996	F	Pardo(a)	Casada	Ensino Médio	Rio Branco	AC	1 ano
Mariano Firmino	22/10/1981	M	Negro(a)	Solteiro	Ensino Fundamental	Ariquemes	RO	13 anos
Marlene Mendes	11/12/1974	F	Branco(a)	Casada	Ensino Fundamental	Foz do Iguaçu	PR	11 anos
Meire Mendes	14/02/1997	F	Branco(a)	Solteira	Ensino Fundamental	Porto Velho	RO	10 anos
Nayra Kelloy de Souza	03/07/1995	F	Pardo(a)	Solteira	Ensino Médio	Rio Branco	AC	20 anos
Neuza da Conceição Santos	08/12/1966	F	Pardo(a)	Casada	Ensino Médio	Planaltina do Paraná	PR	28 anos
Nilsa da Silva Nascimento	21/11/1964	F	Negro(a)	Casada	Superior Completo	Peabiru	PR	35 anos
Oswaldo Feitosa de Nascimento	05/04/2016	M	Negro(a)	Casado	Ensino Fundamental	Xapuri	AC	24 anos
Raimunda de Olivera Souza	09/02/1987	F	Indígena	Casada	Analfabeto(a)	Senador Guimard	AC	14 anos
Raimundo da Silva (Tequinho)		M	Pardo(a)	Casado	Ensino Médio	Rio Branco	AC	30 anos
Rogério do Nascimento Bertolo	03/05/1991	M	Branco(a)	Solteiro	Ensino Fundamental	Rio Branco	AC	2 anos
Rosa Maria da Silva	16/02/1973	F	Branco(a)	Casada	Ensino Fundamental	Rio Branco	AC	5 anos
Rosirene da Silva Souza	05/02/1975	F	Branco(a)	Casada	Ensino Médio	Rio Branco	AC	18 anos
Rúbia Bethânia Pereira Braz de Moura	21/05/1978	F	Pardo(a)	Casada	Ensino Fundamental	Rio Branco	AC	2 anos
Selma Xavier Neles de Carvalho	27/01/1976	F	Pardo(a)	Casada	Pós-graduada	Rio Branco	AC	16 anos
Simone dos Santos Souza	11/05/1980	F	Negro(a)	Casada	Ensino Superior	Rio Branco	AC	5 anos
Sirley de Lima Batista	29/04/1988	M	Pardo(a)	Solteiro	Ensino Médio	Xapuri	AC	5 anos
Socorro Castro Ribeiro	04/08/1967	F	Amarela	Divorciada	Ensino Fundamental	Xapuri	AC	1 ano e 5 meses
Sônia Mara de Oliveira	14/07/1966	F	Branco(a)	Casada	Ensino Fundamental	Guarapuava	PR	1 ano
Tainara Rodrigues Rachid	13/02/1993	F	Negro(a)	Casada	Ensino Fundamental	Pauini	AM	4 anos
Tarcísio Júnior da Silva	25/02/1996	M	Pardo(a)	Casado	Ensino Médio	Rio Branco	AC	9 anos

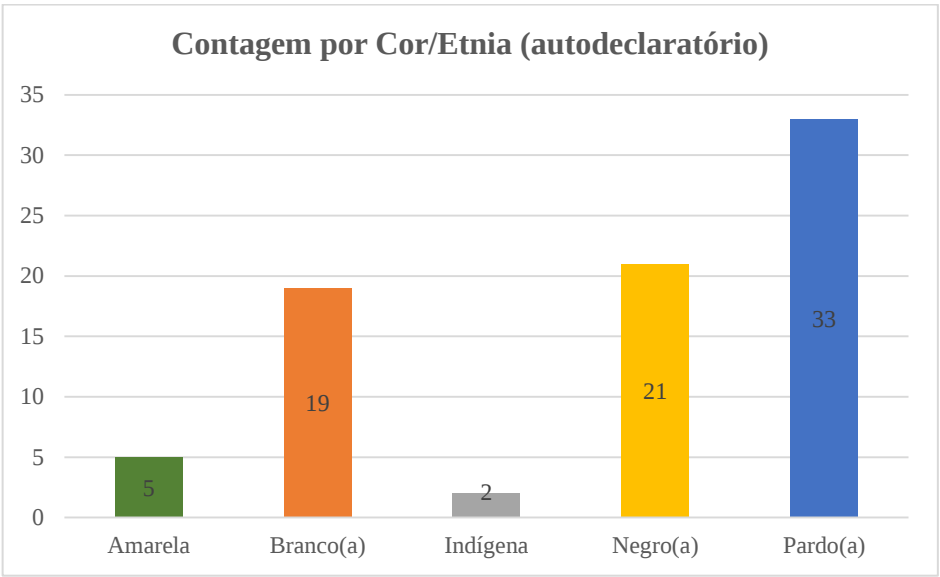
Silveira								
Valdeni Chagas da Silva	29/09/1961	F	Indígena	Casada	Ensino Fundamental	Porto Acre	AC	48 anos
Valéria Souza dos Santos	07/11/1996	F	Pardo(a)	Solteira	Ensino Médio	Rio Branco	AC	9 anos
Vaneide Silva		F	Negro(a)	Solteira	Ensino Fundamental	Rio Branco	AC	1 ano
Vanusa de Souza Ribeiro	14/03/1976	F	Pardo(a)	Casado	Ensino Fundamental	Sena Madureira	AC	30 anos
Vicente Lemes	22/01/2942	M	Branco(a)	Casado	Analfabeto(a)	Cornélio Procópio	PR	10 anos
Vicente Neles de Farias	26/05/1944	M	Pardo(a)	Viúvo	Analfabeto(a)	Inhapim	MG	8 anos
Zacarias José de Rocha Filho	22/10/1986	M	Amarela	Solteiro	Ensino Fundamental	Carinhanha	BH	1 mês
Zuleide da Silva Melo	30/06/1957	F	Pardo(a)	Casada	Ensino Fundamental	Lajedo	PE	36 anos

ANEXO IV: Lista de Entrevistados – Roteiro Estruturado Sobre Arqueologia

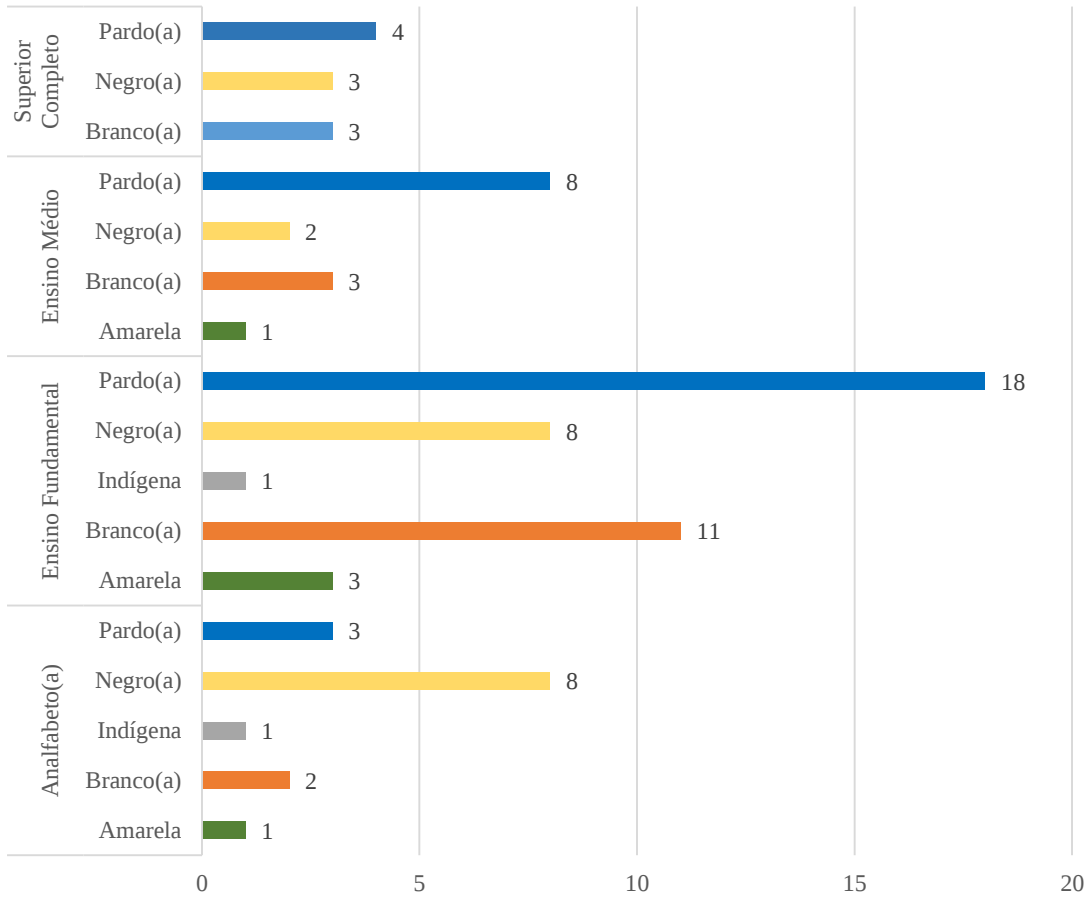
Nome	Você conhece os sítios arqueológicos ou lugares antigos da Vila Pia?	Teve conhecimento dos estudos arqueológicos realizados na Vila Pia?	Teve alguma participação?	Gostaria que o material coletado nas escavações permanecesse exposto na Vila Pia?	Encontrou material histórico antigo?	Já ouviu falar do IPHAN?	Conhece ou ouviu falar dos geoglifos?	Já ouviu falar do pedido de tombamento dos Geoglifos?	Você é a favor do tombamento?	Quem deve preservar os sítios arqueológicos tombados?
Adenilson da Silva Rosa	Sim	Sim	Não	Não sabe opinar		Não	Sim	Sim	Sim	Ambos
Aginaldo Sá de Souza	Sim	Sim	Não	Não sabe opinar		Não	Sim	Sim	Sim	Ambos
Aline Fraga de Oliveira	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Ambos
Andrea Cristina de Carvalho Lima	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Ambos
Antônia da Silva Soares	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não sabe opinar	Não sabe opinar
Bruno Alves Hernandez	Sim	Sim	Não	Não sabe opinar	Não	Não	Sim	Não	Não sabe opinar	Não sabe opinar
Damiana Martins da Silva	Sim	Não	Não	Não sabe opinar	Não	Não	Não	Não	Não sabe opinar	Não sabe opinar
Edmilson Ferreira Queiroz	Sim	Sim	Não	Não sabe opinar	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Ambos
Francisco de Assis da Silva	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Ambos
João Batista Vieira da Rocha	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não sabe opinar
José da Silva	Sim	Sim	Não	Não sabe opinar	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Estado
José Ferreira da Silva (Coró)	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Ambos
José Monteiro Arantes (Mestre Zé)	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não sabe opinar	Ambos
Manoel Severino Sobrinho	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Ambos
Marcelo Vasconcelos do Nascimento	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Estado
Maria Luiza Castro Ribeiro	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Estado

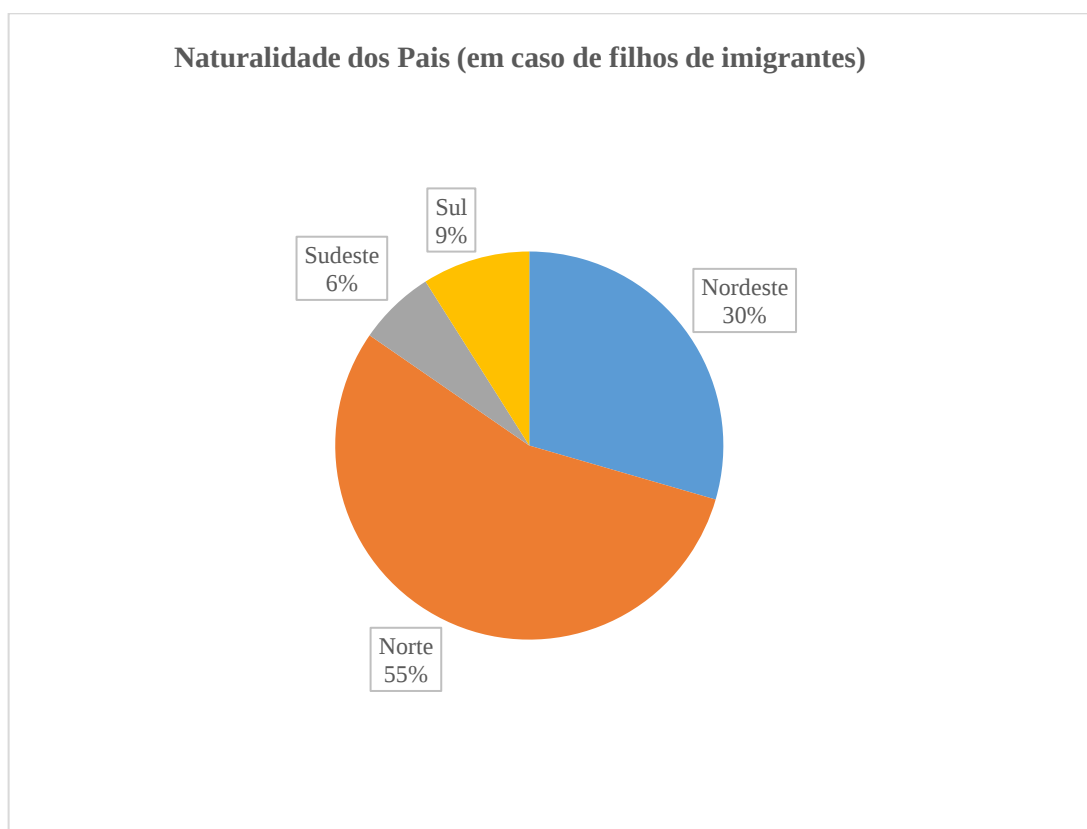
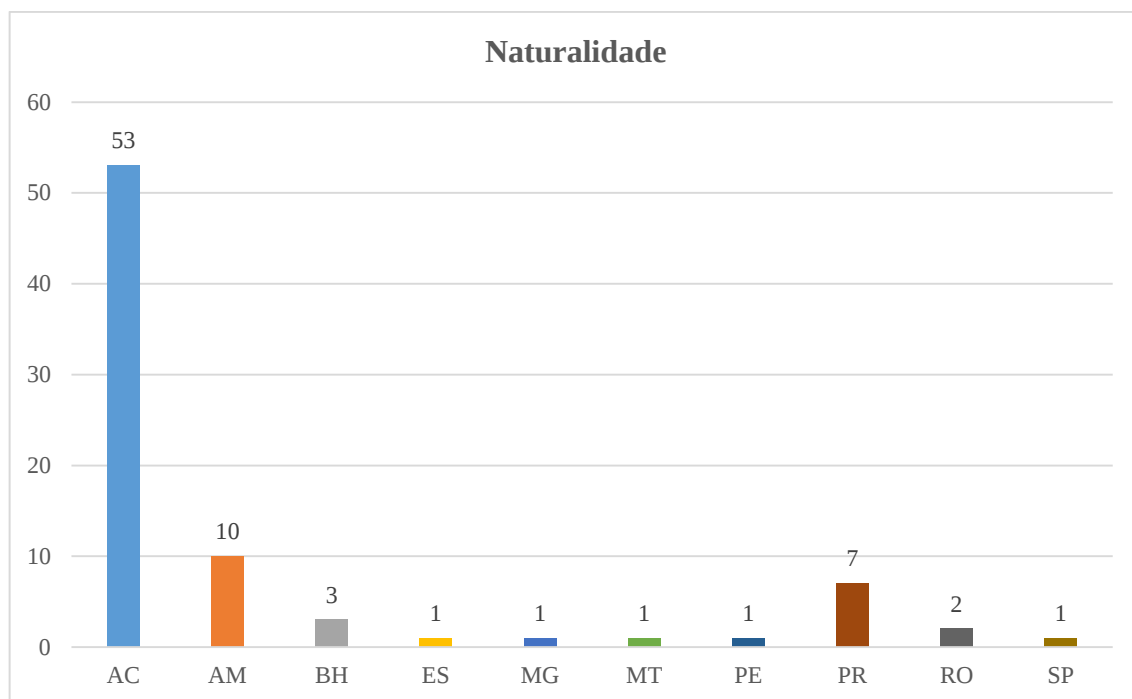
Nayra Kelloy de Souza	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Ambos
Nilsa da Silva Nascimento	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Estado
Raimundo da Silva (Tequinho)	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Ambos
Rosa Maria da Silva	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não sabe opinar
Selma Xavier Neles de Carvalho	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Ambos
Sirley de Lima Batista	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Ambos
Valdeni Chagas da Silva	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não sabe opinar	Ambos
Vaneide Silva	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Comunidade
Vicente Neles de Farias	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Comunidade

Anexo V: Perfil dos Entrevistados

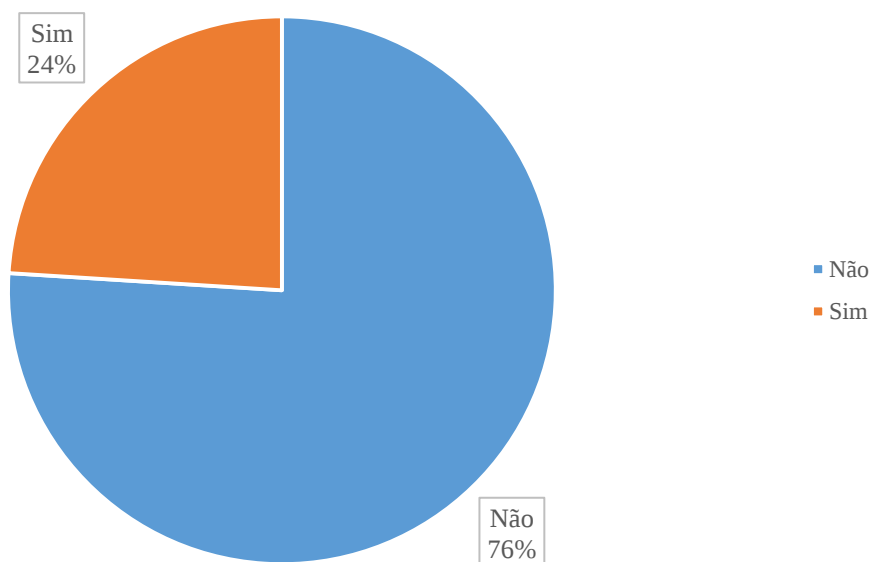


Nível de escolaridade por cor/etnia

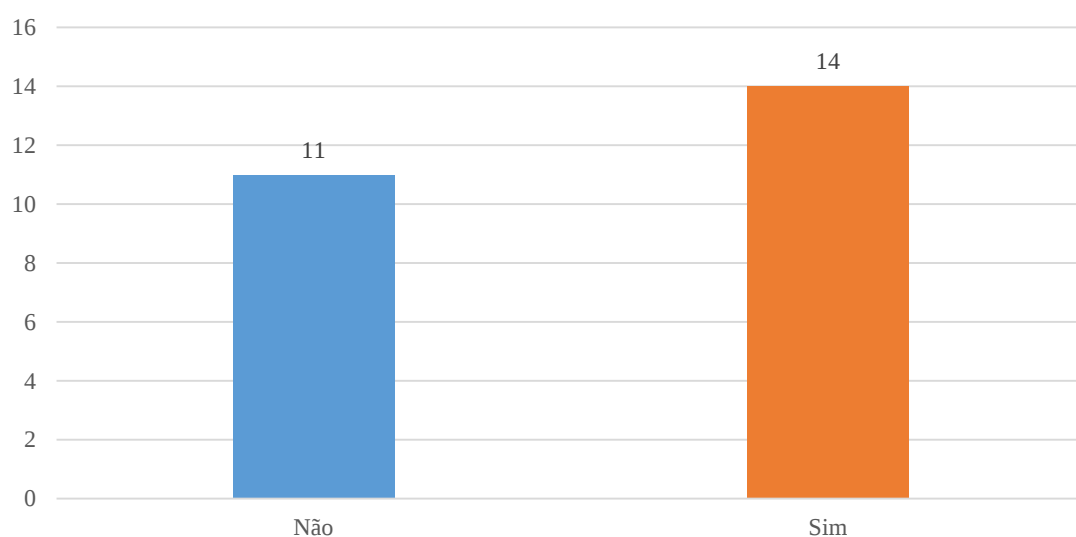




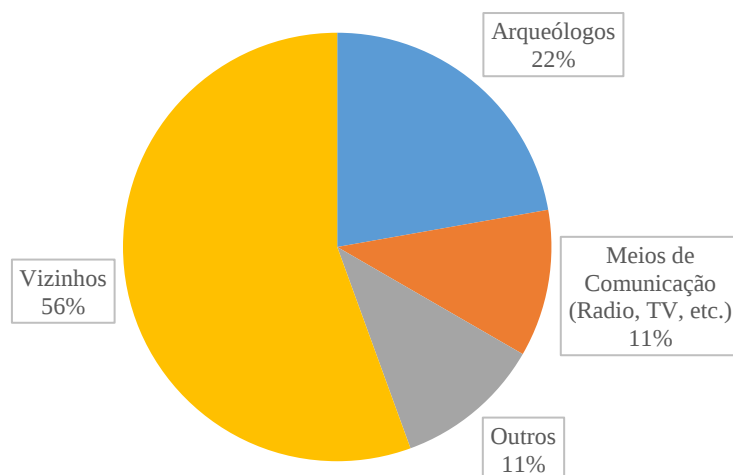
**Moradores que conhecem ou ouviram falar do IPHAN
(amostral)**



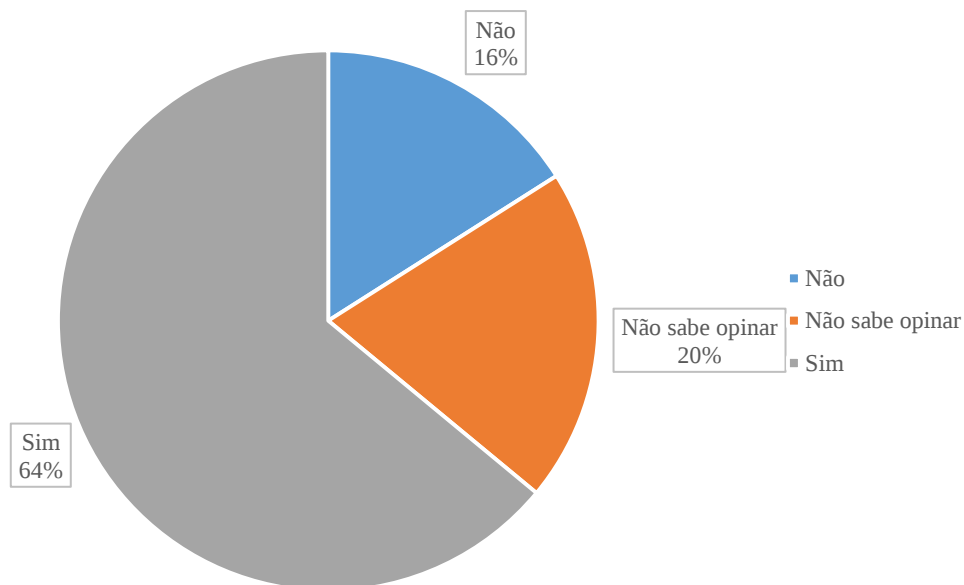
**Conhece ou ouviu falar do pedido de tombamento dos Geoglifos
(amostral)**



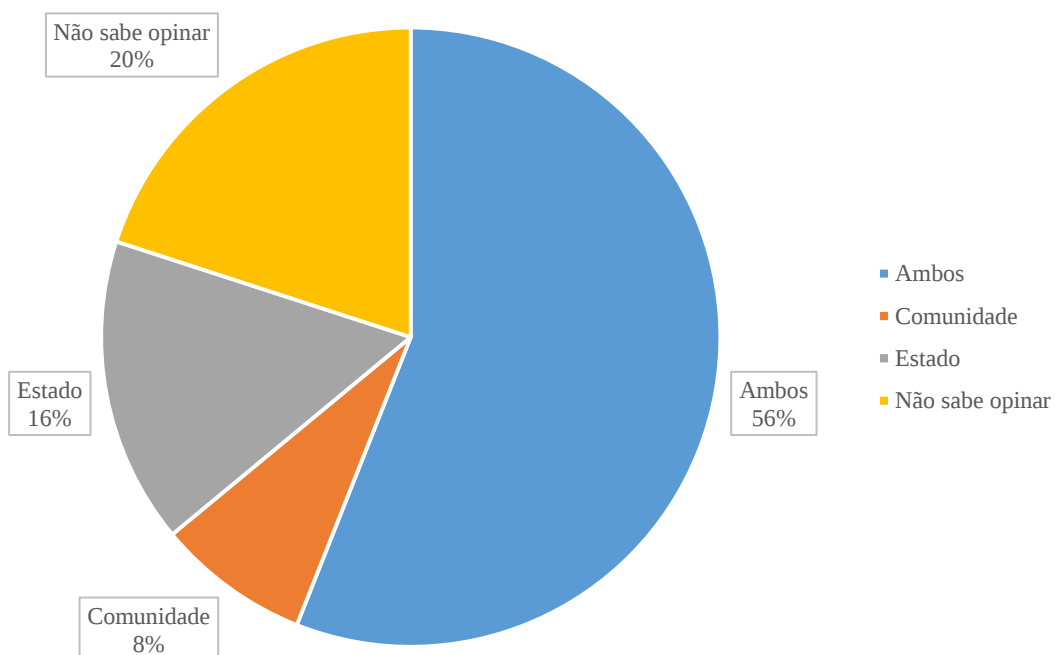
Como soube do pedido de tombamento dos geoglifos? (amostral)



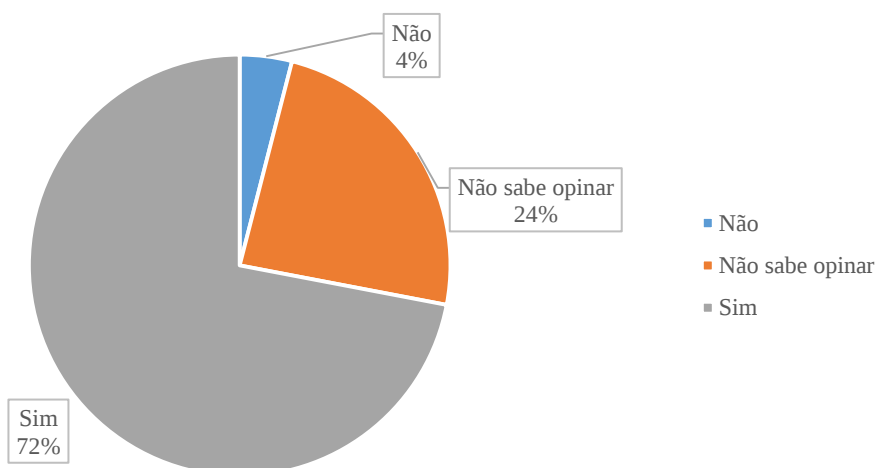
Relação de moradores a favor do tombamento (amostral)



Sobre as responsabilidades na preservação (amostral)



Porcentagem de moradores que têm interesse por uma exposição permanente do material coletado nas escavações (amostral)



Anexo VII: Sítios Arqueológicos Encontrados e Registrados Durante a Pesquisa de Campo



Cadastro Nacional de
Sítios Arqueológicos*
- CNSA -



Nome do sítio: Colocação Humaitá

Outras designações e siglas:

Município: Porto Acre

CNSA:

UF: AC

Localidade: Localizado na área do antigo Seringal Humaitá, em Porto Acre-AC.

Outras designações da localidade:

Descrição sumária do sítio: Sítios

relacionados:

Nome do proprietário do terreno: João Antero de Souza Endereço:

Estrada AC-10, ramal do km 22, colônia sempre unidos.

CEP: Cidade: Porto Acre

UF: AC

E-mail: Fone/Fax:

Ocupante atual:

Acesso ao sítio: Ao chegar na colônia Sempre Unidos, de propriedade do senhor João Antero, caminha-se por 1 quilômetro em direção aos fundos da propriedade, onde jazem as peças arqueológicas em superfície e subsuperfície.

Comprimento: m Largura: m Altura máxima: m (a partir do nível do solo)

Área: m² Medição: ☐ Estimada ☐ Passo ☐ Mapa ☐ Instrumento

Nome e sigla do documento cartográfico:

Ano de edição: Órgão: ☐ IBGE ☐ DSG ☐ Outro Escala:

Delimitação da área / Coordenadas UTM:

Ponto central: Zona: E:644493 N:8917167

Perímetro: Zona: E: N:

Zona: E: N:

Zona: E: N:

Zona: E: N:

☐ GPS DATUM: SIRGAS2000

☐ Em mapa Margem de erro: m

Unidade geomorfológica: Planície

Compartimento topográfico: Topo

Altitude: m (com relação ao nível do mar)

Água mais próxima: Rio Acre

Distância: 12000m

Rio: Rio Acre

Bacia: Purus

Outras referências de localização: Localizado no Ramal do km 22 da Rodovia Estadual AC-10, colônia Sempre Unidos.

Vegetação atual:

- | | |
|--|---|
| ☐ Floresta ombrófila | ☐ Savana (cerrado) |
| ☐ Floresta estacional | ☐ Savana-estépica (caatinga) |
| ☐ Campinarana | ☐ Estepe |
| ☒ Capoeira | |

Outra:

Uso atual do terreno:

- | | |
|---|---|
| ☐ Atividade urbana | ☒ Pasto |
| ☐ Via pública | ☒ Plantio |
| ☐ Estrutura de fazenda | ☐ Área não utilizada |

Outro:

Propriedade da terra: ☐ Área pública ☒ Área privada ☐ Área militar ☐ Área indígena

Outra:

Proteção legal: ☐ Unid. de conservação ambiental

Em área tombada: ☐ Municipal ☐ Estadual ☐ Federal ☐ Patrim. da humanidade

Categoria:

- | | |
|---|---|
| ☐ Unicomponential | ☐ Pré-colonial |
| ☐ Multicomponential | ☐ De contato |
| | ☒ Histórico |

Tipo de sítio: Habitação (duração indeterminada)

Forma:

Tipo de solo:

Estratigrafia:

Contexto de deposição: ☒ Em superfície ☒ Em profundidade

Exposição: ☒ Céu aberto

☐ Abrigo sob rocha

☐ Gruta

☐ Submerso

☐ Outra:

Estruturas:

- | | |
|---|---|
| ☐ Áreas de refúgio | ☐ Canais tipo trincheiras, valetas |
| ☐ De Lascamento | ☐ Círculos de pedra |
| ☐ De Combustão
(fogueira, forno, fogão) | ☐ Estacas, buracos de |
| ☐ Funerárias | ☐ Fossas |
| ☐ Vestígios de edificação | ☐ Muros de terra, linhas de argila |
| ☐ Vestígios de mineração | ☐ Palafitas |
| ☐ Alinhamento de pedras | ☐ Paliçadas |
| ☐ Manchas pretas | |
| ☒ Concentrações cerâmicas | Quantidade: |
| Outras: | |

Artefatos:

- | | |
|--|--|
| ☐ Lítico lascado | ☒ Cerâmico |
| ☐ Lítico polido | ☐ Sobre concha |
| ☐ Sobre material orgânico | |

Outros vestígios líticos:

Material histórico: garrafas, faianças, louças em porcelana e armamentos

Outros vestígios orgânicos:

Arte rupestre: ☐ Pintura ☐ Gravura ☒ Ausente

Outros vestígios inorgânicos:

Acervo / Instituições:

Números de catálogo:

FILIAÇÃO CULTURAL:

Tradições:

Outras atribuições:

Datações absolutas:

Datações relativas:

Grau de integridade: ☒ mais de 75% ☐ entre 25 e 75% ☐ menos de 25%

Fatores de destruição:	☐ Erosão eólica	☐ Erosão fluvial	☐ Vandalismo
	☐ Erosão pluvial	☒ Atividades agrícolas	
	☐ Construção de estradas	☐ Construção de moradias	

Outros fatores naturais:

Artefatos líticos:

Fases:

Artefatos cerâmicos:

Complementos:

Arte rupestre:

Outras

atribuições:

Tradições:

Fases:

Complementos:

Outras

atribuições:

Tradições:

Estilos:

Complementos:

Outros fatores antrópicos:

Possibilidades de destruição: Medidas para preservação:

Relevância do sítio: ☒ Alta ☐ Média ☐ Baixa

Atividades desenvolvidas no local:



Registro



Nome do responsável pelo registro: Arlan Hudson Souza e Silva

Endereço: Rua Maranhão, 28, Universitário

CEP: 69917-754

Cidade: Rio Branco

UF: AC

E-mail: huds.ac@gmail.com Fone/Fax: 68992388588

Data do registro: Ano do registro: (para quando a data completa não puder ser informada)

Nome do projeto: Pesquisa do Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN

Nome da instituição:

Endereço:

CEP: Cidade: UF:

E-mail: Fone/Fax:

Documentação produzida (quantidade)	Mapa com sítio plotado:	Foto preto e branco:
Bibliografia:	C	Reprografia de imagem:
Observações:	roqui: Planta baixa do	Imagem de satélite: Cópia
	sítio: Planta baixa dos	total de arte rupestre: Cópia
	loais afetados: Planta	parcial de arte rupestre:
	baixa de estruturas:	Ilustração do material:
	Perfil estratigráfico:	Caderneta de campo: Vídeo /
	Perfil topográfico: Foto	filme: Outra:
	aérea:	
	Foto colorida:	6

Responsável pelo preenchimento da ficha:
Data: 08/07/2016 **Localização dos dados:**
Atualizações:

Arlan Hudson Souza e Silva

Data: ____/____/____

Assinatura:

Nome do sítio: Colocação Iquiri

Outras designações e siglas: CNSA: Município: Senador Guimard UF: AC
Localidade: Margem esquerda do Rio Iquiri, há 25 quilômetros no ramal do 75km da Rodovia BR 317. Outras designações da localidade:

Descrição sumária do sítio: Sítios relacionados:

Nome do proprietário do terreno:

Endereço:

CEP: Cidade: UF:

E-mail: Fone/Fax:

Ocupante atual: cesso ao sítio: Segue-se até o quilômetro 75 da Rodovia Federal BR 317, onde entra-se no ramal localizado à direita da estrada (sentido Boca do Acre) e segue-se por mais 25 quilômetros até a margem esquerda do Rio Iquiri.

Outros vestígios orgânicos:

Arte rupestre: ☐ Pintura ☐ Gravura ☒ Ausente

Outros vestígios inorgânicos:

Acervo / Instituições:

Números de catálogo:

FILIAÇÃO CULTURAL:

Tradições:

Comprimento: m Largura: m Altura máxima: m (a partir do nível do solo)

Área: m² Medição: ☐ Estimada ☐ Passo ☐ Mapa ☐ Instrumento

Nome e sigla do documento cartográfico:

Ano de edição: Órgão: ☐ IBGE ☐ DSG ☐ Outro Escala:

Delimitação da área / Coordenadas UTM:

Ponto central: Zona: 19 E: 700903 N: 8928919

Perímetro: Zona: E: N:
Zona: E: N:
Zona: E: N:
Zona: E: N:

☒ GPS DATUM: SIRGAS2000

☐ Em mapa Margem de erro: m

Unidade geomorfológica: Planície

Compartimento topográfico: Planície de inundação

Altitude: m (com relação ao nível do mar)

Água mais próxima: Iquiri

Distância: 20m

Rio: Rio Iquiri

Bacia: Rio Acre

Outras referências de localização:

Vegetação atual:

☒ Floresta ombrófila ☐ Savana (cerrado)
☐ Floresta estacional ☐ Savana-estépica (caatinga)
☐ Campinarana ☐ Estepe
☐ Capoeira

Outra:

Uso atual do terreno:

☐ Atividade urbana ☐ Pasto
☐ Via pública ☐ Plantio
☐ Estrutura de fazenda ☒ Área não utilizada

Outro:

Propriedade da terra: ☒ Área pública ☐ Área privada ☐ Área indígena

Estruturas:

☐ Áreas de refúgio ☐ Canais tipo trincheiras,
☐ De lascamento ☒ Unid. de conservação ambiental
☐ De combustão ☐ Municipais ☐ Círculos de pedra
(fogueira, forno, fogão) ☐ Estacas, buracos de

☐ Funerárias ☐ Fossas
☐ Vestígios de edificação ☐ Pré-colonial ☐ Muros de terra, linhas de
☐ Vestígios de mineração ☐ De cerâmica ☐ Alinhamento de pedras ☒ Históricas ☐ Palafitas
☐ Manchas pretas ☐ Paliçadas

Estratigrafia:

☒ Concentrações cerâmicas Quantidade: ☒ Em profundidade

Contexto de deposição:

Exposição: ☒ Céu aberto ☐ Abrigo sob rocha ☐ Gruta ☐ Submerso

Material histórico: Cerâmicas em argila, louças, faianças, garrafas e armamentos.

Artefatos:

☐ Lítico lascado ☒ Cerâmico
☐ Lítico polido ☐ Sobre concha
☐ Patrim. da humanidade
☐ Sobre material orgânico

Outros vestígios líticos:

Habitação (duração indeterminada)

Outras atribuições:**Datações absolutas:****Datações relativas:****Grau de integridade:** ☒ mais de 75% ☐ entre 25 e 75% ☐ menos de 25%**Fatores de destruição:** ☐ Erosão eólica ☐ Erosão fluvial ☐ Vandalismo☐ Erosão pluvial☐ Atividades agrícolas☒ Construção de estradas☒ Construção de moradias**Outros fatores naturais:**

Artefatos líticos:

Fases:

Artefatos cerâmicos:

Complementos:

Arte rupestre:

Outras atribuições:

Tradições:

Fases:

Complementos:

Outras atribuições:

Tradições:

Estilos:

Complementos:

Outros fatores antrópicos:

Possibilidades de destruição: Medidas para preservação:

Relevância do sítio: ☒ Alta ☐ Média ☐ Baixa

Atividades desenvolvidas no local:

☒ Registro☐

Sondagem ou Corte estratigráfico

☐ Coleta em Superfície☐

Escavação de grande superfície

Nome do responsável pelo registro: Arlan Hudson Souza e Silva

Endereço: Rua Maranhão, 28, Universitário

CEP: 69917-754 Cidade: Rio Branco UF: AC

E-mail: huds.ac@gmail.com Fone/Fax: 68992388588

Data do registro: 08/07/2016 Ano do registro: (para quando a data completa não puder ser informada)

Nome do projeto: Pesquisa do Programa de Mestrado Profissional em Preservação do

Patrimônio Cultural do IPHAN

Nome da instituição:

Endereço:

CEP: Cidade: UF:

E-mail: Fone/Fax:

Documentação produzida (quantidade)

Bibliografia:

Observações:

Mapa com sítio plotado:

C

roqui: Planta baixa do
sítio: Planta baixa dos
locais afetados: Planta
baixa de estruturas: Perfil
estratigráfico: Perfil
topográfico: Foto aérea:
Foto colorida:
10

Foto preto e branco:

Reprografia de imagem:

Imagem de satélite: Cópia total
de arte rupestre: Cópia parcial
de arte rupestre: Ilustração do
material: Caderneta de campo:
Vídeo / filme: Outra:

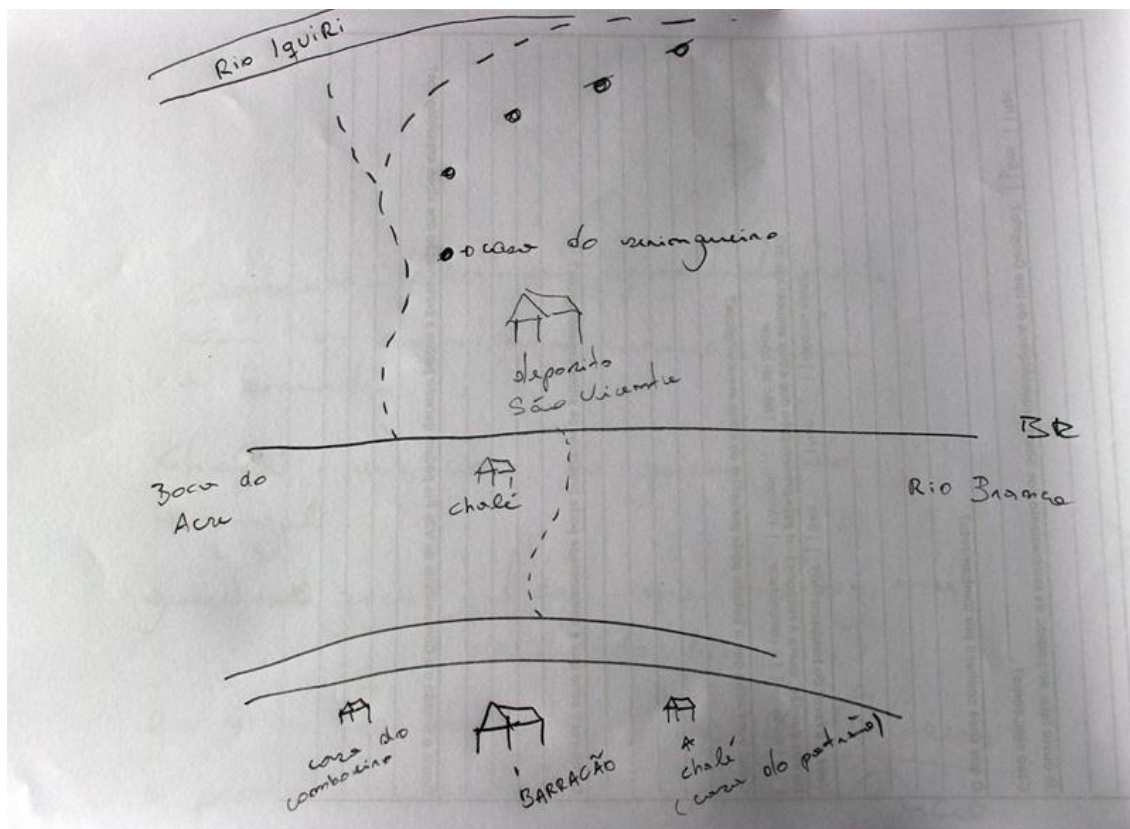
Responsável pelo preenchimento da ficha: Arlan Hudson Souza e Silva

Data: 08/07/2016 Localização dos dados:

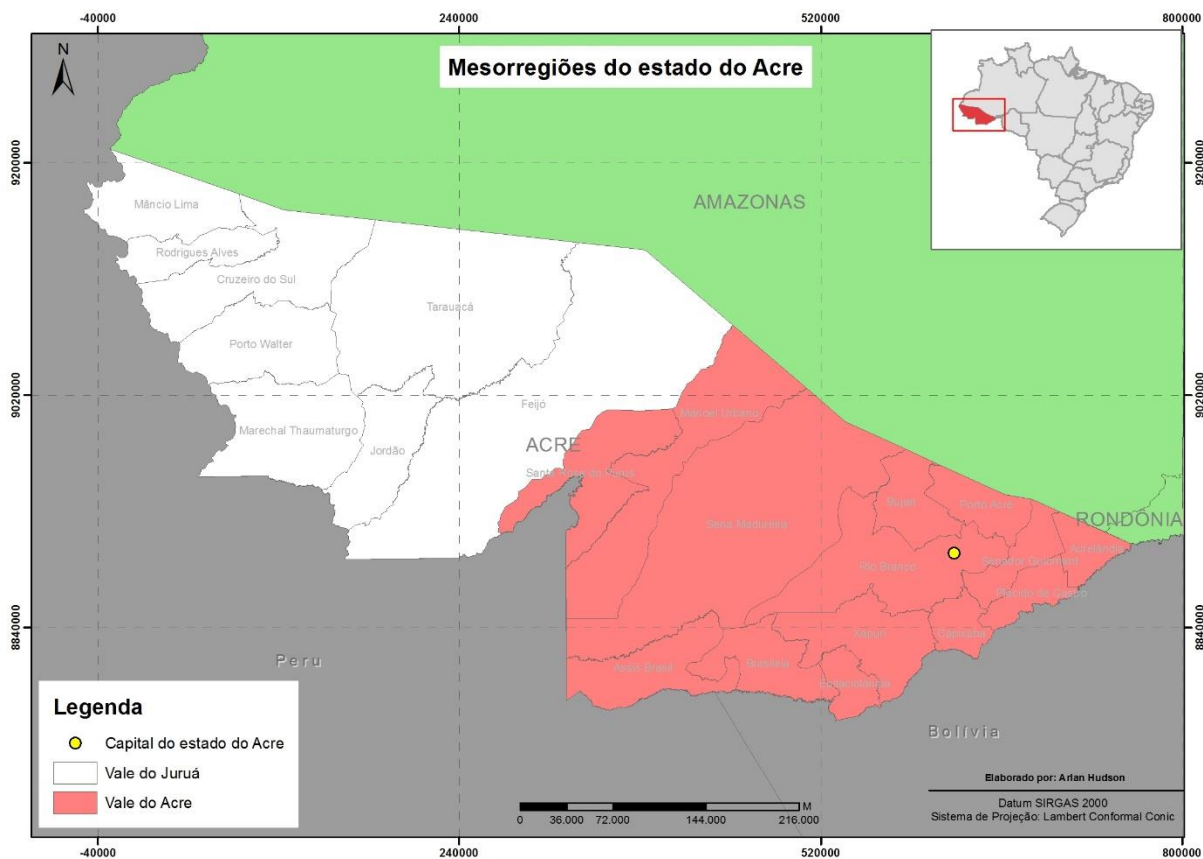
Atualizações:

Data: ____/____/____	Assinatura: _____
-------------------------	-------------------

Anexo VIII: Confecção do Mapa Mental da Colocação São Vicente pelo morador João Batista Vieira da Rocha



Anexo IX: Mapa das mesorregiões do estado do Acre.



Elaborado por: Arlan Hudson (2017)